

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

LUIS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

**“O MODELO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO: UM ESTUDO DE
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
PROFISSIONALIZANTES NA CIDADE DE
LONDRINA”**

Londrina

2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUIS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

**“O MODELO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO: UM ESTUDO DE
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
PROFISSIONALIZANTES NA CIDADE DE
LONDRINA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Passador.

Londrina

2002

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS

**“O MODELO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE
PÚBLICO: UM ESTUDO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
PROFISSIONALIZANTES NA CIDADE DE LONDRINA”**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá, pela seguinte banca examinadora

Prof. Dr. João Luiz Passador (PPA-UEL/UEM)
Orientador

Prof. Dr. Mário Aquino Alves (FGV-SP)
1º Examinador (convidado)

Prof. Dr^a. Celene Tonella (PPA- UEL/UEM)
2º Examinador

Londrina 08 de Novembro de 2002

DEDICATÓRIA

A Cristo, meu Mestre, modelo de vida e inspiração, que sempre me acompanha em todos os momentos de aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo aprendizado de cada dia.

Ao Prof. Dr. e Orientador João Luiz Passador, pela valiosa colaboração durante todas as etapas do trabalho e pelo idealismo contagiante.

A meus pais, meus primeiros professores e modelos de vida, verdadeiros esteios em toda a minha caminhada.

A meus avós por seus exemplos de dignidade e honradez.

À minha esposa Érica por seu amor, estímulo e por perseguir comigo o ideal da solidariedade.

Ao amigo Ricardo parceiro de toda a caminhada.

A todos os que jogam sementes de solidariedade à sua volta e acreditam que um mundo mais justo e fraterno seja possível.

Aos professores e colegas que me acompanharam durante esta etapa da minha vida.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Instituições ligadas à educação.....	10
QUADRO 2 - Resultados e contribuições.....	14
QUADRO 3 - Comparações entre o liberalismo e neoliberalismo.....	32
QUADRO 4 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA.....	9
1 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE DIREITO E DA MODERNA SOCIEDADE INDUSTRIAL.....	15
1.1 O ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL (Welfare State)ⁱ.....	17
1.1.1 Definição.....	17
1.1.2 Histórico	18
1.1.3Keynesianismo	21
1.1.4 Crise do Modelo de Estado de Bem Estar Social.....	25
1.2 NEOLIBERALISMO.....	30
2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP.....	44
2.1Objetivos das OSCIPs.....	50
2.2 Classificações das OSCIPs.....	54
2.3 Instrumentos de Gestão	58
2.4 Empresas de Economia Social.....	63
2.5 Responsabilidade Social das Empresas.....	67
2.6 OSCIPs no Setor Educacional.....	73
3 PESQUISA DE CAMPO COM OSCIPS DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA CIDADE DE LONDRINA.....	76
3.1 CEPAS - CENTRO PROFICIONALIZANTE ÁGAPE SMITH	
3.1.1 Características Institucionais.....	79
3.1.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Cível.....	80
3.1.3 Barreiras e Planos de Expansão.....	81
3.1.4 Papel das OSCIPs na Atual Sociedade	83
3.2 ESCOLA OFICINA PESTALOZI	
3.2.1 Características Institucionais.....	83
3.2.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Cível.....	85
3.2.3 Barreiras e Planos de Expansão.....	86
3.2.4 Papel das OSCIPS na Atual Sociedade	87
3.3 EPESMEL - ESCOLA PROFISSIONAL E SOCIAL DO MENOR DE LONDRINA	
3.3.1 Características Institucionais.....	88
3.3.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Civil.....	90
3.3.3 Barreiras e Planos de Expansão.....	91
3.3.4 Papel das OSCIPS na Atual Sociedade	92

3.4 ACALON - ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LONDRINA	
3.4.1 Características Institucionais.....	94
3.4.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Cível.....	95
3.4.3 Barreiras e Planos de Expansão.....	97
3.4.4 Papel Das OSCIPS Na Atual Sociedade	97
3.5 A.P.M.I. - GUARDA MIRIM DE LONDRINA	
3.5.1 Características Institucionais.....	99
3.5.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Cível.....	101
3.5.3 Barreiras e Planos de Expansão.....	103
3.5.4 Papel das OSCIPS na Atual Sociedade	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	118

RESUMO

Os últimos anos vêm-se caracterizando por uma diminuição da atuação dos governos nacionais, tanto em questões econômicas, como no campo social. Os Estados do Bem-Estar Social tornaram-se frágeis diante das crescentes demandas econômicas e sociais, transferindo para a iniciativa privada grande parte dos compromissos inicialmente assumidos. O inconformismo aliado a uma maior consciência ética e cívica, vem gerando um processo de mobilização como resposta à incapacidade do Estado de suprir sozinho o papel de equalizador e provedor de bem-estar social, despontando então, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs como uma nova força alicerçada nos anseios e na mobilização popular e de uma releitura da própria democracia. O seu caráter civil lhe dá, à priori, uma certa independência nas decisões e reivindicações, por outro lado, existe sempre a ameaça deste movimento vir a tornar-se mais um novo instrumento de dominação das massas usado como paliativo para perpetuar e assegurar a inalterabilidade das estruturas dominantes, sendo esta, talvez, a grande questão a ser desvendada. Pretende-se com o presente trabalho analisar o processo de formação das OSCIPs, sua definição e grau de relevância, assim como, as estruturas administrativas que lhe garantem instrumentalização para o seu desenvolvimento efetivo visando a construção de uma sociedade mais harmônica e justa. Também foi objeto deste trabalho a realização de uma pesquisa qualitativa para o estudo comparativo de cinco Organização da Sociedade Civil de Interesse Público na cidade de Londrina, especificamente na área de educação profissionalizante, de forma a se poder analisar o real papel destas organizações junto à sociedade, além de suas forças e fraquezas. Como conclusão do presente estudo ressalta-se a complexidade dos problemas enfrentados pelas organizações pesquisadas, destacando-se a escassez de recursos humanos e financeiros, a falta de colaboração e envolvimento do empresariado local e a descontinuidade das políticas públicas em relação às OSCIPs, além da indefinição quanto ao seu real papel na estrutura social.

ABSTRACT

The last years have been marked by a decrease in the accomplishments of the National Governments both in economic issues and in the social field. The Welfare States have become weak in face of the increasing social and economic demands and delegated great part of the commitments initially taken to private organizations. The lack of acquiescence together with a greater civic and ethical conscience have been generating a movement as an answer to the State inability of being the regulator and supplier of social welfare, causing then, the non-profit organizations to arouse as a new authority based on the popular aspirations and movements as well as on a new interpretation of democracy itself. Their civil profile gives them, at first, a sort of independence of decisions and requests. On the other hand, there is always the threat of becoming another instrument for controlling the general public used as a palliative to reassure the immutability of the dominant structures, being this perhaps the subject of further investigation. This essay aims to analyze the process of constitution of the non-profit organizations, their definition and degree of relevance as well as the administrative structures that provide instruments for their effective development towards the construction of a more harmonized and fair society. This essay has also carried out a qualitative research from which it was developed a comparative study of five non-profit organizations in the city of Londrina, specifically in the professionalizing education field, as a way of analyzing the actual role these organizations play in society and also their strong and weak points. In the conclusion of the essay it is emphasized the complexity of the problems faced by the researched organizations such as the scarcity of financial and human resources, the lack of contribution and engagement of the local businessmen, the irregularity of the public politics related to them besides their indefinite role in the social structure.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais podem ser analisados ao longo da história como um processo de evolução de orientação dialética¹, cuja a afirmação institucional acabaria por criar a sua própria negação, num processo cíclico de confrontação de forças e de interesses conflitantes entre capital e trabalho. O Estado de Direito Moderno segue esse mesmo processo, indo do Estado Absolutista dos séculos XV e XVI ao Estado Liberal dos séculos XVIII e XIX, culminando o processo dialético com o surgimento do modelo de Estado do Bem-Estar Social dentro da modernidade. A crise do modelo de Estado Liberal, que se mostrava incapaz de se auto-regular, abriria caminho para uma nova configuração dos Estados Nacionais de Direito, passando a ter um papel fundamental no desenvolvimento e controle sócio-econômico, passando a surgir o modelo de Estado de previdência, que garante o investimento e o pleno emprego, além de se responsabilizar por garantir proteções básicas a todos os cidadãos (Hobsbawm, 1995).

Observou-se na segunda metade do século XX uma diminuição da atuação dos governos nacionais, tanto em questões econômicas quanto no campo social, como nos afirma Forjaz (2000). Os Estados do Bem-Estar Social tornaram-se frágeis diante das constantes e crescentes demandas econômicas e sociais das populações sem contrapartida orçamentária equivalente, resultando em déficits públicos de difícil administração. Como reflexo desses desequilíbrios, a maioria das economias mundiais passaram a substituir o modelo de Estado previdenciário por medidas de caráter liberalizantes, deixando para as leis de mercado a responsabilidade de harmonizar a sociedade e a economia.

O quadro sócio-econômico presente, caracterizado pela intensificação do processo de globalização, cujas forças comerciais interagem e se desenvolvem de forma cada vez mais ágil e dinâmica, provoca efeitos destoantes e muitas vezes perversos entre os vários agentes econômicos e sociais espalhados

¹Entenda-se dialética, segundo Konder, 1981, "como o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação".

pelo mundo. Diante dessa realidade complexa e muitas vezes conflituosa, desenvolve-se um processo de amadurecimento e engajamento da sociedade civil ao redor do mundo, culminando numa maior consciência social, fruto do maior acesso à informação e da troca constante de experiências. A sociedade civil torna-se cada vez mais atuante, contribuindo para o surgimento de uma nova força social, emergindo entre o setor público e o privado, ou seja, entre o primeiro setor e o segundo, denominando-se este de terceiro setor, proveniente da sociedade civil organizada. Tem como finalidade a contribuição para o desenvolvimento econômico e social, respeitando as heterogeneidades e singularidades de cada comunidade e agrupamento social. Amplia-se o conceito de cidadania e de democracia na sociedade civil, aumentando o caráter reivindicatório e a capacidade organizativa, que atua em prol de interesses focalizados e de caráter comunitário. Como afirma Santos (1995, p.123): "A relativa maior passividade do Estado decorrente de perda de monopólio regulatório tem de ser compensada pela intensificação da cidadania ativa, sob pena de essa maior passividade ser ocupada e colonizada pelos fascismos societais."

O redesenho do mapa político mundial veio derrubar fronteiras e facilitar o trânsito de mercadorias, informações, conhecimentos e ideologias. Passou-se a viver num mundo onde as empresas transnacionais imperam, impulsionadas pelas inovações constantes e pelos capitais "sem pátria" que circulam livremente ao redor do globo, tornando-nos cada vez mais interdependentes. Essa nova ordem econômica e social desponta como a principal alavanca de riqueza da história humana, mas contraditoriamente nenhum outro período conseguiu produzir semelhante quadro de injustiças sociais e exclusões como o atual. A década de 90 trouxe à tona as conseqüências excludentes da globalização, como o aumento exponencial da polarização entre ricos e pobres - não apenas entre países ricos e pobres, mas entre pobres e ricos de cada país (Santos, 2001).

Perante o complexo panorama vivenciado, surge uma nova reestruturação de forças, em que o Estado e o setor privado vão delimitando seus papéis e fronteiras de atuação, deixando, no entanto, "lacunas" por preencher que acabam por dar origem a uma terceira força emanada da sociedade civil organizada sensível e, cada vez, mais consciente do seu potencial e capacidade de mudança,

cujos conceitos como justiça social, participação, transparência e democratização nas decisões públicas, são termos que norteiam a sua política de atuação e filosofia de trabalho, como nos afirmam Melo Neto e Froes (1999, p.4).

O Terceiro Setor ainda está em fase de construção e definição, o que leva a um sem número de entidades denominarem-se de Terceiro Setor, mas que, muitas vezes, não desempenham papel relevante na área de promoção social, foco específico deste trabalho. Por essa razão resolveu-se adotar o termo "Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público" (OSCIP), termo esse regulamentado através da lei nº 9790, de 23 de março de 1999 . Usou-se esse critério de delimitação do Terceiro Setor, como forma de definir o objeto pesquisado com maior precisão, não havendo, porém, a preocupação em abordar apenas organizações registradas na lei, mas que tenham como propósito de ação os mesmos critérios.

Devido à amplitude e diversidade que envolve a categoria "Terceiro Setor" como objeto de estudo, resolveu-se delimitar a presente pesquisa numa unidade e espaço geográfico específicos. Para tanto buscar-se-á abordar de uma forma particular o papel das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no setor educacional, na cidade de Londrina.

O trabalho tem por objetivo geral identificar o papel das OSCIPs diante das presentes mudanças institucionais ² específicas para o Terceiro Setor, em particular quanto à área de educação profissionalizante na cidade de Londrina.

Especificamente, o trabalho se utiliza de objetivos subsidiários, buscando analisar a crise do modelo do Estado de Bem-Estar Social e as suas conseqüências. Visa-se, também, verificar os fatores e condicionantes que levaram à criação e desenvolvimento das OSCIPs na sociedade atual, identificando as peculiaridades que as distinguem das demais organizações de caráter privado. Por

² Institucional - Transformação de um padrão de comportamento em instituição social. Complexo integrado de idéias, padrões de comportamento, relações inter-humanas e, muitas vezes, um equipamento material , organizados em torno de o interesse socialmente reconhecido (Dicionário Globo de Sociologia., 1970, p.182).

fim, busca-se levantar as características próprias das OSCIPs na área educacional profissionalizante na cidade de Londrina, analisando o papel e caracterização dessas organizações.

O constante esforço de pesquisa se justifica quando se observa que, presentemente, o Brasil assim como a maioria dos países do mundo apresentam diminuição progressiva e acentuada do papel dos Governos Nacionais, como provedores de bem-estar social em decorrência da incapacidade destes em conseguir suportar o cada vez mais pesado ônus da proteção social generalizada, conforme destacam, Pereira & Grau (1999, p.15-16). Inversamente ao declínio do poder econômico e intervencionista do Estado, verifica-se o desenvolvimento acelerado da economia privada, alavancado com a derrubada das fronteiras comerciais entre nações, proporcionando um mercado em escala mundial. Como “subproduto” desse processo, verifica-se a proliferação de excluídos e apartados do processo de desenvolvimento tecno-ciêntífico contemporâneo, cujas exigências tornam-se cada vez mais desproporcionais e afastadas de suas habilidades básicas, sendo jogados à própria sorte, vítimas de um modelo econômico incapaz de aliar crescimento com bem-estar social generalizado. Geram-se, assim, populações inteiras de “apartados” do processo de produção, em proveito de indicadores de eficiência e produtividade cada vez mais ambiciosos, retirando do homem a condição fim, reduzindo-o a simples meio, com o mesmo “status” de qualquer outro fator de produção, que poderá ser descartado ou substituído à medida em que se torna obsoleto. O trabalho visto como o uso da força humana - trabalho braçal, deixou de ser o principal fator de produção, passando a exigir o trabalho intelectual que além de ser mais lentamente adquirido, exige maior preparo e educação.

Enquanto as primeiras tecnologias industriais substituíram a força física do trabalho humano, trocando força muscular por máquinas, as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos em toda a escala da atividade econômica (Rifkin, 1995, p.5).

Bonfim & Haddad (2000), nos alertam que enquanto a dívida pública federal – o dinheiro que o governo necessita para pagar suas contas, aí incluídos os juros aos especuladores – era de R\$ 61,8 bilhões em 1994, em 1997, somou R\$ 310 bilhões, passando a 380 bilhões em 1998, 41,9% do PIB (Produto Interno Bruto)

nacional. Para se ter uma idéia comparativa do que isso representa, a soma das despesas com saúde e educação não ultrapassa os R\$ 19 bilhões. Enquanto o governo federal destina R\$ 50 bilhões para pagamento de juros das dívidas interna e externa, destina apenas R\$ 37,9 bilhões para a área social. Dos 31 programas voltados para a população de baixa renda, 25 sofreram corte de recursos em função do ajuste fiscal. Dos 22 programas considerados de proteção social no campo da assistência social, educação, saúde e trabalho houve cortes de 871 milhões em relação à proposta original. Diversos programas foram atingidos, como o programa de garantia de Renda Mínima e Bolsa Escola (corte de 266 milhões), serviços básicos de saúde (corte de 189 milhões), programas de requalificação profissional (corte de 349 milhões), para ficar apenas em alguns exemplos (IPEA, 2000). Em resposta a esse cenário de contrastes acentuados, deparamo-nos com uma sociedade cada vez mais reivindicatória e consciente da responsabilidade e amplitude de seu papel. Está-se delineando um quadro, cuja sociedade civil passa por um processo de reestruturação e redefinição de condutas, não admitindo mais uma postura passiva e de mera coadjuvância. Quer assumir suas responsabilidades e atuar diretamente na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Kliksberg (1994) assinala a necessidade de entender as carências da sociedade contemporânea fruto de transformações em ritmo acelerado que confundem crescimento com desenvolvimento social, deixando ao longo de seu processo populações de marginalizados que não foram incluídas na arquitetura deste novo modelo econômico. Abre-se, então, uma lacuna entre sociedade – governo – empresa, em que os papéis ainda se encontram indefinidos, resultando em pressões de toda ordem. Sabe-se que a transformação da estrutura social é sempre uma tarefa complexa que envolve aspectos culturais amplos e profundos, por outro lado, não há dúvidas da urgência dessa mudança como forma de recriar um modelo social capaz de se auto-sustentar no longo prazo. Inclusão, redemocratização, solidariedade e cooperação, são algumas das palavras de ordem que norteiam e mobilizam esta nova sociedade civil, que chama para si parte da responsabilidade pela construção de uma sociedade mais equânime em oportunidades e capaz de proporcionar bem-estar coletivo. Não se admite mais uma sociedade bipolarizada entre ilhas de prosperidade rodeadas por um mar de

excluídos, não se pode conceber mais um desenvolvimento caracterizado simplesmente por indicadores de eficiência econômica (Buarque, 2001).

Vieira (2000, p.76-79) destaca o crescente desenvolvimento das OSCIPs nas sociedades atuais como resposta à ascensão das demandas sociais e ao envolvimento cada vez maior da Sociedade Civil Organizada na busca de soluções. A complexidade desse tema faz com que a sua análise seja cada vez mais relevante e fonte de pesquisa e discussão. Envolve-se, nesse contexto, não só uma mudança sócio-econômica mas também cultural o que faz com que o tema ganhe em profundidade e complexidade, podendo ser abordado por múltiplos aspectos e campos de atuação, levando à multidisciplinariedade, que contemplando diferentes áreas do conhecimento, como a Administração, Economia, Sociologia, Direito, Ciência Política, entre outras.

As organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, movimentam cerca de 1,1 trilhões de dólares anuais no mundo inteiro e empregam cerca de 10,4 milhões de pessoas. Só nos EUA, esse setor por tradição histórica e cultural já representa 6,8% do total de empregos formais. O Brasil, por sua vez, já conta com aproximadamente 250 mil entidades que empregam 1,5 milhão de trabalhadores, além de contar com uma massa de cerca de 12 milhões de voluntários, espalhados por todo o território nacional (Folha de Londrina / Paraná, 20 de maio de 2001).

O setor educacional tem uma relevância especial quando se trata de OSCIPs, já que pela própria história que o delimita, pode-se observar que ele sempre esteve permeado por "Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público", seja ligadas à Igreja ou mesmo quando passaram a ser de domínio do Estado. Nos dias de hoje, essa atuação está se tornando cada vez mais consciente e organizada, distinguindo-a das demais épocas históricas, como aborda Manacorda (1999). Uma ação pró-ativa também começa a se fazer sentir, passando de apenas figura reivindicatória a agentes transformadores, na busca constante pela democratização da informação de forma a diminuir a exclusão social fruto de uma educação que só tem acentuado esse quadro.

A cidade de Londrina apresenta características que possibilitam a análise desse setor, já que podem-se encontrar exemplos concretos de projetos sociais na área de educação profissionalizante, decorrentes da mobilização da Sociedade Civil Organizada. É nesse contexto que se desenvolveu o trabalho de análise e aprofundamento do perfil de tais organizações, buscando-se compreender seu papel na sociedade atual e de uma forma particular na área educacional, sendo esta a base para a construção de qualquer tipo de mudança mais profunda na sociedade em que vivemos.

Segundo dados da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Londrina, a cidade congrega cerca de 55 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público cadastradas nesse organismo, dados referentes a Junho/2001. Dessas, cerca de 15 estão intimamente ligadas à educação, abrangendo áreas que vão de cursos profissionalizantes, cursos de educação complementar de conscientização, entre outros. As demais diversificam-se em áreas distintas como saúde, lares abrigo, assistência em geral e creches. Resolveu-se concentrar a presente pesquisa nas organizações com caráter profissionalizante, que totalizam 5 entidades em Londrina. A área profissionalizante foi escolhida como objeto de estudo por ser esse segmento extremamente relevante na transformação e promoção social, como demonstra a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Revista Veja 23/09/98, afirmando que um trabalhador sem o ensino médio completo corre cinco vezes mais risco de estar desempregado que outro com formação universitária, e que o salário cresce, em média, 15% a cada ano a mais de estudo, além de salientar as novas necessidades do mercado de trabalho em rápida transformação, em que novas tecnologias são incorporadas a cada instante, excluindo todos os que não se encontram adequados a essa realidade. Com a taxa média de desemprego, beirando os 8%, o contingente dos brasileiros que estudaram apenas seis anos enfrenta uma taxa de desemprego maior, chegando perto de 9%. Entre os que fizeram faculdade, o índice cai para a faixa dos 2% e é de apenas 1% entre os pós-graduados.

Os problemas educacionais estão na origem das disparidade sociais no Brasil. Nada menos que 64% dos empregados nem sequer completaram o ensino fundamental. Em média, os brasileiros têm somente sete anos de escolaridade,

como destaca a revista *Veja* de 23 de setembro de 1998. O ensino tem seus efeitos multiplicados pela sociedade como um todo, um país com população mais educada enriquece de várias formas. A produtividade da economia aumenta, as pessoas têm mais acesso à cultura e ao lazer, os eleitores se tornam mais conscientes na hora de escolher seus governantes, as instituições se aprimoram e se fortalecem. O resultado é um país cada vez mais eficiente na distribuição das oportunidades. É um círculo virtuoso em que todos acabam ganhando.

Sendo os dados apresentados representativos da importância de uma mobilização conjunta, em prol da transformação nacional, cuja Sociedade Civil Organizada torna-se peça fundamental no processo de democratização das oportunidades. Embora não seja o foco direto deste trabalho, convém salientar o enfoque racial, que sempre foi negligenciado criando-se um dos maiores e mais grave descompassos que tem caracterizado a sociedade brasileira. Por razões históricas nunca corrigidas, é facilmente verificável um quadro alarmante de desigualdade de oportunidades entre as diferentes raças que compõem o nosso espectro social, com um prejuízo perverso para os cidadãos de raça negra, índios, mestiços, entre outros, os quais sempre foram apartados dos fluxos de desenvolvimento e participação nacional (Torres, 1998).

Há a necessidade de uma reconfiguração do próprio conceito de democracia, repensando-o e ampliando o seu espectro de atuação e o seu grau de profundidade, como expõe Bobbio (1986). Nesse sentido este trabalho atende ao interesse dos administradores, em particular daqueles interessados na gestão de Organizações Públicas e do Terceiro Setor, oferecendo uma análise do processo de evolução das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e a identificação do seu real papel na sociedade contemporânea. Para identificar esses propósitos e a caracterização dessas entidades, efetuou-se uma pesquisa junto às OSCIPs da cidade de Londrina, especificamente na área de ensino profissionalizante.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve caráter formal de estudo descritivo, como estabelecem Cooper & Schindler (1995), levando em conta que a meta deste tipo de estudo é responder às questões de pesquisa propostas. Utilizou-se, para tal, levantamento bibliográfico, além de se realizarem visitas e entrevistas em 5 OSCIPs na área educacional profissionalizante na cidade de Londrina, sendo a pesquisa proposta classificada como exploratória e qualitativa.

O presente estudo poderá ser classificado como estudo de caso múltiplo, que, segundo Treviños (1987), permite uma comparação das informações provindas de várias fontes através de processo de retroalimentação constante entre coleta e análise de dados. O autor afirma que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, compreensão dos significados culturais e da sociedade como um todo que rodeia o fenômeno. Yin (1989), ressalta que os estudos de caso múltiplo são geralmente considerados mais convincente e de maior poder de generalização, e o estudo global é, portanto, considerado como sendo mais robusto que os estudos de caso simples, no sentido de se poder realizar conclusões mais precisas e confiáveis, motivo pelo qual se optou por esta metodologia.

Como delimitação da pesquisa, procurou-se, junto à Secretaria de Ação Social da Prefeitura do Município de Londrina, as organizações que se encontravam cadastradas como privadas de utilidade pública na área educacional. Do total de instituições ligadas à educação destacaram-se as seguintes, conforme quadro (1):

Quadro 1 - INSTITUIÇÕES LIGADAS A EDUCAÇÃO

Número de Organizações	Tipo de Organização
5	Ensino profissionalizante
7	Apoio Sócio Educativo
14	Apoio a Portadores de Deficiência
56	Creches

Fonte: Secretaria de Ação Social do Município de Londrina - Jun/2001

Para fins de estudo enfocaram-se apenas as organizações educacionais profissionalizantes ou que oferecessem bases para tal. A cidade de Londrina conta com cinco organizações que apresentam esse perfil, conforme a Secretaria de Ação Social da Prefeitura da cidade de Londrina - Junho/2001. O presente estudo compreendeu as seguintes organizações: CEPAS - Centro Profissionalizante Ágape Smith; ACALON - Associação da Criança e do Adolescente de Londrina; A.P.M.I. - Guarda Mirim de Londrina; EPESMEL - Escola Profissional e Social do Menor de Londrina e por último a Escola Oficina Pestalozzi.

A coleta de dados foi realizada através de dados secundários, nomeadamente pesquisa documental, coletados junto às organizações pesquisadas, além de material bibliográfico nacional e estrangeiro. Foram, ainda, realizadas visitas às 5 OSCIPs ligadas à área de educação profissionalizante na cidade de Londrina, onde foram realizadas entrevistas junto aos principais responsáveis pelas organizações foco de estudo, tendo como finalidade buscar estudar e aprofundar o papel e a contribuição das OSCIPs na construção e desenvolvimento da nova ordem social contemporânea e seu perfil de atuação na cidade.

Pode-se então segmentar a pesquisa em dois momentos distintos que se complementam. Primeiramente através de coleta e análise de material bibliográfico, em que se buscou explicar o modelo sócio-econômico que culminou com o desenvolvimento das OSCIPs. Posteriormente passou-se à coleta de material documental, coletado através de visitas às próprias organizações selecionadas,

procedendo-se à realização das entrevistas, não estruturadas, junto aos principais dirigentes das organizações e responsáveis por suas políticas administrativas e estratégicas.

As visitas às organizações estudadas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2001 e contemplaram as cinco organizações educacionais profissionalizantes da sociedade civil de interesse público da cidade de Londrina. Devido à pequena quantidade de organizações com as características que delimitaram o objeto da pesquisa, foi possível a sua realização com a totalidade do universo, podendo ser considerada, neste caso, um censo.

A realização da pesquisa de campo junto às 5 organizações mencionadas, teve como finalidade principal o levantamento de informações, capazes de traçar o perfil e o papel destas organizações, utilizando-se como instrumento de pesquisa um roteiro, abordando as principais informações e temáticas a serem levantadas como se destaca a seguir:

- Caracterização jurídica / institucional;
- Estrutura organizacional;
- Orientação filosófica - Campo específico de atuação;
- Histórico;
- Objetivos de formação;
- Áreas de atuação , desempenho e relevância;
- Fontes de financiamento dos projetos;
- Relação e a definição de papéis entre as OSCIPs e o Estado;
- OSCIPs e o setor empresarial - relacionamento e definição de papéis;
- Relacionamento e participação das OSCIPs com a sociedade civil;
- Principais limitações e adversidades para o desenvolvimento destas organizações;
- Análise da lei das OSCIPs.

As entrevistas foram conduzidas de forma a permitir que o entrevistado pudesse ficar o mais à vontade possível, evitando interferência do pesquisador, para que se atingisse o máximo de imparcialidade que o método científico impõe. Para atingir este objetivo fez-se uso de um roteiro de pesquisa que permitisse certa flexibilidade e que não sacriasse a espontaneidade do entrevistado, empobrecendo a coleta de informações. Levando em conta tais objetivos, achou-se por bem, realizar todo o levantamento através de anotações por escrito, que embora tenham implicado numa maior complexidade de execução, porém, favoreceram a espontaneidade e descontração do entrevistado, contribuindo para uma maior riqueza de respostas, que acredita-se, poderiam ser prejudicadas caso fossem gravadas.

Através do roteiro básico de pesquisa, puderam ser segmentadas e analisadas quatro temáticas principais. Inicialmente procedeu-se ao levantamento da caracterização e perfil da organização, posteriormente buscou-se verificar o nível de relacionamento e posição destas em relação ao Estado, abordando as suas diferentes esferas (Municipal, Estadual e Federal), como terceira temática, procurou-se identificar o nível de envolvimento e relacionamento entre o empresariado local e sociedade civil em relação às OSCIPs pesquisadas, e por último levantaram-se os principais problemas e barreiras enfrentadas por estas entidades, além dos seus planos futuros. Uma outra temática mereceu atenção especial, ou seja, identificar o papel das OSCIPs na atual sociedade e como o marco legal estava sendo analisado.

A presente pesquisa buscou manter-se fiel ao seu objetivo central, de levantar o perfil e o papel das OSCIPs de educação profissionalizante da cidade de Londrina. Destacou-se a educação profissionalizante por estar nesta, depositadas as maiores expectativas de rápido alavancamento social por parte dos hoje excluídos do mercado de trabalho. Pretendeu-se através deste levantamento e análise, verificar o que estava sendo feito de fato na busca de alternativas de inclusão e transformação social por parte da Sociedade Civil Organizada. Buscou-se ainda, analisar o modelo de inclusão adotado e os propósitos e conseqüências do mesmo.

Após a coleta dos dados junto às 5 OSCIPs de educação profissionalizante da cidade de Londrina, foram analisados os dados, agrupados de

acordo com as 4 temáticas básicas que mencionadas acima e posteriormente procedeu-se à análise comparativa dos conteúdos das diferentes entrevistas de carácter qualitativo.

Quanto ao controle das variáveis, a pesquisa é melhor definida como *ex post facto*, já que não se pretende manipular variáveis, seja porque as manifestações já ocorreram, seja porque as variáveis não são controláveis. Analisado quanto à dimensão do tempo, o estudo deve ser definido como transversal, já que será realizado em um período de tempo determinado. (Cooper & Schindler, 1995).

A presente pesquisa apresenta limitações próprias de sua natureza qualitativa que passam pela percepção do pesquisador, correndo o risco de sofrer viéses interpretativos. A falta de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, já regulamentadas pela lei nº 9790 de 23 de Março de 1999, levou à escolha de organizações que possuíam esse perfil (conforme o artigo 3º da mencionada lei estabelece), mesmo que não disponham dessa categorização legal, embora possuam a mesma natureza de atuação. Segundo a Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Londrina, apenas uma organização na cidade se enquadra nessa lei, porém, não pertencendo à área educacional.

Por outro lado, apresentam-se limitações próprias de uma pesquisa qualitativa que tem como uma de suas finalidades o levantamento de questões que requerem e merecem aprofundamento posterior de carácter quantitativo, o que auxiliará na complementariedade desta área de estudo. Ainda que se tenha realizado a pesquisa na totalidade das 5 OSCIPs de educação profissionalizante na cidade de Londrina, este número é reduzido para uma generalização. Por outro lado, ainda que se tenham buscado formas de conduzir as entrevistas de forma imparcial e de deixar o entrevistado o mais à vontade possível, sabe-se que sempre existe uma barreira de difícil transposição que vai além do simples carácter perceptível, entrando no complexo campo dos valores, emoções e do próprio subconsciente, tanto do entrevistador como do entrevistado, podendo provocar certas distorções interpretativas ou de análise perceptiva.

Os resultados e contribuições desta pesquisa estão elencados no quadro (2) abaixo, fazendo-se uma ligação com os objetivos específicos propostos neste estudo.

Quadro 2 - RESULTADOS e CONTRIBUIÇÕES

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES
- Analisar a crise do modelo do Estado de Bem estar Social e as suas conseqüências.	Levantamento bibliográfico sobre a crise do modelo de Estado do Bem Estar Social, assim como suas conseqüências.
- Verificar os fatores e condicionantes que levaram à criação e desenvolvimento das OSCIPs na sociedade atual.	- Fatores condicionantes do crescimento e desenvolvimento de OSCIPs identificados na última década.
- Identificar as peculiaridades, próprias das OSCIPs, que as distinguem das demais organizações de caráter privado e público.	- Definição de OSCIPs - Caracterização das OSCIPs. - Instrumental para ampliação do espectro dos cursos de administração readequando-as à realidade deste tipo peculiar de organizações.
- Levantar as características próprias das OSCIPs na área educacional profissionalizante da cidade de Londrina.	- Cadastro das OSCIPs da área educacional profissionalizante da cidade de Londrina.
- Identificar o papel específico das OSCIPs educacionais profissionalizantes na cidade de Londrina.	- Apresentação do papel e das contribuições das OSCIPs educacionais profissionalizantes na cidade de Londrina.

1 SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE DIREITO E DA MODERNA SOCIEDADE INDUSTRIAL

A Estrutura Social vem sofrendo, nos últimos anos, transformações extremamente profundas, que colocam em cheque questões e conceitos firmemente construídos ao longo de décadas de história. Nesta época ímpar, conceitos solidificados por gerações vão ruindo, dando lugar a novas configurações sócio-econômicas, que, por sua vez, já nascem fadadas a mutações constantes num processo dialético acelerado.

Verifica-se uma reestruturação de papéis nas principais instituições que delinearão a arquitetura social e econômica do século vinte, sendo os Estados Nacionais e as empresas privadas seus principais atores. Ao final deste século, assistiu-se ao surgimento de uma terceira força social emanada da sociedade civil com propósitos públicos, tendo características antes restritas ao Estado principalmente quanto ao campo de atuação, apresentando, no entanto, características de gestão e organização semelhantes, em muitos pontos, ao das corporações privadas.

Os Estados Nacionais de Direito, durante todo o século XIX e início do século XX, desempenharam um papel de fraca atuação no plano econômico e mesmo social. O pressuposto da "mão invisível" de Adam Smith como regulador autônomo dos mercados perdurou até aos anos 30, quando viria a demonstrar a sua incapacidade de se auto-regular automaticamente, através dos mecanismos da oferta e da procura. A partir de então, deu-se a reconfiguração do papel do Estado na economia e diante da sociedade, como forma de atender às demandas e funções antes restritas aos mercados. Verificou-se um impulsionamento do investimento público e da atividade produtiva, além da perseguição constante do pleno emprego e de políticas que garantissem estabilidade e proteção social (Araújo, 1995, p. 115).

O caso brasileiro viria a ser permeado entre os anos 30 e 40 por políticas sociais de regulamentação da venda da força de trabalho e a sua preservação, dentro da orientação liberal do Estado Novo. Norteados pelo modelo de

administração pública getulista, as ações sociais passaram do setor privado (caridade) para o setor público (assistencialista) centralizado. Os anos 50 viriam permeados por um caráter de estatismo social incorporando conceitos keynesianos de ativismo e intervencionismo estatal, ladeados por um clima de redemocratização pós-Getúlio e um clima propício a um maior exercício da cidadania no país. As décadas de 60 e 70 foram especialmente negativas para as conquistas sociais, na medida em que se priorizou no país um plano de desenvolvimento que tinha como premissa básica o crescimento econômico, para uma posterior repartição de seus resultados. Porém o que se presenciou foi a concentração cada vez maior da acumulação de capital (Passador & Passador, 2001).

Para entender esse novo cenário sócio-econômico mundial, inicialmente se procede a uma análise do Estado do Bem-Estar Social, suas características e os motivos que levaram à sua crise e à ascensão do Neoliberalismo como resposta a esse quadro. A iniciativa privada passou a deter um grau de atuação e de importância destacado, passando a absorver em seu espectro áreas de atuação antes restritas ao Estado de Direito, que nesse modelo vem se minimizando e redefinindo o seu espectro de atuação. Nesse panorama de reestruturações profundas de poder, surgem “lacunas” sociais, próprias do conflito de interesses entre o econômico e o social, com profundas conseqüências para esse segundo.

Frente a esse quadro de contrastes acentuados, surge uma nova força como resposta na busca da promoção de um equilíbrio sustentável, diminuindo as distorções presentes. Essa nova força emanada da sociedade civil, organizada com fins públicos, vem desempenhando um papel cada vez mais relevante e essencial na construção dessa nova ordem social.

A multiplicidade de organizações e de propósitos fazem com que essa área de estudo necessite de aprofundamento, respeitando a sua heterogeneidade e complexidade, evitando generalizações perigosas e simplistas que minimizariam a compreensão desta nova realidade, que, embora se apresente num estágio de certa forma inicial, já vem-se destacando como uma nova realidade na composição da sociedade atual.

1.1 O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL (Welfare State)³

1.1.1 Definição

Segundo Draibe e Henrique (1988), o Estado de Bem-Estar é definido como sendo aquele Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todos os cidadãos, não como caridade, mas como direito político (social). Como exemplo dessa definição costuma ser indicado o conjunto de políticas consolidadas na Inglaterra a partir da Segunda Guerra Mundial, definidas no relatório Beveridge, da autoria do economista inglês que presidiu o comitê administrativo interministerial, encarregado do exame geral do sistema previdenciário britânico, cujo relatório deu origem ao chamado Plano Beveridge, o qual, aplicando as teorias de redistribuição de renda keynesianas, serviu de base para a reforma da estrutura da previdência social na Inglaterra e em vários países. Formulado em 1942, levou à aprovação de providências no campo da saúde e da instrução, garantindo serviços idênticos a todos os cidadãos, independentemente de renda.

Francisco Junior e Chacon (1991) afirmam que no início do século XX, o liberalismo econômico reinava quase que absoluto, embora já se pudessem sentir suas principais contradições, surge então, a obra de A.C. Pigou, *Economics of Welfare*, posteriormente complementada pelos economistas John Strachey e Gunnar Myrdal. Esses ideais iriam nortear os modelos de Estado das sociais democracias européias e do Welfare State.

O Estado do Bem-Estar Social trouxe como principais características uma economia baseada na livre empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios e amparos sociais. Seu objetivo era proporcionar ao conjunto de cidadãos, padrões de vida minimamente satisfatórios,

³ **Welfare State** – Expressão usada nos países de língua inglesa para designar o Estado de Bem-Estar Social.

desenvolver a produção de bens e serviços sociais e controlar o ciclo econômico. Tudo isto, apoiando-se numa política fiscal progressiva e extremamente rígida de forma a garantir o bem estar da coletividade em serviços de educação, saúde, previdência social, moradia, seguro-desemprego e principalmente a garantia do pleno emprego, patrocinado em grande parte pelo próprio Estado. Esse modelo puxou para si quase que a totalidade de esforços e de responsabilidades no campo social, com o compromisso de prover o bem estar irrestrito e de qualidade a toda a sociedade.

1.2.2 Histórico

Em 1834 na Inglaterra é aprovada a Lei dos Pobres, pela qual se obtinha o mantimento da despesas da coletividade em troca da renúncia à própria liberdade pessoal. De acordo com essa lei, para garantir a sobrevivência o pobre tinha de renunciar a todo o direito civil e político, devia ser colocado “fora do jogo” em relação a toda sociedade. Se o Estado provia às suas necessidades, não era como portador de qualquer direito à assistência, mas como tendentemente perigoso para a ordem pública e para a higiene da coletividade.

Esta oposição entre os direitos civis e políticos, de um lado, e os direitos sociais de outro, mantém-se durante grande parte do século XIX. Exemplo disso é uma certa proteção social aos operários já posta em prática por Bismarck, chanceler alemão, em seu plano de Estado em 1880. As leis aprovadas na Prússia, entre 1883 e 1889, representam a primeira intervenção do Estado em defesa do proletariado industrial mediante o sistema de seguro obrigatório contra os infortúnios do trabalho, as doenças de invalidez e as dificuldades da velhice. Mencionado no verbete Estado do Bem-Estar, (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2000, p.416).

Porém é necessário chegar ao século XX para encontrar medidas assistenciais que não entrem em contradição com os direitos civis e políticos da classe trabalhadora, como também que constituam o seu desenvolvimento. É,

portanto, na Inglaterra, entre 1905 e 1911, que se dá a aprovação de providências de inspiração igualitária, como a instituição de um seguro nacional de saúde e de um sistema fiscal fortemente progressivo. Destaca-se, no entanto, que essas leis são postas em prática por um Estado liberal-democrático que reconheceu plenamente os direitos sindicais e políticos da classe operária, numa sociedade profundamente marcada pela industrialização e pela urbanização de grandes massas.

É, porém, entre os anos 20 e 40 que se assinala um grande passo para a constituição do Welfare State: a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, bem como a grande crise de 29, com as tensões sociais criadas a partir de então. O Estado de Bem Estar Social, nasce como contraponto à organização sindical e política, de características socialistas, do movimento operário no fim do século XIX (Dalton, 1977 p.90).

De acordo com Hobsbawm (1994), após a crise da década de 30 e a segunda guerra mundial, o papel do Estado no sistema capitalista mudou substancialmente. Além da função de planejador da economia nacional e de administrador e regulador das crises, o Estado, nas décadas de 50 e 60, passou a atuar de forma determinante na área social, procurando garantir renda mínima, saúde, educação, proteção e habitação, entre outras necessidades básicas. Isso se verifica principalmente na Inglaterra pós-guerra, onde os benefícios recebidos do Estado deixam de ser vistos como caridade ou concessão de um Estado Paternalista e passam a ser considerados como conquistas políticas do cidadão.

Nos Estados Unidos, certos aspectos do Estado do Bem-Estar Social desenvolveram-se particularmente no período de vigência do New Deal⁴ (expressão inglesa que significa nova política ou acordo, e designa o programa de intervenção econômica estatal adotado pelo presidente norte-americano Frankl Roosevelt, após sua eleição em 1933, visando combater os efeitos da Grande Depressão). Nesse país, e em quase toda Europa Ocidental, os trabalhadores tiveram um crescimento regular dos salários e dos benefícios do Estado. Para

⁴ New Deal – Programa econômico adotado em 1933 por Franklin Roosevelt para combater os efeitos da Grande Depressão, seguindo os ensinamentos de Keynes (Sandroni, 1999, p.422).

Dalton (1977, p.90), a elevação da renda média garantia ao sistema a ampliação do mercado de consumo de massa e a generosidade previdenciária garantia o “pleno emprego”, uma vida digna e certa estabilidade política, com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores. A prosperidade do capitalismo permitia a consolidação desse quadro, pois as rendas públicas também cresciam. Isso impossibilitou o crescimento dos recursos do Estado através dos tributos, que financiavam a política protecionista. A reversão dos impostos para o financiamento do Estado Previdenciário significava redistribuição da riqueza da nação.

Entre as década de 50 e 70, uma série de governos reformistas, em menor ou maior grau, despontaram nos países centrais do capitalismo, via de regra geridos por governos sociais democratas de diversas colorações. Assim, a tendência de aumento dos gastos públicos dos Estados de Bem Estar Social se manteve de modo evidente. Alguns países, como Bélgica, França, Itália e a ex-Alemanha Ocidental, chegaram a gastar cerca de 60% de seus orçamentos em seguridade social (Hobsbawm,1995).

As contradições dessa estrutura não tardaram a aparecer, e de certa forma podem ser identificadas nas diversas formas que o Estado assumiu no período. A grandiosidade desmedida do aparelho estatal, principalmente na área previdenciária e de planejamento, tornou sua estrutura caótica e difícil de administrar. Houve um crescimento excessivo da burocracia e dos quadros técnicos (ou, segundo alguns teóricos, da tecnocracia), que se encastelaram nas estruturas do Estado, criando seus campos de competência e áreas de poder sobretudo para defender seus próprios interesses. As funções públicas foram, assim, apropriadas por interesses privados. Finalmente, os excessivos gastos públicos não foram acompanhados pelo crescimento da arrecadação na mesma medida, levando a uma crise fiscal e ao crescimento do déficit público. Esses elementos, somados à crise econômica de meados da década de 70, enfraqueceram o Estado Previdenciário, já apontando para a grave crise que o Estado-Nação enfrentaria entre final dos anos 80 e início dos 90.

O Estado de Bem-Estar Social está associado à consolidação das políticas sociais. Para a maioria dos autores esse modelo de Estado só pode ser

considerado quando incluídas as políticas sociais do pós-guerra (1945 a 1970), quando todos os Estados industrializados desenvolvidos tomaram medidas que estenderam a rede de serviços sociais, instituindo uma carga fiscal fortemente progressiva e intervindo na sustentação do emprego ou da renda dos desempregados, além de adotarem de forma sistemática um programa de governo onde destacam-se as políticas relacionadas à previdência.

Quando se analisam as características do modelo de Estado de Bem-Estar Social, não se pode cair no reducionismo simplista, de entender este modelo como um só, uniforme e desprovido de vertentes diferenciadas. Os Estados do Bem-Estar Social, embora apresentem princípios e características comuns, desenvolveram-se de forma diferenciada e multiforme em diferentes partes do mundo, o que aumenta o seu grau de complexidade de análise.

Quando se analisam os diferentes modelos de Estado de Bem-Estar Social, é preeminente a necessidade de percebê-los diante da evolução e desenvolvimento de cada país ou região que os adota. Há que se destacar a importância de diferentes aspectos que contribuem para a formação de diferentes modelos de Estado de Bem-Estar Social ao redor do mundo, destacando-se a evolução histórica particular de cada região, o perfil sócio-cultural de cada povo, além do ambiente econômico e político que serve de cenário para a implantação e desenvolvimento de cada modelo. Com tantas variáveis interagindo é impossível imaginar-se um único tipo, purista e padronizado, ainda que haja em sua estrutura essencial princípios comuns.

Não é foco deste estudo abordar cada uma das vertentes que compõem o multifacetado modelo de Estado do Bem-Estar Social, porém vale salientar dentro desse contexto pulverizado, de forma emblemática, as linhas encontradas nos países nórdicos, onde de uma forma particular a cultura da cooperação dá origem a um modelo de Estado particularmente forte, efetivo e atuante na vida pública, mesmo sendo conseguido através de altos encargos tributários impostos a suas populações, que dificilmente seriam aceites em outras regiões do mundo, que por consequência seguiram linhas diferenciadas no nível de intervenção Estatal.

1.2.3 Keynesianismo

O "crash" da bolsa de Nova York em 1929 foi exemplo vivo dos efeitos da liberdade exagerada do mercado. Desequilíbrios entre oferta e demanda levaram a quebra generalizada, ao desemprego incontrolável e à depressão econômica.

Para entender esse panorama é necessário resgatar os seus precedentes. A Europa encontrava-se devastada, depois da 1ª guerra mundial, sendo os EUA o principal país em condições de atender à demanda mundial. Com este cenário extremamente favorável à economia Norte Americana, o mercado de ações cresceu descontroladamente, as empresas aumentaram continuamente a capacidade instalada, atingindo um patamar que não podia mais ser acompanhado pela demanda, ocasionando o "crash" de 1929. Após esse fato, a economia Americana e mundial entram numa forte depressão, com índices de desemprego alarmantes, fruto do declínio brusco da atividade econômica (Dalton, 1977, p.96).

Perante esse quadro socio-econômico, altamente debilitado, surge o economista inglês John Maynard Keynes com sua obra a "Teoria geral do emprego, do juro e da moeda", em que propõe um novo modelo econômico capaz de alavancar a economia mundial. Para isso, propõe uma mudança drástica de condução da política econômica, resumida num modelo de livre mercado com forte intervenção governamental, garantindo-se o equilíbrio econômico.

A teoria keynesiana veio demonstrar a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista, onde as forças de demanda e oferta interagindo livremente levariam sempre ao equilíbrio econômico e bem estar-social. Refutando tal premissa, Keynes apresenta um programa de ação governamental para promoção do pleno emprego, partindo do princípio de que o desemprego é resultado da procura de mão de obra e não da oferta, como afirmavam os economistas clássicos, e é decorrente de uma demanda insuficiente de bens e serviços, só podendo ser resolvida através do investimento. Keynes é veemente na defesa de um Estado que passe a intervir economicamente, garantindo o

investimento, o consumo, e o pleno emprego. Com isso, inverte-se a lei de Say, ou seja, a oferta é decorrente da demanda e não o inverso. Surge, então, um dos conceitos mais consagrados da doutrina econômica, o princípio da Demanda Efetiva, segundo a qual não é o aumento da poupança que gera o aumento do investimento, mas o contrário, o aumento do investimento é que gera o aumento da renda e logo o aumento da poupança. Tudo isso baseado nas expectativas futuras que geram crédito, que, por sua vez, gera o investimento (Araújo, 1986, p.115).

A maioria das economias capitalistas apresentou um forte crescimento econômico, em conjunto com a expansão de programas de bem-estar social, havendo uma parceria poucas vezes vista na história entre o social e o econômico com reais benefícios para ambos. O Estado do Bem-Estar Social, apoiado pelas políticas econômicas keynesianas, contribuíra decisivamente para um pacto virtuoso que minimizaria tensões próprias de interesses distintos (Dalton, 1977, p.107).

A expansão dos programas de bem-estar coincide cronologicamente com a teoria keynesiana, sob a égide de governos de esquerda. As medidas de bem estar eram justificadas não apenas em termos de necessidades humanas, mas como parte do modelo keynesiano de renovar a demanda dos consumidores. A meta do pleno emprego coincidia com a alternativa Keynesiana assim como o maior planejamento abraçado pela social-democracia, substituindo a "anarquia" da produção convencional de mercado por um planejamento econômico, ainda que com características limitadas.

Esse modelo encontra limites, no momento em que a maioria das necessidades básicas dos cidadãos são atingidas, muitos outros benefícios dificilmente poderiam ser distribuídos sem criar sérios problemas de "desincentivos". As demandas crescentes sobre as próprias condições de trabalho por parte dos trabalhadores, assim como, decisões sobre automação e racionalização do trabalho em busca de constantes aumentos produtivos, fazendo frente a um mundo cada vez mais competitivo, constituem os principais dilemas enfrentados pelas novas gerações, entrando em conflito com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores ao longo da história.

Como consequência de políticas Estatais de proteção social, grande parte das vezes insustentáveis no longo prazo, acabaria por culminar num processo de acelerada inflação e desorganização do sistema financeiro internacional, além da estagnação econômica que culminaria com quadros de desemprego, que viriam a se opor a uma das premissas básicas do keynesianismo que era exatamente a garantia do pleno emprego. Com a diminuição da arrecadação por parte do Estado e logo do poder de investimento e por outro lado entrando-se em conflito com as demandas cada vez maiores da população. O antigo consenso de criar-se crescimento econômico com igual progresso nas políticas distributivas de renda deixa de se fazer sentir até pela própria desconfiança na capacidade de gestão do Estado (Foraz, 2000, p. 44).

O financiamento dos programas sociais amplia constantemente o valor das contribuições necessárias para o seu funcionamento, o que acaba reduzindo a poupança e logo o investimento. Por outro lado elevadas cargas de contribuição dos empregadores provocam uma elevação dos custos salariais, levando a uma perda de competitividade e à fuga de investimentos, constatando-se a existência de um complexo dilema, entre eficácia econômica e equidade social.

Outra crítica ao estado de Bem estar Social e desta forma mais de caráter político que econômico, diz respeito há excessiva concentração de poder que poderia servir de base para governos autocráticos e até totalitários, deixando seu caráter democrático como simples retórica ou figura decorativa.

Draibe e Henrique (1988) alertam para os programas distributivos de combate à pobreza, que muitas vezes são maiores e mais amplos que os salários oferecidos pelo mercado, o que, sem dúvida, levaria a um desestímulo desse trabalhador a se readequar ao mercado, além de sobrecarregar, cada vez mais, os trabalhadores ativos e toda a atividade produtiva. Os programas de proteção e redistribuição patrocinados pelo Estado poderão vir a negar aquilo que é o maior incentivo ao trabalho, ou seja, a necessidade. Fridman (1977) afirma que o excesso de concentração e de padronização por parte do Estado limitaria as decisões e anseios individuais dos cidadãos, sendo a alternativa mais coerente a privatização da produção e distribuição de bens e serviços pela iniciativa privada via mercado.

O Brasil, desde Getúlio Vargas, tentou trilhar um caminho semelhante ao idealizado pelo modelo de Estado do Bem-Estar Social, no entanto foi marcado por diferenças marcantes, criando-se um tipo de desenvolvimento extremamente dependente e de características paternalistas, que levaria a um progresso desigual. Segundo Leroy (1997), conhecemos um desenvolvimento “dual”, a duas velocidades, mas sempre na esperança de que a massa dos que não foram integrados nesse processo poderiam, um dia, via expansão industrial e via reforma agrária, num contexto político de democracia conquistada, participar desse desenvolvimento. Verifica-se, no entanto, que este pressuposto de que se priorizando, inicialmente, o crescimento da economia possibilitaria, numa fase posterior, distribuir os resultados desse sucesso econômico, nunca viria a se concretizar agigantando-se ainda mais as distorções econômicas e sociais, já históricas no Brasil. (Passador & Passador, 2001).

As políticas sociais, da década de 30 no Brasil, tiveram como principal orientação a regulamentação das condições de venda da força de trabalho e a sua preservação, através de programas que privilegiaram o assistencialismo e o adestramento para o trabalho, em detrimento da emancipação e libertação dessa força de trabalho. O controle da liberdade de reivindicações, acabou limitando a própria luta e autonomia da classe trabalhadora. A política populista de Vargas visava a acomodação de conflitos, via políticas assistencialistas e paternalistas, impedindo a livre manifestação dos interesses da classe trabalhadora, impedindo o seu amadurecimento e desenvolvimento autônomo. Não se pode verificar um caráter revolucionário nas políticas trabalhistas de Vargas, mas apenas, de perfil renovador. Rodrigues (1968, p 70).

A massa sindicalizada, tornou-se um suporte político de Vargas, perdendo a sua capacidade de luta, tornando-se massa de manobra das classes dirigentes. O espírito de conquista seria substituído pelo apego ao que já se possuía, submetendo-se aos interesses políticos vigentes, sacriando a própria iniciativa das classes trabalhadoras além do seu próprio cerne. Outro fator a salientar das políticas trabalhistas do período Vargas, diz respeito ao tratamento desigual entre trabalhadores rurais e urbanos, sendo estes últimos negligenciados através de políticas diferenciadas e visivelmente minimizadas. Rodrigues (1968, p 78 e 79).

Como se pode verificar o modelo de Estado de Bem-Estar Social, passou longe das políticas do período Vargas, que coincidiram cronologicamente com tais transformações em várias partes do mundo, principalmente, nos países do continente europeu. Ainda que tenham havido evoluções, nas questões trabalhistas, a sua natureza e perfil, passavam longe das idealizadas e implementadas nos Estados que adotaram o modelo de Bem-Estar Social. O caráter libertador e de conquista das classes trabalhadoras, nunca foi o foco impulsionador das políticas trabalhistas e sociais no Brasil do período Vargas. O que se presenciou, foram condutas populistas de caráter paternalistas e assistencialistas, que impediam a livre manifestação de interesses da classe trabalhadora, que em parte se mantinha alienada e conformada diante da situação vigente.

1.2.4 Crise do Modelo de Estado de Bem-Estar Social

Fadul (1999) destaca que após um período de recuperação econômica e de avanços consideráveis no campo social, baseados principalmente no modelo de forte intervenção estatal, começa a partir dos anos 70 a dar sinais de desgaste em decorrência das freqüentes dificuldades dos Estados Nacionais em arcar com as responsabilidades sociais assumidas. O aumento do déficit público, crise fiscal, inflação e estagnação econômica, são algumas das conseqüências advindas dessas políticas, levando à instabilidade generalizada que culminaria em fortes pressões para a diminuir da ação do Estado na economia. Surgem, então, os Neoliberais com discursos que preconizam o ideal do Estado minimalista, cuja ação deveria basicamente se restringir ao policiamento, justiça e defesa nacional, deixando para o mercado as demais tarefas, sendo este mais eficiente, para tratar das questões econômicas e promover o crescimento e desenvolvimento socio-econômicos.

A partir da década de 80, os governos de Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher na Inglaterra, passam a ser os grandes representantes desta nova onda liberal, conduzindo processos intensos de privatizações, fortalecimento do livre mercado e diminuição acentuada do papel do

Estado como interventor e provedor de assistência generalizada (Hobsbawm, 1995).

O Estado Nacional vai perdendo relevância como definidor da identidade social, cultural e política. Os Estados vêm sofrendo processos de descentralização política derivados do fortalecimento dos níveis sub-nacionais de poder, como municipais e regionais. Tendo como consequência direta políticas públicas locais que afetam de uma forma mais direta e imediata a vida dos cidadãos, passa a haver um sentimento de comunidade mais arraigado como contrapartida à mundialização sem fronteiras (Foraz, 2000).

Drucker (1993, p. XIX) propõe que a nova forma de governo adequada à sociedade pós-capitalista implicaria na coexistência de estruturas transnacionais, regionais, a Nação-Estado e as tribos⁵, não havendo a ruptura do Estado como o temos hoje, mas uma reestruturação de forças e de papéis. No entanto, hoje em dia, o fluxo contínuo de capitais não respeita mais fronteiras nacionais, e os Estados não têm mais condições de controlá-los, sendo que a democratização de acesso ao mercado secundário das bolsas, o atalho para a participação da sociedade comum ao do capital produzido pela riqueza mundial. Esta é a sociedade pós-capitalista defendida por Drucker.

Contrariamente a Drucker, Hobsbawm (1995, p.555) continua valorizando a intervenção Estatal como indispensável para enfrentar as iniquidades sociais e ambientais do mercado e para garantir algum tipo de redistribuição de renda nacional. Embora os tempos sejam outros e as transformações históricas inegáveis, não se pode negar os conselhos provenientes de realidades passadas, os quais nos ensinaram a duras penas, que as forças econômicas liberalizadas em excesso não são condizentes com o equilíbrio e a harmonia socio-econômica.

Alguns autores continuam defendendo o Welfare State, não acreditando no esgotamento de suas diretrizes básicas, mas reconhecendo a necessidade de mudanças estruturais capazes de enfrentar a nova realidade e

⁵ Tribos – Provavelmente a intenção de Drucker era incluir todas as formas de institucionais de organização social, desde as mais complexas até à sua menor unidade, isto é as tribos.

problemática mundial, readequando-se às novas demandas socio-econômicas. Não há mais espaço para Estados hiper-burocratizados e centralizados, que impedem a produtividade e a inovação constante, muitas vezes com características tipicamente clientelistas e pouco públicas no sentido maior da palavra. As singularidades e a complexidade das sociedades modernas exigem um segundo estágio para o desenvolvimento do Estado do Bem-Estar Social, em que a participação popular e de base venham ser ingredientes fundamentais na nova composição do tecido social e no novo modelo de democracia capaz de construir a sociedade do bem estar social e não simplesmente o Estado do Bem-Estar Social. Para esse fim, destaca-se uma maior participação de organizações comunitárias e locais na gestão dos programas - ou seja, uma maior democratização ao estilo defendido por Bobbio (1998). Entende-se uma estratégia mais descentralizada e diversificada, seja na concepção dos programas, seja na sua implementação e controle.

A estrutura tributária do Estado merece uma atenção especial, no momento atual, em que é co-responsável, muitas vezes pela troca de trabalho por capital, com conseqüências desastrosas como se viu em vários países, nomeadamente europeus. Sugere-se que as contribuições dos empregadores sejam baseadas no valor adicionado, havendo no entanto grandes discussões quanto à real eficácia desse meio. O incentivo fiscal baseado na quantidade de mão de obra contratada e pelos lucros distribuídos por ela aos funcionários, também é uma medida amplamente discutida, mas a qual exige cuidados, pois poderá vir, mais uma vez, servir aos anseios do capital e de diminuir a atuação direta do Estado, colocando em risco a própria democracia.

A insistência retórica entre os dois modelos tradicionais de estatização vs. privatização ou sociais estatistas vs. liberais, cria um ciclo desgastante e sem soluções visíveis, já que provavelmente não é reeditando velhas fórmulas que se alcançarão novos modelos que satisfaçam os anseios da sociedade atual, cada vez mais complexa e reivindicatória. Porém, podem-se vislumbrar algumas linhas norteadoras das novas políticas públicas e da nova arquitetura social, tendo estas apoio em conceitos como socialização, descentralização e autonomização. Desburocratizar os processos e torná-los mais próximos de seus beneficiários via descentralização. Visando-se o crescimento das tarefas e

responsabilidades das coletividades locais. Transferir às coletividades não públicas (associações, fundações ONGs entre outras) as tarefas de serviço público, é a via da autonomização. Tendo como pré-requisitos essenciais, a redução de demanda do Estado, aliada à reinserção de valores coletivos como da solidariedade e cooperação (Salamon, 1998).

Tem surgimento um novo panorama mundial, impar na história e conflituoso em suas propostas, resultando em antagonismos e distorções de difícil resolução e por conseqüência, gerador de pressões de várias naturezas. Conceitos e definições, consagradas e solidificadas pelo tempo, passam a ter uma nova modelagem interpretativa. Os atores sócio-econômicos passaram por uma reestruturação poucas vezes vista na história e ainda em processo de redefinição e de delimitação de espaços.

O modelo de industrialização, consagrado e inaltecido durante todo o século vinte, que havia desbancado de longe em importância o setor primário, dá lugar ao setor de serviços (dos bancos à cultura e ao lazer) e ainda não bem assimilamos esta nova realidade, já nos deparamos com o surgimento e ascensão repentina de novas áreas de prioridade, como a do conhecimento (Rifkin, 1995).

No meio de toda esta revolução em ritmo nunca antes visto, esbarra-se com a idéia de progresso econômico dissociada da produção de empregos e do direito ao trabalho. É o conjunto da vida que se encontra mercantilizado. O econômico se autonomiza em relação às sociedades humanas, sendo a melhoria de vida dos povos e nações colocada como decorrente do jogo livre do mercado agora globalizado. Os instrumentos de regulação, como os Estados Nacionais de direito, as instâncias internacionais, tanto de Bretton Woods, FMI, Banco Mundial, Gatt, quanto o próprio sistema das Nações Unidas, tendem a se transformar, se já não o são, em instrumentos de regulação do mercado mundial (Dalton, 1974).

A esfera monetária e financeira, permeada num cenário de globalização econômica, transforma-se num "poder invisível", capaz de destruir de um dia para o outro qualquer política nacional. Os Estados Nacionais procuram em geral traçar as suas políticas em conformidade com esse sistema econômico, até

quando for incoerente com as suas estruturas internas. Estamos diante do paradoxo de tratar diferentes forças e realidades sócio-econômicas de forma igual.

Esse quadro conflituoso, que coloca em confronto idéias e ideais às vezes tão antagônicos, não é único na história da civilização humana, que sempre foi norteadada por um constante choque de interesses entre as diferentes camadas sociais, como resumiu Marx em sua célebre frase: "A história de toda a sociedade é a história da luta de classes". No entanto o momento atual apresenta a peculiaridade das dimensões e da rapidez das mudanças, criando-se reflexos generalizados e abrangentes.

Conforme Neto e Froes (1999), no Brasil, constata-se um processo semelhante, embora com as devidas diferenças de um país periférico em que, grande parte das vezes está sujeito às decisões externas, não construindo um modelo próprio. Encontram-se nos últimos tempos, um forte processo de enxugamento do Estado Nacional através de privatizações e de abertura comercial na tentativa de superar déficits crônicos e proporcionar crescimento econômico e competitividade capazes de inserir o país no mapa geo-econômico mundial, com o grande desafio de o fazer com justiça social. Estão, porém, amarrados a reformas estruturais essenciais ao desenvolvimento racional e sadio, é o caso da reforma tributária, administrativa e política que, implantadas convenientemente, poderiam se tornar fortes instrumentos propulsores, na construção de um país mais próspero e justo, comprometido com o bem comum e com oportunidades para todos (Neto e Froes, 1999).

Ainda que não seja objeto específico deste trabalho, convém ressaltar que a saída do Estado brasileiro da produção de bens e serviços, não gerou uma diminuição das necessidades de arrecadação, como aconteceu em outros países, mas estas tiveram um aumento significativo, mesmo após todo o processo de enxugamento priorizado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo a revista Exame de 4 de setembro de 2002, p.43, a carga tributária sobre o PIB, teve um aumento nos últimos 9 anos na casa de 9% contrariamente ao ideário do Estado minimalista. Parte deste descompasso se deve à pesada estrutura administrativa do governo e principalmente à administração de passivos.

1.3 NEOLIBERALISMO

Durante a década de 60, o mundo industrial já sinalizava problemas e isso ocorria no auge da guerra fria. Houve uma escassez de matérias primas, rápida inflação, desemprego crescente e estagnação econômica. Os fatores que influenciaram essa crise foram diversos, desde a insatisfação popular nos Estados Unidos e Europa, guerra do Vietnã, crise do trigo russo e a crises do petróleo de 1970 e 1979.

Todo esse conjunto de problemas aliado à forte crise da economia, favoreceu o aparecimento da corrente neoliberal. Pode-se afirmar, então, que o neoliberalismo é resultado da crise fiscal do Estado, que, cada vez mais inchado e burocrático, tornar-se-ia incapaz de atender às demandas da sociedade de forma efetiva e sustentável. Nesse momento crucial da história desse século as pessoas quiseram mais bem-estar social, mais segurança, maior aposentadoria, maiores pensões, mas não estavam dispostas a pagar para que isso se realizasse. O ser humano nunca foi tão sensível ao não pagamento de impostos como a partir da década de 70 (Xavier, 1996).

A corrente crítica que se desenvolve em cima do real papel e vocação do Estado, é acirrada à medida que o mesmo é visto como gestor de interesse de classe, muitas vezes geradores de conflitos de difícil equacionamento. É sobre este mesmo Estado que se batem a maioria das ondas do conflito social. É contra esse mesmo Estado que se levantam os desempregados, os estudantes que não encontram empregos ao saírem das Universidades e toda uma ordem de excluídos sem perspectivas.

As raízes da crise, afirmavam os teóricos neoliberais, estavam no poder excessivo exercido pelos sindicatos e pelo movimento operário. Considerava-se que esses movimentos haviam corroído as bases de acumulação e de lucro do sistema capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com suas pressões "parasitárias" para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Diante da crise do Estado do Bem-Estar Social , surge a proposta Neoliberal, de manutenção de um Estado forte em sua capacidade de romper o poder sindical e no controle da emissão do dinheiro, porém propõe-se a redução drástica nos gastos sociais e sua saída das questões econômicas que deveriam ser reguladas pelo próprio mercado. Para que isso pudesse acontecer era necessário uma disciplina orçamentaria com uma contenção dos gastos sociais, terminando com a busca incessante pelo pleno emprego, trazendo de volta um exército de mão-de-obra de reserva de trabalho, que levaria à derrubada de poder dos sindicatos. Procedeu-se, ainda, a uma forte pressão para a diminuição de impostos, em todas as áreas, nomeadamente contribuições sociais e os que sobrecarregavam as camadas mais ricas (Xavier, 1996).

Segundo Petras (1998, p.15), o ressurgimento do neoliberalismo ocorre como resultado da crise do nacional-populismo e da derrota do socialismo. Mais especificamente, o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente do liberalismo. É semelhante na medida em que defende a idéia de que o mercado, e não o Estado, deveria ser o único alocador de salários e capital. Outras similaridades e diferenças destacam-se no quadro 3:

Quadro 3 – COMPARAÇÕES ENTRE O LIBERALISMO E NEOLIBELARISMO

Liberalismo	Neoliberalismo
O melhor governo é o que menos governa	Posicionamento idêntico
Desregulamentação total, derrubada das barreiras comerciais, livre circulação de bens, de trabalho e de capital. Contrário às regulamentações trabalhistas e ambientais e favorável a auto-regulamentação do mercado.	Posicionamento idêntico
Combate restrições pré-capitalistas (regime feudal)	Luta contra o capitalismo sujeito a influências do sindicalismo (o estado de bem-estar social) e contra o socialismo
Defende a abertura de mercados	Defende o mercado global
Implica em prejuízos para as unidades agrárias auto-suficientes e comunidades camponesas	Trouxe prejuízos às empresas nacionais públicas e privadas, priorizando-se grandes grupos multinacionais.
Favorece o fortalecimento da legislação trabalhista, previdenciária e empresa pública	Estimula a eliminação das leis trabalhistas, a ausência de sindicatos e partidos operários
Contribui para o empobrecimento dos camponeses	Resulta em extinção de postos de trabalho, além de contribuir para o crescimento do trabalho informal e autônomo.
Estimula o crescimento das cidades e dos complexos industriais urbanos	Prejudica as cidades, transformando-as em enormes favelas, dividindo-as entre os muito ricos e os muito pobres, propicia o fechamento de complexos industriais e dos mercados internos

Adaptado de Petras (1998).

Define-se neoliberalismo como o modelo de Estado alinhado com a recente situação econômica internacional, o qual apresenta e defende as seguintes propostas:

- a) existência de um governo deficiente em relação aos gastos sociais e nas intervenções econômicas;
- b) instalação e manutenção de governo forte na capacidade de romper e desmantelar o poder e influências sindicais;
- c) a estabilização dos preços e austeridade nas contas públicas;
- d) rigoroso controle na emissão de moeda;
- e) privatização dos meios de produção e das empresas estatais;
- f) liberalização do comércio e dos fluxos de capital;
- g) desregulamentação da atividade privada.

O marco teórico do neoliberalismo ocorre a partir do livro “O Caminho da Servidão”, escrito pelo economista austríaco Fridrich A. Hayek , publicado na Inglaterra em 1944. Hayek (1990) fez um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, que denuncia como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.

Nessa situação, as idéias neoliberais começam a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivos e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Friedman (1962) foi um dos precursores e impulsionadores dessa doutrina econômica e um dos que mais contribuiriam para o seu arcabouço teórico, fortalecido com a premiação do Nobel de Economia em 1976. Suas principais idéias influenciaram governos do mundo inteiro, destacando-se as que se seguem:

- A liberdade individual deverá ser a finalidade das organizações sociais;

- O mercado deverá ser o único agente regulador, que com taxas de câmbio totalmente flexíveis determinadas pelo livre jogo das forças econômicas, tenderá ao equilíbrio;
- A interferência na liberdade de mercado será considerada coercitiva e logo, abusiva;
- Devem-se evitar os monopólios e trustes que limitam o desenvolvimento sadio do mercado;
- Deve-se acabar com os programas de seguridade social e habitação, deixando-os para a iniciativa privada. Também não deverá haver controle sobre aluguéis e salários;
- Os governos deverão sair da atividade econômica via privatizações;
- Os impostos, que deverão recair sobre os gastos, serão reduzidos, já que não deverão onerar a produção e com um Estado diminuto não serão necessários orçamentos públicos tão elevados;
- Deve-se acabar com os subsídios de qualquer natureza e restringir ao máximo a atuação dos sindicatos.

Cronologicamente, a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo foi colocada em prática no Chile de Pinochet, em 1970, após o violento golpe militar que derrubou e assassinou o presidente Allende. Como observa Anderson (1999), O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura, com forte desregulamentação, privatização de bens públicos, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e desemprego em massa. Tudo isso quase um decênio antes da ascensão de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos e contando com a ajuda direta dos "Chicago boys", um grupo de economistas que haviam estudado na Universidade de Chicago e que ocupavam postos-chaves no governo Pinochet, o próprio Milton Friedman era tido como conselheiro econômico do regime militar chileno.

Anderson (1995) destaca que o neoliberalismo chileno, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma jamais havia sido

um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Por isso, Friedeman e Hayek podiam olhar com admiração para a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios.

Por o Chile ser um país periférico, o neoliberalismo somente obteve alcance mundial quando, em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, que se empenhou publicamente em pôr em prática um programa neoliberal em um país do centro do capitalismo. Logo em seguida, em 1980, Reagan chega à presidência dos Estados Unidos, e a dupla Reagan/Thatcher exerceu, por assim dizer, um papel fundamental na política neoliberal e na configuração da nova ordem mundial que o neoliberalismo hoje expressa.

No governo Thatcher, houve a redução e controle rígido da emissão monetária, elevação das taxas de juros, foram reduzidos drasticamente os impostos sobre os altos rendimentos, abolidos os controles sobre os fluxos financeiros, corte nos níveis de emprego, extinção dos movimentos grevistas e imposição de uma nova legislação anti-sindical, além de diminuição severa nos gastos sociais. Lançou-se, ainda, um amplo programa de privatizações, começando por habitação pública e passando-se em seguida a indústria básica como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (Anderson, 1995).

Para Anderson (1995), a variedade norte-americana foi bem distinta das demais, já que nos Estados Unidos não existia um Estado de Bem-Estar do tipo europeu, que o governo Thatcher se empenhara em desmontar. Para Reagan, a prioridade neoliberal era mais do que a competição militar com a União Soviética. Concebia-a como estratégia para quebrar a economia soviética e, por essa via, derrubar o regime comunista na Rússia. Com a vitória da guerra fria pelos Estados Unidos e a queda do regime do Leste Europeu e da União Soviética, no período 1989 a 1991, o neoliberalismo tomou conta de toda a região e,

posteriormente, numa terceira onda, invadiu a América Latina de maneira generalizada, com a eleição de Salinas no México (1988), Menem na Argentina (1989), Carlos Andres Perez na Venezuela (1989), Fujimori no Peru (1990) e Collor no Brasil (1990).

A imposição política de um modelo econômico pré-industrial sobre uma formação social avançada exerce efeitos negativos na economia e na sociedade. Ela desarticula os setores econômicos e as regiões interligadas e, ao mesmo tempo, marginaliza e exclui as classes produtivas (fabricantes e operários), fundamentais para o mercado nacional. A chamada organização da economia global, formalizada no Consenso de Washington, 1990, leva ao crescimento de enclaves compostos por uma reduzida classe de capitalistas transnacionais, vinculados às multinacionais e aos bancos estrangeiros. Na agricultura, isso significa que os exportadores do agrobusiness crescem, enquanto a renda dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais sem-terra diminui. Na indústria, significa um desemprego em grande escala, empregos temporários e informalidade. A introdução de novas tecnologias – informatização, robótica, eletrônica digital – agrava a exploração e facilita as redes de comunicação que conectam as classes dominantes. Isso gera uma nação corporativa virtual, acima dos países convencionais, movida por um único e superior objetivo: remunerar com lucros exacerbados o capital internacional.

Santos (1998 p.43) afirma que a crise de contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão, essas transformações profundas produzem o que Santos chama de pré-contratualismo, (exclusão de grupos e interesses sociais que estavam incluídos no contrato social) e de pós-contratualismo, (bloqueio à cidadania dos grupos sociais que se consideravam aptos e tinham expectativas de ter acesso ao contato social).

Fala-se de pactos sociais e de compromissos anteriormente assumidos que agora se torna impossível continuar a honrar quando, de fato, a situação anterior nunca passou de contratos-promessas e de pré-compromissos que em verdade nunca se realizaram. Passa-se assim do pré-contratualismo ao pós-contratualismo sem nunca se ter passado pelo contratualismo. Assim tem sucedido sobretudo nos quase Estados-Providência que têm vigorado em muitos países semiperiféricos ou de desenvolvimento intermediário. (Santos, 1998, p.24).

Boaventura de Souza Santos salienta ainda, que tanto o pré-contratualismo como o pós-contratualismo são produto das profundas transformações nos dispositivos operacionais do contrato social⁶, destacando-se a dessocialização da economia, reduzindo-a à instrumentalidade do mercado e das transações. Este processo vem conduzindo à redução crescente e acelerada dos direitos básicos de cidadania, como o próprio direito do trabalho e os direitos econômicos e sociais, passando-se do contratualismo para o pós-contratualismo.

Santos (1998, p.23), destaca a importância de se ultrapassar a trajetória do colonialismo e de um conhecimento como regulação para o domínio da solidariedade e do conhecimento como forma de emancipação. Como forma de minimização dos graves problemas que atingem a sociedade, em decorrência de todas as transformações recentes, Santos (1998, p. 54) propõe as seguintes medidas :

- a) Adoção do Imposto Tobin: trata-se de um imposto global, sugerido pelo economista James Tobin, Prêmio Nobel da Economia, que deveria incidir com uma taxa de apenas 0,5 % sobre todas as transações nos mercados de câmbio. As receitas desse imposto (cerca de 1,5 bilhões de dólares por ano), recolhidas ao nível nacional pelos Estados, seriam canalizadas para um fundo central e posteriormente redistribuídas aos organismos de operações de paz, luta contra a pobreza e contra a degradação do meio ambiente;
- b) Perdão da dívida externa dos países mais pobres. A dívida dos países pobres tem contribuído grandemente para a exaustão dos recursos naturais, o desinvestimento nos programas sociais e nos programas de desenvolvimento econômico como infra-estruturas, formação de capital humano e aquisição de tecnologias, na medida em que todos os recursos financeiros são canalizados para o pagamento da dívida e dos juros e para a retração do investimento, seja interno seja externo.

⁶ O Contrato Social visa criar um paradigma sócio-político que produz de maneira normal , constante e consistente quatro bens públicos: legitimidade da governação, bem estar econômico e social, segurança e identidade coletiva. Santos (1998 p.11)

O Welfare State teve em seu delineamento a busca de uma sociedade, embora capitalista e de características liberais, eqüitativamente mais justa diminuindo as distorções próprias de um mercado regido por suas próprias regras e delineamentos. A entrada do governo na economia e a regulamentação capaz de oferecer condições básicas para toda a população, por mais paternalista que isto possa ter-se tornado, foi capaz de gerar um revolucionário modelo de harmonização das forças sociais. A construção de uma economia mista buscou, como nunca, aliar o melhor do livre mercado com um sistema de intervenção estatal capaz de reparar distorções próprias deste, além de garantir um mínimo de bem estar para toda a população (Draide e Henrique, 1998).

Ainda que apontado como um subterfúgio do capitalismo para não submergir debaixo de suas próprias contradições, não se poderá simplificar uma estrutura econômica e social capaz de reger a maioria dos países ocidentais dos anos 30 aos 70 com fortes influências ainda hoje em vários países europeus, principalmente as nações Nórdicas, onde é inquestionável os altos índices de desenvolvimento econômico e social alcançados e em vigor até hoje.

Considerar o modelo de Estado do Bem-Estar-Social como obsoleto, por ter dificuldades em conciliar crescimento econômico e bem-estar social, é uma forma escapista e radical das elites mundiais para poderem atuar livremente sem restrições, fechando-se em suas "ilhas" de prosperidade, alimentando cada vez mais a concentração de forças e construção de castas sociais. Algumas propostas vêm sendo defendidas cada vez mais fortemente, como o imposto Tobin, regulando o fluxo de capitais pelo mundo, movimentos de perdão das dividas externas dos países mais pobres, além da abertura econômica para o escoamento de seus principais produtos.

Uma alternativa econômica que se encontra em crescimento, como forma de minimizar as mazelas de nossa sociedade são os modelos de economia social, que apresentam como principal característica uma nova forma de cooperativismo popular. Essa proposta, que tem em Singer (2000) um de seus principais defensores, propõe um modelo de organização social e produtiva, partindo das bases mais negligenciadas da pirâmide econômica. Seria uma forma de resgate

das camadas empobrecidas e excluídas, além da proposta de arquitetura de um novo modelo econômico e social , centrado no homem e não no capital

São algumas propostas sinalizadoras de um novo tempo. Embora, saiba-se do poder descomunal exercido por esse novo ideário liberal, fortalecido e mantido pelo poder da mídia mundial, que faz parte do próprio escopo de ação e influência neoliberal. Uma antítese a este monopólio quase absoluto do liberalismo econômico sobre todas as esferas sociais, está surgindo de forma concreta e extremamente vigorosa. Trata-se da sociedade civil que se vem organizando e ocupando um papel de destaque na construção desta nova ordem socio-econômica, lutando pelo seu lugar e impedindo o absolutismo do capital sobre o ser humano.

A sociedade civil está transformando drasticamente a sua conduta e posicionamento, deixando de ser apática aos ditames das elites autoritárias e passando a ser sujeito ativo nas decisões e práticas, que visam construir um espaço mais democrático e justo para todos. A sociedade civil organizada de interesse público vem se utilizando de instrumentos modernos de gestão e de informação, de forma a ampliar o seu potencial de ação, assim como a sua visibilidade Salamon (1998).

Os movimentos populares estão começando a criar força e destaque além de suas próprias fronteiras. Ainda se encontra em terreno obscuro a dimensão futura de todo este movimento, ainda se encontram no campo das hipóteses, em que se desenham possibilidades diversas, muitas vezes antagônicas e divergentes em seus postulados. Só a história futura poderá dar respostas mais concretas e visíveis, quanto ao novo modelo social que se vem desenvolvendo.

Com a diminuição do poder de atuação dos Estados Nacionais e o constante e progressivo aumento de demandas sociais, vem-se alimentando um vácuo cada vez mais intenso gerador de conflitos e pressões de várias naturezas e de conseqüências imprevisíveis no longo prazo. Segundo Drache (1999), as relações de classe estabelecidas estão desmoronando, uma vez que o setor privado criou um mundo sem fronteiras que apenas promove a ganância

empresarial, condenando a grande massa da população ao ostracismo e abandono.

Em todo esse processo de liberalismo econômico, cujos os mercados ditam as leis, verifica-se uma busca desenfreada por eficiência e ganhos de produtividade, via avanços tecnológicos e redução de custos, criando-se, como subproduto, o desemprego, a instabilidade e a desumanização do mercado de trabalho, em decorrência de uma competição desenfreada, de características “darwinianas”. Alia-se a tudo isso as pressões, cada vez maiores, para a desregulamentação do trabalho, levando a um domínio cada vez mais intenso do capital sobre o trabalho Drache (1999).

Com o ressurgimento do liberalismo como modelo padrão para a quase totalidade dos países do mundo, a sociedade está marcada pela revolta das elites e o final da democratização da riqueza. As elites se sentem cada vez mais independentes do Estado e não aceitam mais as delimitações deste, não estão dispostas a pagar pelas políticas sociais que garantiam redistribuição de renda protegendo aqueles que menos ganhavam. Esse compromisso está sendo abandonado ou revisado. A criação de riqueza, coesão social e liberdade política costumavam reforçar-se mutuamente, agora essas metas somente são atingidas às custas umas das outras. Por outro lado, as pressões dos excluídos e órfãos do Estado do Bem-Estar Social, se manifestam de várias formas, desde a própria violência visual de bolsões de miséria contrastando com bairros dominados por mansões cinematográficas, até as formas mais explícitas e indignadas, convertidas em marginalidade, guerras civis, violência e grupos de pressão de toda a ordem, (Drache, 1999).

Seguindo a lógica do mercado e da rentabilidade que privilegia as condições de pagamento e a capacidade de consumo dos mercados, acentua-se a luta pelas regiões mais rentáveis em detrimento de zonas economicamente pouco atraentes, criando-se o isolacionismo e a exclusão em massa. Está-se diante da construção de um novo “muro da vergonha”, não mais entre sistemas econômicos e políticos opostos, mas entre classes sociais, como expõem Buarque (2001).

Como resposta dialética a esse quadro conflituoso e gerador de distorções abissais, começam a surgir contra-forças alternativas emanadas e defendidas pela sociedade civil organizada, que se indigna diante do cenário a que assiste e passa a interagir, chamando para si a responsabilidade perante as injustiças que a cercam, tornando-se sujeito pró-ativo na busca de soluções concretas para a construção de uma sociedade mais humana, justa em que a solidariedade e a ética possam tornar-se moeda corrente.

Como afirmam Melo Neto e Froes (1999), há um novo paradigma que engloba a busca de soluções dos problemas sociais, o empenho na qualidade de vida e a crença nas conquistas significativas de cidadania, desta vez não mais guiados de uma forma paternalista, mas cada um responsabilizando-se pelo mundo em que vive, buscando soluções, exigindo seus direitos e principalmente sendo sujeito pró-ativo na construção de uma nova sociedade com a cara dos agentes que a compõem, ainda que a duras lutas para quebrar os muros que impedem o homem de exercer a cidadania e de construir uma sociedade de todos e para todos.

O sociólogo alemão Claus Offe (1998) defende a tese de que está em curso uma gigantesca reforma das relações do cidadão com o governo, através de Movimentos Sociais da Sociedade Civil, Organizações Não Governamentais e Igrejas. Todos mobilizados para criar uma nova ordem social, radicalmente nova nas relações com o Estado, Empresas e a Sociedade Civil. Sendo esta portanto, a principal base para a estruturação e o funcionamento do chamado Terceiro Setor, que tem como principais pontos de apoio às características a seguir:

- Um predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e empresarial;
- Mudanças profundas na relação do cidadão com o governo;
- Surgimento de uma nova concepção de Estado;
- Supremacia dos interesses sociais aos corporativos;
- Surgimento de novas instituições sociais;
- Aumento da influência das entidades comunitárias;

- Crescimento dos canais de reivindicações sociais e aumento de sua força e significância;
- Criação de redes de solidariedade social com fortes poderes de mobilização.

Neto e Froes (1999) destacam que o Terceiro Setor vem aí como uma força surgida nas bases da sociedade civil, com propostas concretas, capacidade mobilizadora e de pressão junto às diferentes esferas de poder, assim como cooperar com elas de forma a suprir demandas que o Estado não consegue mais atender. Acredita-se ser essa força não algo isolado e conflitante com as demais, mas um aglutinador capaz de preencher lacunas, além de poder de pressão com autoridade reivindicatória, a voz de quem nunca teve o direito de se manifestar.

Como força geradora desse movimento está o papel fundamental da educação conscientizadora para a cidadania. Como o impulsionamento do Terceiro Setor é a mobilização popular, não se pode imaginar algo acontecer sem que seja precedido por uma transformação cultural capaz de criar senso de cooperação e de responsabilidade mútua, contrariamente aos princípios de individualismo e egocentrismo que predominam na atual cultura dominante. As entidades civis, os movimentos sociais e as igrejas são alguns dos mais novos provedores de educação para a cidadania. Mas estes movimentos estão apenas começando a manifestar o enorme potencial de trabalho a ser realizado.

Segundo Hobsbawm (1995), a história ensinou que regimes de livre comércio, com minimização das regulamentações Estatais, não são sustentáveis a longo prazo. Se a humanidade não se manifesta, o planeta o faz de forma violenta. A economia baseada no consumo desenfreado é insustentável para um mundo de recursos limitados. O desenvolvimento sustentável é o grande desafio para a própria continuidade da vida humana, agressões e abusos ao meio ambiente terão repercussões danosas e imprevisíveis contra todos. É hora de repensar o próprio modelo de desenvolvimento atual, que se baseia no consumo desenfreado e ilimitado, contraditório com as próprias leis naturais que regem o planeta e que garantem a sustentabilidade da existência no longo prazo.

2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP

A definição de Terceiro Setor ainda apresenta distorções que impedem que haja uma unanimidade na sua caracterização e delineamento. De acordo com Mário Aquino Alves (apud Melo Neto & Froes, 1999, p.8) pesquisador da Fundação Getulio Vargas, a expressão Terceiro Setor nasceu da idéia de que a atividade humana é dividida em três setores. Um primeiro setor comportado pelo Estado, em que agentes públicos exercem ações de caráter público; um segundo setor caracterizado pelas empresas (mercado), no qual agentes privados agem visando a fins particulares; e por fim, um Terceiro Setor relacionado às atividades que são simultaneamente não-governamentais e não-lucrativas, mas com finalidades públicas ou sociais. Assim, o Terceiro Setor seria o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedente econômico que sejam gerados nesse processo.

Ioschpe (1997, p.27) define o Terceiro Setor como o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltadas à produção de bens públicos, como, por exemplo, conscientização para os direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de ligas esportivas. Essas definições vêm destacar o caráter multifacetado deste Setor, demonstrando sua heterogeneidade de meios, mas com fins comuns, como a solidariedade, a sustentabilidade, a democracia e a equidade social.

Alves (2002), destaca a complexidade e as dificuldades inerentes à definição da expressão “Terceiro Setor”, que começou a ser usada nos anos 70 nos EUA, com o propósito de identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos voltadas para a produção e distribuição de bens e serviços públicos. Esta nomenclatura perdeu a unanimidade e universalidade, por volta dos anos 80, sendo substituído por expressões como, não lucrativo (*nonprofit sector*). Embora esta transformação semântica não veio solucionar totalmente a

complexidade e heterogeneidade de fins e dos próprios meios. Tornando o tema ainda mais complexo, podemos encontrar, dependendo da cultura ou ambiente, expressões como “setor da caridade”, “setor independente”, “setor voluntário”, “organizações não-governamentais”, “economia social”, “filantropia” etc, sendo que cada uma destas expressões mantém um enfoque específico da realidade, deixando de lado características e particularidades de extrema relevância na compreensão da dinâmica do setor como um todo.

O Terceiro Setor, assim como todas as denominações incorporadas, de certa forma por este, ocasionaram uma complexidade de definições e interesses, que muitas vezes tornaram-se causadores de discórdia quanto ao verdadeiro propósito destas organizações, implicando muitas vezes, no próprio questionamento da idoneidade e confiabilidade das organizações do Terceiro Setor como um todo. Estes obstáculos conduziam à divisão e enfraquecimento do próprio Terceiro Setor, além da sua descaracterização, impedindo o desenvolvimento de uma cultura de contribuições e envolvimento contínuo por parte da sociedade civil e dos diferentes organismos, tanto estatais como das corporações privadas (Barbosa e Oliveira, 2002 p.105)

A multiplicidade de definições e principalmente o amplo espectro que hoje se denomina como pertencente ao Terceiro Setor, levou à necessidade de melhor delimitar este tema, trabalhando-o de forma mais focalizada e definida. Com esse intuito o Governo Federal regulamentou um modelo específico através da lei nº 9790 de 23 de Março de 1999, que adotou o nome de "Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público" - OSCIP. Essa regulamentação veio trazer uma nova configuração ao Terceiro Setor no Brasil que estava envolto num universo que alcança todas as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas ou não como Organizações Sociais e de Interesse Público. Pereira e Grau (1999) também abordam a complexidade do Terceiro Setor e o subdividem de forma a caracterizá-lo mais coerentemente com os seus diferentes propósitos de atuação, ou seja, o corporativo formado por entidades de representação de interesses, e o público não estatal, constituído por entidades também sem fins lucrativos, mas que defendem o interesse público, objeto particular do nosso estudo.

O conceito de sociedade civil é complexo e passa por linhas de observação e análise extremamente tênues quando se busca o seu aprofundamento. Uma das questões analisadas por Bobbio (1997 p.51) diz respeito à distinção entre Sociedade Civil e Estado, em que dois movimentos inversos se fizeram sentir. Por um lado o Estado reapropriou-se da sociedade transformando-se de Estado de Direito em Estado Social. Por outro lado, verificou-se um processo inverso de socialização do Estado através do desenvolvimento das várias formas de participação nas esferas políticas, destacam-se aí as organizações que exercem direta ou indiretamente algum poder de conotação política. A expressão “Estado Social” como afirma Bobbio (1997 p.51), pode ser entendida tanto como o Estado que permeou a sociedade, mas também no sentido inverso, ou seja, o Estado permeado pela sociedade.

A contraposição entre sociedade civil e Estado continua a ser de uso corrente, sinal de que reflete um situação real. Embora prescindindo da consideração de que os dois processos – o Estado que se faz sociedade e da sociedade que se faz Estado – são contraditórios, pois a conclusão do primeiro conduziria ao Estado sem sociedade, isto é, ao Estado totalitário, e a conclusão do segundo à sociedade sem Estado, isto é, à extinção do Estado. Sob este aspeto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mas contínuos, distintos mas interdependentes, do sistema social em complexidade e em sua articulação interna. Bobbio (1997 p.51)

A sociedade civil, como figura de destaque no novo cenário de contestualização social da modernidade, teve seu conceito originário dos livros de história europeia e introduziu-se na América Latina no final dos anos 70. A expressão Sociedade civil e cidadania, como afirma Fernandes (1994, p.87), leva a um panorama universalista, partes de um todo maior o qual foi adotado pela maioria dos movimentos. A expressão sociedade civil vinha se contrapor ao “militar” que estava intimamente ligado ao comando pela força.

Na sociedade civil, por seu lado, os relacionamentos entre indivíduos são, segundo direitos adquiridos, inscritos nas leis. Para que tenham existência legítima, é preciso que, independente de suas ações ou aspirações, venham a comportar-se segundo as leis, havendo por consequência a preocupação com os mecanismos pelos quais uma idéia se transforma em lei, com a necessidade e desejo de participação política.

Bobbio (1997, p.84), destaca que sociedade civil pode ser entendida de duas formas, uma positiva outra negativa. Quando se destaca a abordagem negativa entende-se a sociedade civil como a esfera das relações sociais não regulamentadas pelo Estado, ou seja, é uma visão que tem como centro o próprio Estado. Por outro lado, a sociedade civil numa conotação positiva, passa a indicar o lugar onde se manifestam todas as instancias de modificação das relações de dominação, adquirem força os assim chamados contra-poderes. A visão sistêmica, por outro lado, define a sociedade civil como o espaço reservado à formação das demandas (input) que se dirigem ao sistema político que tem o dever de responder (output).

Bobbio (1997, p.35), destaca ainda, que ao contrário de Marx, para quem a sociedade civil compreende a esfera de relações econômicas e, portanto, pertence à chamada estrutura, Gramsci entende por sociedade civil apenas um momento da superestrutura (aspectos ideológicos e políticos). Weber, por sua vez, salienta que sociedade civil e Estado não são duas entidades sem relação entre si, pois existe um continuo relacionamento entre ambos. Sendo que a solução das crises que ameaçam a sobrevivência de um Estado deve buscar-se, antes de tudo, na sociedade civil, onde se poderá formar novas fontes de consenso e legitimidade, tanto que em momentos de ruptura, se exalta a volta à sociedade civil, sendo os partidos políticos freqüentemente definidos como os articuladores, agregando e transmitindo as demandas provenientes da sociedade civil, tornando-as objeto de decisão política.

A história dos movimentos ligados à sociedade civil, com finalidades de promoção social no Brasil, datam de épocas remotas e de difícil identificação, já que as primeiras obras de caráter assistencialista desencadeadas principalmente pela Igreja Católica, remetem aos primeiros anos de colonização. Por outro lado, só viriam a desempenhar uma forma mais libertadora e de promoção humana, no seu sentido "lato", por volta dos anos 60, ainda pelas mãos da Igreja Católica, que desempenhou um papel de destaque na luta pelos direitos humanos na época de ditadura e lançou as primeiras grandes mobilizações civis com as Comunidades

Eclesiais de Base⁷, onde o pobre e excluído era figura prioritária na construção de uma nova Igreja e de uma nova sociedade. As Universidades também desempenharam um papel de destaque, com uma postura ativa e intimamente ligada aos movimentos populares, onde o discurso teórico era acompanhado de ação prática (Landim, 1998, p.45).

Numa Segunda fase, com o início da abertura política e o papel de destaque das Universidades e ainda com a volta dos exilados, via anistia de 1979, tem início uma nova era nos movimentos sociais e engajamento da sociedade civil. Salientam-se os ideários de esquerda, de forte influência marxista com aspirações políticas mais abrangentes. Dá-se impulso à tendência já em curso, pelos movimentos ligados à Teologia da Libertação, de deixar o assistencialismo em proveito de projetos estratégicos e de promoção humana, incentivando experiências de cooperativismo e geração de renda (Landim, 1998, p.46).

Os movimentos populares tiveram no Brasil seus alicerces teóricos em autores ligados a linhas ideológicas de esquerda, na lógica histórica da luta de classes, destacando-se Castells, Lojkin, Borja, Weffort e Touraine. Em suas obras, há um constante debate sobre a incapacidade do mercado para assimilar as demandas por ele mesmos estimuladas, destacando o pensamento marxista de que o capitalismo cavaria a própria sepultura, através de suas contradições (Fernandes, 1994, p.62).

Outro destaque, na formação dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, é que se originaram e se desenvolveram à margem dos recursos locais e das relações com o Estado ou com as empresas privadas, apoiando-se praticamente na cooperação internacional, o que lhes garantia uma maior independência e liberdade de ação. Destaca-se, em todo esse processo de formação e desenvolvimento dos movimentos sociais na América Latina, a importância de organismos internacionais de cooperação ligados às igrejas protestantes, principalmente européia, que sempre mantiveram forte atuação (Fernandes, 1994, p.83).

⁷ Comunidades Eclesiais de Base são grupos organizados em torno de paróquias, motivados pela fé, vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência (Betto, 1981, p.16-17)

A maioria das entidades, ligadas à sociedade civil com finalidade públicas que hoje conhecemos, foram criadas a partir de 1985 e tiveram seu maior impulso depois de 1990. O panorama histórico que alavancou os esforços da sociedade civil organizada, analisando a América Latina de uma forma particular, está intimamente ligado ao número de empobrecidos e excluídos que cresceu 25% entre 1985 a 1990. O agravamento dos indicadores sociais se explica principalmente, em decorrência do galopante processo inflacionário que acometeu a maioria dos países, assim como aos drásticos cortes públicos por que passaram a maioria das economias desta região.

Deve-se ressaltar a ineficiência dos aparatos estatais, grande parte recém saídos de governos totalitários e subjugados por interesses externos que engessavam qualquer tentativa emancipatória. Todo este cenário veio estimular a busca por alternativas autônomas, que possibilitassem suprir as carências orçamentárias dos governos, estimulando a busca por recursos para fins sociais no setor privado, formando-se uma terceira força na condução de políticas e esforços sociais Fernandes (1994, p.129).

Como já se afirmou, as organizações que compõem as OSCIPs, na maioria dos casos não são novas tendo suas origens perdidas na própria história através da manifestação de vários movimentos de cunho filantrópico ou que de alguma forma mobilizaram a sociedade civil em diferentes períodos históricos, com finalidades de âmbito social. O que podemos ressaltar como realmente fatores novos são a sua força e o poder de mobilização, únicos na história, capazes de pleitear igualdade em relação ao Estado e ao Mercado. Saliencia-se que este esforço para conquistar um lugar equinime aos demais setores tradicionalmente estabelecidos, não vem como opositor, mas propor uma parceria intersetorial capaz de obscurecer os limites entre os três, visando-se o estabelecimento de um quadro de equilíbrio e harmonia com benefícios para toda a sociedade.

Putnam (apud Drache 1999) assinala que as mudanças decorrentes de uma era globalizada com fortes pressões econômicas, criam como contra partida um sentimento mais forte de envolvimento cívico, levando os cidadãos de todo o mundo a construir redes e conexões, definindo o novo sentido do espaço

cívico. As OSCIPs poderão se tornar uma proteção contra pressões competitivas globalizadas, com algumas semelhanças com o poder exercido pelos movimentos sindicais do começo do século XX. Não há dúvida de que a configuração das OSCIPs, acabam gerando uma relação triangular na descentralização e na reforma das políticas de bem estar.

Mesmo sendo possível identificar alguma intenção no discurso e na letra da lei quanto à emancipação social desejável ou potencial, os efeitos de fundo possíveis de serem alcançados ainda mantém a lógica da proteção social. No discurso dos entrevistados da presente pesquisa, é possível perceber uma certa desconfiança quanto à lei das OSCIPs, sendo a mesma percebida, muitas vezes, como políticas sociais efêmeras e de manutenção das tradicionais relações paternalistas de assistencialismo público, criadoras de dependência e submissão. Correndo-se o risco de se desenvolver mais uma forma de controle sobre qualquer tentativa emancipatória ou de conotação mais revolucionária em relação às estruturas sociais vigentes.

Apesar do discurso corrente de independência e autonomia das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, o que se pôde constatar através da presente pesquisa, é a pulverização de dependências. Isto é, há um desejo e uma necessidade inquestionável de manter o fluxo de recursos públicos recebidos, mas por outro lado, verifica-se a busca de outras fontes de financiamento e manutenção, nomeadamente providas do setor empresarial e da própria comunidade. Verifica-se ainda, um esforço para que estas organizações possam se tornar geradoras de recursos próprios, para que com isso haja uma maior independência e autonomia em relação às diretrizes priorizadas.

2.1 Objetivos das OSCIPs

Ioschpe (1997) destaca que as OSCIPs apresentam como um dos seus principais desafios a busca por uma sociedade mais equânime, democrática e provedora de oportunidades que leve à inclusão dos hoje esquecidos e

marginalizados. Esta disposição vem através de atos simples e com fórmulas antigas, que emanam do próprio inconsciente coletivo de se sentir parte de um todo comum. A grande diferença dessa nova proposta é a capacidade mobilizadora de massas, tanto humanas como de capitais e de seu caráter mais profissional, com características próprias das ciências administrativas e organizacionais, com técnicas semelhantes às utilizadas pelas mais modernas empresas. Acredita-se na possibilidade de criação de um novo pacto social, composto pela sociedade civil organizada, empresas e pelo poder público, quebrando as fronteiras setoriais e mesmo nacionais, ultrapassando fronteiras e barreiras culturais, indo ao encontro do bem comum (Melo Neto e Froes, 1999).

A proposta de mobilização popular é, com certeza, sua grande bandeira que envolve mudanças drásticas nos paradigmas culturais de subserviência e passividade da sociedade civil. O caráter dessa mobilização não é apenas reivindicatório, mas tem como fundamento a aglutinação de parcerias e repartição de responsabilidades, tanto com o poder público, empresas privadas, organizações internacionais e com as comunidades locais. Visa-se ao bem comum, e para tal, todos têm de participar de forma a vislumbrar a criação de um novo pacto social, onde a participação e a parceria serão as palavras que nortearão a nova ordem social.

Segundo Landim (1998, p.70), boa parte das organizações da sociedade civil brasileiras realiza serviços extremamente variados, não se limitando ao seu campo inicialmente definido. Estão ligadas também à geração de renda, cozinhas comunitárias, reciclagem de lixo, agricultura alternativa, atendimento ou prevenção a doenças, casas de atendimento a crianças de rua, grupos de artesanato, complementação de renda, cooperativas de comercialização, etc. Isso reflete o forte envolvimento com o grupo alvo e a sua grande flexibilidade e desburocratização que lhes permite inovar em áreas diferentes do foco inicial.

Há de se salientar uma afirmação comum à grande maioria dos dirigentes ou estudiosos destas organizações, que é o fato de não pretenderem ser substitutos do Estado, pela própria vocação e até pelos recursos que dispõem serem extremamente limitados para a concretização desta hipótese. As OSCIPs, por

objetivo original, têm sua atuação delimitada a grupos populares, discriminados ou marginalizados, promoção de valores, promoção da cidadania e interpelação do Estado em relação às políticas públicas (Landim, 1998).

De acordo com Fernandes (1994, p.75) existem três idéias intimamente ligadas ao conceito de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- 1- Olhar o todo, em vez de especializar-se num segmento (estilo de pensamento das esquerdas)
- 2- Valorizar a interação face a face, em vez da abordagem formal e burocrática (concentração no contexto católico)
- 3- Concentrar-se no local de moradia, em vez de no local de trabalho (associava-se à emergência dos movimentos sociais urbanos).

As OSCIPs têm demonstrado ênfase em grupos comunitários pobres ligados a mulheres e crianças de uma forma particular. Por outro lado, quando se analisa o trabalho, há um enfoque especial para o meio rural, talvez por já existirem algumas proteções para os trabalhadores urbanos através dos sindicatos, o que não se dá no campo. Há que se destacar a fraca atuação dessas organizações em relação aos idosos, já que predomina a ideologia do desenvolvimento voltada para o futuro (Fernandes, 1994, p.76).

Outro fator relevante nos objetivos das OSCIPs é o fato da caridade não ser vista com bons olhos e até desincentivada, em proveito de projetos de promoção social de caráter mais estrutural. A caridade apesar das boas intenções, funcionaria como um fator de reprodução do “status quo” vigente, não sendo promotora de emancipação e libertação dos assistidos. Limitar-se-ia a cuidar dos efeitos perversos de uma estrutura injusta, sem atuar na sua “gênese”. A caridade e o assistencialismo viraram termos de acusação. Trazendo para a atualidade as práticas de patronagem e submissão (Fernandes, 1994, p.117).

As OSCIPs e os movimentos sociais, anteriores aos anos 90, sofriam de isolamento em relação ao governo e às empresas, dificultando a sua

atuação e diminuindo o seu potencial de alcance. Havia um preconceito explícito quanto aos governos que eram vistos como os causadores dos malefícios sociais que as OSCIPs se propunham a denunciar e solucionar. As empresas eram vistas como parte geradora dos desequilíbrios e antagonismos sociais que deveriam ser combatidos, impossibilitando-se qualquer aliança ou esforço conjunto. A partir da década de 90, com um quadro de democratização política mais sólida aliado a um pequeno grupo, mas crescente, de empresários que vêm ampliando o grau de consciência social e participando ativamente em movimentos desta natureza, como o Instituto Ethos - Empresas e Responsabilidade Social, vimos a multiplicação de parcerias e de esforços, no sentido de um maior envolvimento entre todos nas questões sociais, acabando com o período de isolamento (Fernandes, 1994).

De acordo com Landim (1998) salienta-se o papel das OSCIPs como co-gestoras de políticas públicas, sendo muitas vezes acusadas de substitutas funcionais e estratégicas do Estado no contexto neoliberal. Este fato é extremamente delicado e está envolto em discórdias e diferentes interpretações, que podem justificar a atuação das OSCIPs como uma terceira força autônoma e equilibradora social, como por outro lado, poderão ser vistas como simples mantenedoras do status quo, como amparos de um sistema em vias de colapso.

Em decorrência desse esforço interpretativo, faz-se necessário o aprofundamento de certas questões: Que tipo de mercado se quer? E de Estado? E que tipo de Terceiro Setor? Landim (1998, p.25 e 26). No entanto, paralelamente a esses questionamentos de como deveria ser, deve-se ter bem claro o panorama presente: O que está errado? E o que precisa mudar? No equacionamento e cruzamento desses dois grupos de respostas pode-se vislumbrar um planejamento de um modelo sócio-econômico coerente com os anseios e necessidades da sociedade.

A uniformidade de certos propósitos e princípios éticos será fundamental para a solidificação das OSCIPs além do seu desenvolvimento harmônico, coeso e independente. Sempre paira a ameaça deste vir a servir aos interesses de grupos dominantes com atitudes paternalistas alienantes, que na realidade desvirtuam o caráter revolucionário a que se propõe, servindo como

mantenedores da estrutura atual, impedindo a construção de uma sociedade mais equânime e justa. Para não cair nessa armadilha torna-se necessário um fortalecimento da identidade básica das OSCIPs para que se possa ultrapassar a heterogeneidade e as diferenças particulares em prol de um objetivo maior e comum, como destaca loschpe (1997, p. I - V).

As Organizações de caráter Social, ainda mantêm um forte apelo à proteção social de fundo assistencialista, visando solucionar problemas de curto prazo, priorizando as conseqüências em detrimento, muitas vezes, de uma análise aprofundada e mais crítica das causas geradoras destes problemáticas, além de procurar uma ação direta em suas raízes. As razões de tais posturas se devem, em boa parte, a razões históricas que mantiveram uma ligação muito próxima entre assistência social e paternalismo, utilizando-se deste quadro de dependência, como forma de dominação e manipulação, das camadas mais marginalizadas da sociedade, perpetuando-se as estruturas dominantes.

Acredita-se numa evolução destas posturas nos últimos tempos, provindas de uma maior consciência democrática e cívica e de um maior acesso e proliferação de informações não só em nível nacional mas mundialmente. A assistência de fundo paternalista é cada vez mais vista com maus olhos, priorizando-se em seu lugar, condutas mais libertadoras e emancipatórias das populações mais excluídas e marginalizadas de nossa sociedade. Grande parte deste esforço teve início com os movimentos populares da Teologia da Libertação e das Comunidade Eclesiais de Base, ligadas a segmentos progressistas da Igreja Católica latino americana.

2.2 Classificações das OSCIPs

Pereira e Grau (1999. p.37) alerta que, quando se fala em OSCIPs, várias são as classificações e enquadramentos que lhe são atribuídas, devido à heterogeneidade de atuações e de aparentes propósitos. O grande perigo de enfraquecimento desse Setor aparece quando não se entende essa

heterogeneidade como força e sim como vulnerabilidade e que realmente poderá acontecer se mal administrada. Termos como Sociedade Civil Organizada, Organizações Não Governamentais, Filantropia, Responsabilidade Social das Empresas, Cidadania, Solidariedade, Comunidades de Base, Cooperativismo Social, Empresas Sociais, entre muitas outras nomenclaturas que compõem-se esse multi-facetado Setor, merecem uma análise profunda, tanto em seus pontos de convergência como nos divergentes, de forma a que não haja desintegração de forças e princípios .

A dificuldade de classificar as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, se deve a vários fatores, destaca-se, no entanto, o fato desse universo ir além das fronteiras legais e formalidades habituais, já que a solidariedade vai além de modelagens tradicionais ou equacionamentos reducionistas, estando exatamente aí, a sua riqueza de conteúdo. Uma forma simplista de classificação correria o risco de faltar com a verdade e descaracterização de sua verdadeira identidade, havendo, então, a necessidade de aprofundamento do tema e de buscar no mesmo as raízes comuns que congregam essas organizações, para que se possa pensar num trabalho conjunto onde a heterogeneidade só vem agregar forças e não criar divisões enfraquecedoras. As causas abraçadas são extremamente pulverizadas e muitas vezes de difícil conciliação e agrupamento numa mesma categoria, já que certas áreas de tão distintas, podem-se tornar até antagônicas. Áreas diversas como preservação ambiental, defesa dos direitos humanos, proteção a minorias e assistência social de várias naturezas, com origens e perfis variados, indo desde movimentos religiosos, comunitários, ideológicos e políticos, mas apresentando sempre o mesmo ponto em comum, ou seja, a sociedade civil organizada com finalidades públicas.

Landim (1998 p.35) destaca que as Igrejas têm tido um papel fundamental no alavancamento dessas organizações, até por serem elas, as entidades que historicamente mantêm um papel de maior destaque com relação à assistência e promoção humana de diferentes naturezas, além de atuarem intensamente nos cinco continentes, mesmo antes do advento da globalização. Na América Latina, de uma forma especial, esses movimentos têm tido um papel mais atuante e revolucionário como as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos

pastorais. Por outro lado, nos EUA destacam-se fundações ligadas a empresas privadas, já na Europa, há um destaque para as organizações não governamentais, propriamente ditas, a maioria delas ligadas às igrejas católica e protestante, além de movimentos ideológicos civis. Essas organizações por razões históricas e de prioridades, reservam a maior parte de suas colaborações para a África e Ásia, além de haver um maior destaque dentro da América Latina, para sub-regiões mais pobres.

Os principais campos de atuação das OSCIPs estão ligados à educação e assessoria. Isso se deve ao fato de boa parte destas ter no material humano o seu maior ponto forte, além de ser a falta de informação e educação a maior mazela social de nosso tempo, sendo responsável pela maioria dos problemas que sobressaem no nosso cotidiano, como desemprego, fome, falta de saúde, violência etc... Há que se destacar conforme salienta Landim (1998, p.67), que boa parte das entidades realizam serviços variados, indo além do seu escopo inicialmente definido, desenvolvendo atividades ligadas à geração de renda, reciclagem de lixo, hortas comunitárias, formam cooperativas de consumo e ou de produção, organizam mutirões para construção de casas entre outras atividades.

Isto vem demonstrar o forte envolvimento destas entidades com a comunidade onde desenvolvem seus trabalhos, não havendo fronteiras bem definidas em termos de campo de atuação, estando estas, abertas às necessidades variadas. Parte-se de uma caracterização psicossocial que vai além do puramente racional, entrando no campo dos valores emocionais, levando a um forte envolvimento que ultrapassa qualquer planejamento formal, em proveito das necessidades contingências da população local, humanizando-se as relações e enriquecendo-se o próprio conceito de ser humanos.

Quando se tenta caracterizar e identificar as ramificações de propósitos e de ações das OSCIPs, nos deparamos com um problema de difícil equalização, pelas características ainda muitas vezes indefinidas, ou pela ampla gama de atuação e de finalidades destas entidades. Verifica-se, no entanto, subdivisões que definem de uma forma mais clara a composição destas e que serviram de parâmetros delimitadores das organizações a que este estudo

pretendeu contemplar. Ferrarezi (2000) destaca que para serem consideradas OSCIPs as organizações deverão possuir uma das seguintes finalidade:

- Promoção da cultura;
- Promoção gratuita da educação;
- Promoção da saúde;
- Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- Defesa e preservação do meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- Experimentação de novos modelos sócio-produtivos;
- Promoção do voluntariado;
- Combate à pobreza;
- Promoção de direitos estabelecidos;
- Construção de novos direitos sociais;
- Promoção da ética, cidadania, paz, direitos humanos, e da democracia;
- Pesquisa e desenvolvimento de tecnologia alternativas.⁸

Os propósitos e meios de atuação são múltiplos e muitas vezes se interligam não havendo uma divisão bem definida entre eles, mas o que os caracteriza peculiarmente é um forte sentimento de responsabilidade social, que transpõe fronteiras nacionais. Os cidadãos organizados trazem para si a co-responsabilidade pela sociedade em que vivem e que desejam para seus filhos. Descobriu-se o poder da mobilização organizada e da consciência pró-ativa em defesa de conceitos e direitos, antes obscuros, como cidadania, direitos humanos, responsabilidade civil. A grande vantagem e estímulo destas organizações, vêm do envolvimento direto nos problemas da comunidade, atuando de forma desburocratizada e com transparência de ações de propósitos, criando-se um maior grau de participação e de envolvimento popular.

⁸ Lei n. 9790 de 23 de Março de 1999, artigo 3º.

As OSCIPs têm sua força e seu desenvolvimento atrelado à capacidade de criar redes e administrá-las eficazmente, não só em caráter nacional, mas internacional. A capacidade de alavancar e movimentar interesses conjuntos e de buscar alternativas e parcerias que venham multiplicar o seu poder de ação, sem que para tal sejam obrigadas a abrir mão de sua autonomia. É no fortalecimento destas redes de informação e mobilização, que se encontra o futuro destas organizações como fonte de transformação social em sentido mais amplo, a ponto de serem apontadas como a terceira força social entre o poder público e o mercado, corrigindo anomalias da incapacidade de harmonia de propósitos destes dois setores.

Segundo, Fernandes (1994), as OSCIPs não poderão ser vistas numa abordagem holística, organizações do tipo guarda-chuva horizontalizadas. Não poderão ser vistas pelo prisma da esquerda hegeliana, pela qual um sujeito universal afirma os seus valores e a sua soberania através da história. O Terceiro Setor não nos induz a imaginar a sociedade como um grande indivíduo coletivo, ao contrário, sobressalta a diversidade, respeitando-a e trabalhando em suas bases.

2.3 Instrumentos de Gestão

O estudo das OSCIPs, tem sua origem recente e apresenta um caráter multidisciplinar agrupando áreas distintas como Sociologia, Ciência Política, Economia, Serviço Social e vem ganhando destaque particular dentro das Ciências Administrativas que lhe vêm dando um caráter mais profissional, maximizando seu poder de atuação e eficiência com resultados concretos sobre os problemas de ordem social.

Melo Neto e Froes (1999) destacam que as primeiras pesquisas sobre OSCIPs surgiram nos Estados Unidos, nos anos sessenta com a denominação de non profit sector, firmemente enraizado na cultura americana. No entanto, o seu desenvolvimento vem se destacar apenas na década de noventa, com a acentuada demanda social por alternativas às distorções e desequilíbrios

reinantes no cenário mundial. Alguns dos principais pesquisadores em Administração do quilate de Philip Kotler e Peter Drucker, demonstraram o seu interesse pelo aprofundamento do tema e relevância do mesmo, dando origem a um movimento generalizado e multidisciplinar no sentido de discutir, pesquisar e delinear soluções para uma nova sociedade.

Hudson (1999, p.XIII), salienta que as modernas técnicas de Administração vêm sendo aplicadas nas OSCIPs, sendo este talvez, o principal diferencial em relação às antigas Organizações de caráter humanitário ou filantrópico, que na realidade dificilmente passavam de modelos assistencialistas e paternalistas, extremamente limitados quanto à real promoção social. O desenvolvimento de novos modelos organizacionais e administrativos, veio tornar-se um forte aliado para estes movimentos, capacitando-os e dando-lhes uma postura mais profissional, gerando maior eficiência. Este novo perfil proporcionou uma maior credibilidade para estas organizações, possibilitando o seu alavancamento a escalões mais elevados de influência e de participação social. Estas organizações vêm passando de uma fase romântica, onde a boa vontade era a única força propulsora, para um novo patamar, onde a eficiência e o profissionalismo tornam-se fundamentais. Hoje podemos ouvir conceitos tipicamente empresariais como planejamento estratégico, marketing institucional, eficiência e eficácia, objetivos e metas sendo usados no dia a dia destas organizações, dando-lhes dinamismo e desenvoltura semelhante ao hoje visto nas modernas empresas.

A formação de administradores profissionais para as OSCIPs é uma necessidade preeminente, haja visto a constante proliferação da problemática social e as peculiaridades advindas deste tipo de organização, que em hipótese alguma poderá se pensar em transpor, de forma simplista, modelos de administração de empresas tradicionais para estas entidades específicas. Deverá haver um esforço de adaptação de técnicas e linguagens, capaz de dar um caráter de eficiência e eficácia sem descuidar dos fortes componentes emocionais que caracterizam este tipo de cultura organizacional.

O treinamento e o preparo técnico, em geral, são fatores preponderantes para o sucesso das OSCIPs, já que não se pode pensar num novo modelo social e econômico embasado unicamente em fatores emocionais e de boa vontade. Destacam-se ainda, a importância do voluntariado e da mobilização de massas que só farão sentido se respaldados por um quadro organizacional capaz de lhes atribuir responsabilidades e funções que os envolvam intimamente, motivando-os e preparando-os para passarem de meras figuras passivas, a agentes pró-ativos no processo de transformação da realidade que os cerca.

Apesar das OSCIPs estarem apoiadas em bases de flexibilidade, desburocratização e serem normalmente, regidas por padrões motivacionais extremamente elevados, cabe aqui a ressalva de estarmos tratando com organizações, e como tal, à medida que crescem em escala e complexidade, tornam-se mais vulneráveis a todas as limitações que afligem outras instituições, onde a burocracia acaba por imperar, tornando-as lentas e ineficientes, perdendo a espontaneidade, criatividade e a própria sensibilidade, ou seja, suas características mais valiosas e marcantes (Hudson, 1999, p16).

Salamon (1998, p.11) faz um alerta para que as organizações não governamentais devam dar uma maior atenção às distorções que existem entre voluntarismo e profissionalismo, entre informalidade e institucionalização, necessárias para transformar sucessos isolados em realizações permanentes. As maiores críticas a este tipo de organizações dizem respeito à dificuldade que as mesmas têm em multiplicar suas experiências, falta de capacitação técnica e isolamento de considerações políticas mais amplas. Há a necessidade de mais treinamento direcionado para este Setor específico, dando-lhe um caráter mais profissional e não o de filantropia do tipo para se sentir bem consigo mesmo (feel-good philanthropy) e uma maior solidez nas parcerias e métodos de auto-sustentabilidade.

Além do profissionalismo administrativo, faz-se necessária uma política de longo prazo que privilegie as relações em rede, entre as várias entidades que compõem as OSCIPs, respeitando as suas particularidades, mas apoiando-se no intercâmbio de experiências e informações, evitando o perigo do isolamento que

enfraqueceria todo o Setor. Faz-se necessária uma concentração nos pontos comuns que caracterizam estas organizações, de forma a que estes sejam os elos mantenedores do grande projeto das OSCIPs.

O Processo de administração de OSCIPs passa por variáveis distintas das habitualmente trabalhadas pelos gestores. Começando pelo fato destas Organizações não oferecerem uma contrapartida financeira equivalente aos esforços empreendidos, Fernandes (1994, p.140). São organizações que de uma forma geral estão intimamente ligadas a valores de difícil quantificação, mas ainda assim, de um poder de ação, mobilização e principalmente motivacional fora dos padrões tradicionais. Boa parte dos recursos provêm de doações voluntárias, que nem sempre são fixas e por isso, necessitam de um constante incentivo para que se mantenham ativas. Exercitar a adesão voluntária aos valores enquanto fins em si mesmos, é uma causa a ser constantemente perseguida e à qual depende o andamento de todo o processo de desenvolvimento da OSCIP.

As OSCIPs terão de ser treinadas para pensar de maneira estratégica, em como atender às demandas socioculturais que não são satisfeitas pelo mercado, ou pelo Estado. Diferentemente dos sindicatos ou associações as OSCIPs não podem falar em nome de terceiros, pois não têm caráter representativo, por outro lado, ganham em termos de agilidade e dinamismo, próprio de suas características desburocratizadas e independentes (Fernandes, 1994, p.138).

Outro fator apontado por Fernandes (1994, p.138), de extrema relevância, é analisar as OSCIPs respeitando a sua natureza heterogênea, características distintas entre seus componentes, trazendo consigo hábitos organizacionais diferentes entre si, não podendo-se apelar para uma simplificação e generalização de modelos organizacionais. As peculiaridades dos inúmeros tipos de OSCIPs têm de ser respeitadas, ao trabalhar-se com valores pessoais tem-se uma dificuldade a mais pela singularidade dos mesmos, de organização para organização, além do fato do forte envolvimento que transpassa cada um dos seus membros, atrelando um forte conteúdo emocional em todas as ações e relações que não poderá ser negligenciado em favor da racionalidade administrativa pura e simples.

Devido à ação da maioria das OSCIPs ser concentrada, tanto geograficamente como no campo de atuação, muitas vezes cai-se no erro de imaginar organizações isoladas do resto do mundo, o que contraria a própria força dos movimentos sociais, que está justamente na sua capacidade de ultrapassar as fronteiras locais. Os círculos cosmopolitas são a garantia de desenvolvimento e de solidificação destas organizações como um Setor autônomo, além da possibilidade de criação de redes multiplicando-se o seu potencial de ação e suas bases de apoio.

Quando se imaginam as OSCIPs como um setor autônomo, existe a tentação de pensá-lo e até dirigi-lo de forma centralizada, repassando-lhe características próprias de certas organizações privadas, porém, a centralização do poder das OSCIPs seria retirar-lhe uma de suas principais particularidades e forças mobilizadoras, que se apoiam justamente na criatividade e nas necessidades próprias de cada ambiente. A planificação centralizada, levaria com certeza, à burocracia e ao engessamento das ações práticas, afastando-as de suas origens nas bases. A multiplicidade de linguagens e simbologias só vêm enriquecer estas organizações, é na pluralidade que se apoiam as suas estruturas e lhe dão condições de enfrentarem problemáticas tão distintas e complexas (Fernandes, 1994, p.139).

A administração muito tem a contribuir com as OSCIPs, as modernas técnicas de gestão podem fornecer instrumentos de grande valor na condução e desenvolvimento deste tipo peculiar de organizações. Por outro lado, não deveremos negligenciar as suas particularidades, principalmente se tratando de organizações baseadas em valores e onde os resultados não podem ser medidos financeiramente. Acredita-se que este esforço de adaptação para as ciências administrativas, passa por uma mão dupla, ou seja, além de fornecer instrumentos de eficiência, também é enriquecido com as experiências que presencia, podendo criar uma consciência maior de valores e propósitos, muitas vezes negligenciados nas gestões convencionais.

A década de 90 tomou a administração uma das principais áreas de pesquisa e de produção de textos acadêmicos para as OSCIPs, além de ser responsável pela instrumentalização de modelos gerenciais específicos para as

Organizações da Sociedade Civil, como demonstram os estudos de Alves (2002). Este fato merece um destaque especial, pois se reflete através de uma via de duas mãos, ou seja, se por um lado verifica-se um desenvolvimento e amadurecimento das OSCIPs através da incorporação e sintonia em relação às temáticas da administração, que muito vêm contribuindo para a melhoria nos níveis de eficiência e eficácia destas organizações, também se verifica um movimento inverso, em que as OSCIPs, cada vez mais, vêm contribuindo para o aprimoramento e amplitude do ferramental próprio da administração, assim como, proporcionando a evolução e enriquecimento desta área do conhecimento.

Vem-se verificando uma abertura no escopo de ações e na própria raiz filosófica de determinadas condutas e posicionamentos, levando a uma maior preocupação social, assim como uma visão mais holística e sistêmica da própria realidade. Ocorre uma sintonia com a própria ascensão da teoria da complexidade⁹, conduzindo ao inter-relacionamento e à troca de informações entre as partes da organização e o meio, visando alcançar a sinergia necessária ao seu desenvolvimento. Em todos os sistemas sociais, as causas e os efeitos são interdependentes, quaisquer descrições lineares terão sempre utilidade e alcance limitados. Neste relacionamento mútuo busca-se o dinamismo e o aprendizado, não a apatia própria de organizações presas nas partes e sem visão e participação no todo. Assim, equipes que se envolvem em conflitos saudáveis tornam-se capazes de tomar melhores decisões além de mais rapidamente.

Cada organização atua sobre o ambiente com base na sua percepção da realidade que é coletivamente definida e transformadora do mesmo, afetando-o e também sendo afetada por este. Esta nova visão da organização postula um estímulo à iniciativa, à criatividade, à cooperação e à sinergia. Deve haver um estímulo à desordem – caos¹⁰ - e à autocrítica, assim como à comunicação entre diferentes, sabendo-se que tudo está em constante renovação e

⁹ Teoria da Complexidade é o estágio da ciência atual que abandona o determinismo e aceita o indeterminismo e a incerteza, abandona a idéia da simplicidade dos fenômenos da natureza e abraça a complexidade, abandona o ideal da objetividade como única forma de conhecimento e assume a subjetividade como condição humana. A complexidade significa a impossibilidade de se chegar a qualquer conhecimento completo. Bauer (1998, 157 – 165)

que estamos influenciando e sendo influenciados continuamente. Bauer (1998, p.157 - 178)

eticamente é fácil concluir que as organizações atuais com seus modelos e abordagens utilitaristas vêm confundindo meios com fins, além de inverterem a própria condição humana à simples peça de um sistema mecanicista, injusto e cientificamente ultrapassado. Produzir um ambiente propício ao desenvolvimento de seres humanos em toda a sua plenitude, ampliando as abordagens qualitativas, é o grande desafio dos novos modelos organizacionais e sociais como um todo. Bauer (1998, p.157 – 178)

2.4 Empresas de Economia Social

Quando se fala em OSCIPs facilmente se esbarra em temas como auto-sustentabilidade e geração de renda, principalmente quando nos deparamos com um cenário de desemprego estrutural crescente e com níveis de desigualdades sem precedentes. Por mais que os esforços por parte da sociedade civil sejam louváveis e relevantes, caímos facilmente no conflituoso paradoxo de buscarmos a inclusão de quem vive à margem do sistema e nos deparamos com um modelo econômico gerador de exclusão, já que até países desenvolvidos enfrentam quadros de desemprego galopante. Perante este cenário sombrio vêm crescendo as iniciativas de Economia Social, em que há uma mudança radical na relação capital trabalho. Estas organizações são conduzidas por uma mudança de valores, onde o homem é colocado no centro, sendo o capital um meio e não um fim.

As OSCIPs vêm apoiando e dando suporte a várias experiências de autogestão de cunho cooperativista como uma busca de resposta ao desemprego. A economia social, tem objetivo semelhante ao que norteia a maioria das OSCIP's:

¹⁰ Teoria do Caos salienta que tudo na natureza muda e evolui continuamente, nada no universo é passivo ou estável. Não há equilíbrio, mas mudança. A realidade está sujeita a perturbações e ruídos. O caos é uma ordem mascarada de aleatoriedade. Bauer (1998, p.100 – 113)

o da promoção humana e de construção de um mundo mais justo e sem exclusões, Irion (1997, p.38 e 39). A Economia Social exige uma opção contra os valores dominantes da competição e da primazia do capital sobre o trabalho, o que requer o patrocínio inicial de apoiadores e patrocinadores, como outras empresas solidárias, igrejas, sindicatos, incubadoras e as OSCIPs (Singer, 2000).

A economia social surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, casando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. A lógica da Economia Social é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas. As desigualdades crescentes e desumanas entre capitalistas e trabalhadores, criando-se um mundo polarizado como salienta, Singer (2000, p.25 e 26).

A economia social não tem um criador intelectual, embora Os socialistas utópicos do século XIX tenham dado grandes contribuições. A Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Acompanhando o capitalismo industrial como uma sombra durante toda a sua evolução. Provêm de experiências provenientes das bases, como a união de trabalhadores vitimados pelo desemprego, em pequenas unidades produtivas, ou em outros casos, pequenos produtores que se unem para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, além de outros tipos de associações com finalidades de cooperação no consumo de bens essenciais.

Este modelo de organizações se caracteriza pela finalidade de serviço aos membros e ao meio, por autonomia de gestão, processos de gestão democrática e primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, com a finalidade de participação na renda. Nas empresas de economia solidária existem ganhos que vão além do puramente econômico, tais como, auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo, companheirismo, noção crescente de autonomia e de direitos cidadãos (Singer, 2000).

Princípios das cooperativas de produção do modelo de economia social (Singer, 2000, p.13):

- 1- Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir.
- 2- Gestão democrática da empresa ou por participação direta ou representação, dependendo do numero de cooperados.
- 3- Repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembléia.
- 4- Destinação do excedente anual (sobras), segundo critérios acertados entre todos.
- 5- A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada.
- 6- Somas adicionais emprestadas á cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

O que define uma empresa ou organização de economia social é o fato de sua constituição de capital obedecer a regras que assegurem a tomada de decisões e a distribuição de excedentes, proporcionalmente ao trabalho incorporado e ao consumo de bens e serviços, e não em virtude do dinheiro investido, bem como objetivar o acesso dos associados a trabalho, bens ou serviços em vez de ao lucro pessoal e finalmente, estar ligada, pelo menos na sua origem, a iniciativas de tipo local que procuram satisfazer necessidades concretas de uma comunidade. Salienta-se, no entanto, que a contribuição das empresas de economia social não se reduz à criação de empregos, mas sim, postos de trabalho mais estáveis, relações participativas, criativas, eficazes, e com estratégias de desenvolvimento regional.

Este tipo de experiência parte de uma proposta política abrangente e revolucionária, e necessita de maiores esforços no sentido de conseguir uma legislação diferenciada, levando em conta sua natureza de caráter social. A sensibilização da opinião pública, também torna-se essencial para que este tipo de experiência alternativa possa encontrar um ambiente favorável e incentivador à sua proliferação e desenvolvimento. É de caráter primordial a troca constante de informações e de experiências entre as diferentes empresas, a academia e a própria sociedade, de forma a desenvolver e proliferar este tipo de experiências como alternativa viável e eficaz na busca de uma sociedade norteada pela justiça

social, onde o bem comum se sobrepõe ao individualismo e egoísmo, marca registrada da “modernidade”.

Um dos maiores desafios das empresas de economia social, a médio e longo prazo, diz respeito à auto-sustentabilidade capaz de lhe garantir uma maior autonomia e independência na construção de um novo modelo de sociedade. Exemplos disso vêm sido praticados na Europa, a partir dos anos 80 principalmente, através das empresas ditas sociais, que são organizações de propriedade e co-gestão dos próprios trabalhadores, a exemplo do que vinha ocorrendo menos intensamente na tradição do cooperativismo de Rochdale¹¹.

Uma das maiores dificuldades das empresas de economia social é o fato de atuarem isoladamente, em mercados dominados por empresas capitalistas, grande parte das vezes multinacionais e oligopólios. Um exemplo diferenciado é o complexo cooperativo de Mondragón, integrando mais de 100 cooperativas de produção, banco, rede de supermercados, universidade tudo na mesma região do país basco na Espanha. Outras experiências vêm acontecendo em outras regiões do mundo, como no Norte da Itália e no Quebec Canadá (Singer, 2002, p.98).

O grande desafio dos próximos anos é congregar as várias experiências que já se desenvolvem no mundo, criar alianças, parcerias, o intercâmbio solidário é fator importantíssimo para o seu fortalecimento e viabilidade destas experiências socio-econômicas. A constituição de redes é o caminho mais indicado e promissor. A questão é se estas redes poderão ser construídas sem o apoio e incentivo do Estado. O apoio governamental pode-se sentir em varias experiências regionais de sucesso como Mondragón, onde o papel do governo do país basco, na Espanha, foi fundamental. Pode-se no entanto buscar uma alternativa emanada das bases, de baixo para cima, sem interferência das autoridades governamentais, mais difícil é certo, mas garantindo-se e preservando-se a autenticidade e autonomia destes modelos de empresas de economia social.

¹¹ Rochdale - As primeiras cooperativistas de consumo fundadas em 1844 na Inglaterra (Singer, 2000, p.18)

Alguns tipos de cooperativismo só reforçaram o capitalismo, afastando-se totalmente do modelo solidário, não se pode cair no mesmo problema de tentativas frustradas de cooperativismo com gestão capitalista tradicional, não se superando desta forma o capitalismo e longe de se atingir um modelo de socialismo. Economia Social é a economia a serviço da sociedade humana e não um fim em si mesmo, é um modelo que substitui o exclusivamente mercantilista e consumista do ter pelo ser, é o enfoque na cooperação em vez da competição selvagem do salve-se quem poder, é a priorização da descentralização socio-econômica, baseando-se nas experiências locais e tudo isto baseado nos recursos auto-sustentáveis (Singer, 2002).

2.5 Responsabilidade Social das Empresas

Cada vez mais, pode-se verificar um crescimento do grau de importância das empresas como agentes de desenvolvimento econômico e figuras de destaque e influência nos alicerces da arquitetura social vigente. O seu campo de ação é cada vez mais ampliado, definindo prioridades e modelos de desenvolvimento socio-econômico, influencia e direciona políticas tecnológicas e de pesquisa científica, além de ser o principal agente responsável pelas transformações ambientais. Não se pode omitir o forte instrumental da publicidade empresarial, que dita comportamentos, valores e padrões de consumo.

Diante de todo o espectro de atuação e de influência das empresas no dia a dia de todos nós, emerge uma consciência coletiva que faz pressão para que estes agentes sociais deverão assumir posturas mais amplas e responsáveis com o nível de influência e de benefícios que aproveitam da própria sociedade, indo além da simples maximização de lucro, havendo um compromisso e dever maior com o próprio desenvolvimento da sociedade, antes incumbência única do Estado.

Melo Neto e Froes (1999, p.82) destacam a necessidade de entender a empresa como parte integrante do ambiente em que a mesma está inserida, faz com que esta compreenda a necessidade de abrir seu foco visando o

estreitamento na relação empresa e sociedade. Sabe-se ser esta uma tarefa complexa, que envolve a mudança da cultura organizacional vigente, que pelos seus princípios tradicionais prioriza-se a maximização do lucro. Percebe-se, no entanto, que começa a despertar a consciência de cidadania do setor empresarial. Por suas condições privilegiadas e pelo destaque que vêm ganhando como aglutinadores de recursos, além do papel estratégico que desempenham na sociedade e até como forma de harmonia social, percebem a necessidade de estender seus compromissos à sociedade em que estão inseridos, além de vislumbrarem nesta atitude reais vantagens competitivas no sentido de uma melhor imagem institucional, fator primordial hoje em dia.

Analisando-se por outro lado, não se tem dúvidas da urgência desta mudança de comportamento, para que se busque uma sociedade mais justa e harmônica com benefícios inquestionáveis tanto para a empresa como para o bem-estar social. Está se criando um mundo bipolarizado, onde se confrontam grupos antagônicos, que nada têm em comum, dando-se origem a um ambiente de conflito constante, insustentável a longo prazo, muitas países e cidades já vivem uma guerra civil, muitas vezes disfarçada, mas que têm em sua gênese a insustentabilidade e o inconformismo de um mundo dividido em castas, como aponta Buarque (2001, p.71).

Existem três grandes frentes do engajamento social das empresas, que vão da valorização do funcionário e de uma maior participação deste nas decisões e nos resultados das empresas, incluindo-se a humanização do ambiente de trabalho. Outro ponto que não pode faltar na pauta de qualquer empresa é o compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, que deixou de ser um aspecto usado mercadologicamente para salientar a imagem da empresa e passou a ser uma commodity, uma qualidade "sine qua non", em que quem não tem este tipo de preocupação é que passa a ser notícia. Em processo semelhante ao ocorrido com a preocupação ambiental, destaca-se hoje em dia o envolvimento da empresa com a comunidade e com o bem estar coletivo, Melo Neto e Froes (1999, p.78)

O crescimento da exclusão social vem sendo um motivo de preocupação crescente por parte do empresariado brasileiro e mundial, já que este fato implica em pressões de várias naturezas, criando-se um ambiente extremamente negativo e muitas vezes ameaçador. Por outro lado, não se pode deixar de fazer uma análise racional das conseqüências de um processo de exclusão contínuo, o que representa uma demanda potencial reprimida, o que não é desejável para um sistema que tem no consumo de massa a sua base de sustentação e continuidade.

Analisando-se este fator de uma forma mais profunda e menos utilitarista, pode-se constatar que o processo de responsabilidade social de uma empresa ou organização, passa por vários níveis de desenvolvimento como aponta a pirâmide de Responsabilidade Social segundo Carroll (1991). Inicialmente a empresa passa pelo patamar em que há uma preocupação centralizada na rentabilidade e na sua sustentabilidade no mercado, o que inegavelmente é essencial.

A segunda fase passa pela obediência à legislação, tendo bem claro o que é e não certo, é a obediência clara e transparente à lei. A maioria das empresas nem se encontra nesta segunda fase, já que a lei só é respeitada quando há ameaças concretas de sanções para o seu não cumprimento. A terceira etapa diz respeito a um comportamento regido pela ética, há um esforço real para fazer o que é certo, correto e justo, analisando o conjunto de todos os stakeholders¹², diga-se funcionários, meio ambiente, comunidade, fornecedores, clientes, governo entre outros. O último patamar, comporta as empresas cidadãs, ou seja empresas que estão imbuídas do seu papel social, onde existe um forte envolvimento com a comunidade e com a sociedade como um todo e tudo isto se processa sem que hajam interesses próprios, mas fruto de um desenvolvimento organizacional e uma mudança de paradigmas e de valores empresariais. Esta última fase está arraigada a valores intrínsecos aos dirigentes ou a figuras de destaque na empresa.

¹² Stakeholders são todos os que estão relacionados com a empresa, proprietários, acionistas, fornecedores, clientes, concorrentes, empregados, comunidade, meio ambiente, agências governamentais (Ashley, 2002, p.27,28).

A Empresa cidadã se observa como parte de um todo, em que a mesma é co-autora e responsável, não há mais um isolamento, próprio do sistema competitivo, mas um desejo sincero de desempenhar um papel estratégico e socialmente relevante, indo além de suas fronteiras e do lucro imediatista. Proliferam grupos de discussão sobre esta temática. O Instituto Ethos - Empresas e Responsabilidade Social, é um dos maiores exemplos dos esforços neste sentido e que vem demonstrar um amadurecimento de certos setores da sociedade para o papel social da empresa no mundo moderno.

A pauta da responsabilidade social das empresas, está incorporando-se aos ideais das OSCIPs, o que traz conseqüências ainda imprevisíveis e discutíveis. As Empresas vêm munidas de capital em abundância, artigo normalmente escasso no mundo das OSCIPs e ainda possuem uma instrumentalização administrativa, inquestionavelmente poderosa e proveitosa para o desenvolvimento sadio e sustentável das OSCIPs . O seu caráter civil lhe dá, à priori, uma certa independência nas decisões e reivindicações, por outro lado, há sempre a ameaça de que este movimento possa se tornar um simples instrumento de dominação das massas usado como paliativo para perpetuar e assegurar a inalterabilidade das estruturas dominantes. Talvez este seja o grande questionamento a ser desvendado, ou seja, o real papel do Terceiro Setor junto à sociedade, suas estratégias e delineamento futuro.

Existem particularidades que distinguem a Responsabilidade Social em diferentes sociedades, como o caso das doações individuais, que condizem com a tradição Latino Americana, por outro lado as empresas não costumam participar desta tradição, sendo que a pessoa física do empresário de uma forma individualizada, é mais propenso a participar em alguma causa social do que a empresa. Os negócios estão desvinculados de responsabilidade social. Faz parte da cultura católica Latino Americana, que desvincula o mundo material do espiritual como se fossem antagônicos, isto já não acontece na tradição Protestante, que tem na empresa o canal de manifestação de seu ideal de sociedade, e logo abrindo esta à participação social (Fernandes, 1994).

A mentalidade empresarial de uma forma geral está mudando, ainda que por motivos difusos. Cresce a opinião de que pagar impostos e esperar pelo governo, passa a ser vista como escapista e retrograda. O envolvimento social faz parte das novas atribuições do empresário moderno que cada vez mais tem de ir além das fronteiras de seu negócio, pois o mesmo não está isolado e esta percepção muda tudo. Neste sentido, a elaboração de uma legislação fiscal que estimule investimentos privados no social torna-se um tema da maior relevância (Camargo, Suzuki, Ueda, Sakima, Ghobril, 2001, p.77).

Quando buscam-se identificar e analisar as reais vantagens de uma conduta de responsabilidade social efetiva, verifica-se que há um discurso de raiz utilitarista que prioriza as respostas e análises que possam se repercutir em ganhos de competitividade, melhoria da imagem institucional e valorização das marcas, criação de um ambiente interno e externo mais harmônico e favorável, além de contribuir para o incremento na demanda a médio e longo prazo. Todas estas freqüentes justificativas, não vão no âmago da questão da responsabilidade social, como ação cidadã corporativa desprovida de interesses financeiros diretos ou indiretos, mas na sua raiz deveria se basear no pensamento sistêmico, na retroação e na complexidade, capaz de mudar estruturas sistêmicas na sua totalidade e não apenas detalhes aparentes. A sustentabilidade da própria vida e de suas relações, depende desta consciência amadurecida, capaz de priorizar o bem comum ao egoísmo imperialista de alguns, é a empresa como organização social capaz de ir além da simples reprodução do capital, para se tornar o ambiente propício ao próprio desenvolvimento da condição humana do próprio indivíduo. (Charbonneau, 1983)

A grande questão a ser respondida e que por si só merece um estudo aprofundado, é a descoberta do real papel das empresas na sociedade moderna, verdades e mentiras que envolvem o tema da Responsabilidade Social das Empresas. Pode-se acreditar numa mudança de valores capaz de priorizar o ser humano ao capital, mesmo quando isto coloca em cheque a redução nas margens de lucratividade e de crescimento acelerado, ou por outro lado, está-se tratando de um mero aparato que permita a continuidade das tradicionais políticas empresarias “transvestidas” de socialmente responsáveis. Trata-se do caminho para a formação

de Empresas cidadãs com novas relações de trabalho ou apenas propaganda social? (Fernandes, 1994, p.70).

Em contraste com a visão “otimista” de responsabilidade social pelas empresas, encontra-se a desconfiança e a crítica contundente quanto aos reais propósitos que movem tais condutas e posturas de gestão. A maximização do lucro faz parte da histórica teoria clássica microeconômica, e seria simplista e ingênuo imaginar-se uma mudança tão contundente nas células que movem o capitalismo. Interesses de fundo mercadológico e utilitaristas podem estar servindo de pano de fundo ao desenvolvimento e motivação deste tipo repentino de condutas sociais na maioria dos discursos empresariais sobre esta temática. Porém, a generalização deste fato também pode conduzir a uma simplificação excessiva e até leviana, acreditando-se na seriedade de certos segmentos do empresariado, movidos por uma consciência social mais ampla e profunda, que inquieta e gera ações concretas no plano real da sociedade.

Quando nos atermos ao estudo das OSCIPs, temos a necessidade de entender as particularidades de cada modalidade que as compõem, indo desde organismos civis com fortes ligações governamentais, até empresas privadas comprometidas na busca de encontrar alternativas capazes de solucionar o déficit social que se agiganta a cada dia . Contam-se ainda, as organizações civis originárias das próprias bases comunitárias organizadas, que passam a Ter um papel decisivo na construção desta nova ordem política, social e econômica. Por último, não poderíamos deixar de ressaltar uma modalidade que vem crescendo e que carrega em sua essência uma áurea revolucionária, trata-se das empresas sociais, que são organizações auto-sustentáveis que se confundem com o antigo sistema cooperativista, mas que na realidade trazem novos ideais em sua configuração.

2.6 OSCIPs no Setor Educacional

De acordo com Manacorda (1999), o setor educacional sempre demonstrou uma forte aliança com a sociedade civil, sendo recente a sua atuação na esfera privada. Como já mencionamos anteriormente a Igreja foi a grande mantenedora destas organizações ao longo da maior parte de nossa história.

Com o desenvolvimento do modelo educacional público mantido e vinculado ao Estado, passa-se a uma nova fase a partir de fins dos anos 60, em que ocorre um processo de democratização do acesso à educação. Por outro lado, o processo educativo cada vez mais tornou-se artífice de manipulação política e de poder, onde a ideologia dominante veio se sobrepôr e fazer uso do ensino público para propagandear seus interesses tornando-se uma das mais fortes formas de dominação de toda a história que arrefece a partir do governo Geisel e se extingue ao longo da década de 80. Ghiraldelli Junior. (1994, p.163 –169)

As OSCIPs vêm desempenhar um papel crucial neste ramo de atividade, não suprimindo as atividades desenvolvidas pelo Estado ou mesmo pelo setor privado da economia, mas tornando-se uma nova fonte de consciência popular, além de vir a suprir falhas ou lacunas deixadas pelo processo educacional tradicional. As linhas de ação são as mais variadas, desde cursos de alfabetização para adultos, cursos pré-vestibulares para comunidades carentes, cursos profissionalizantes e de requalificação para desempregados, além de programas de conscientização e cidadania.

As OSCIPs educacionais vêm com a proposta de despertar uma nova sociedade, construída a partir da realidade do excluído e não impondo-lhe padrões de submissão frente às injustiças a que são acometidos. O poder de transformação emana da própria comunidade que se mobiliza através do acesso ao conhecimento e à informação, podendo a educação assumir um papel de libertação conduzindo o homem para condições mais elevadas de existência, indo além da simples sobrevivência. A maioria dos modelos apresenta forte influência do Método Paulo Freire e das Comunidade Eclesiais de Base, que se salientaram pela

educação partindo do próprio conhecimento das bases onde atuavam, no sentido de transformar suas realidades.

Landim (1998, p.67), destaca em sua pesquisa que a maioria das OSCIPs atuantes no Brasil, apresentam como principal área de trabalho a educação, somando 31,2% das entidades pesquisadas. Deve-se salientar que a maioria das OSCIPs, mesmo não estando qualificadas como da área educacional, tem atuações ainda que indiretas ou complementares nesse setor. É bem claro a importância que a educação desempenha para os ideários das OSCIPs, já que é através desta que se poderá transformar a realidade da exclusão e da submissão. A educação para a cidadania comprometida com ideais de justiça e de solidariedade será a única forma de se poder pensar numa nova sociedade apoiada em valores éticos que se sobrepõem aos puramente econômicos, concebendo o ser humano em sua totalidade Singer e Souza (2000, p.317).

Quando analisamos de uma forma mais profunda notamos que com o crescimento acelerado das OSCIPs e com a corrida frenética contra um quadro de apartação social Buarque (2001, p.33) observa-se que a educação desenvolvida por estas entidades, muitas vezes já não mantém em suas bases o ideal libertário inicial, transformando-se boa parte da vezes, em formas de realimentação do próprio sistema vigente. A grande questão que se levanta é se estamos contribuindo para criar uma nova estrutura social mais justa e solidária, ou simplesmente reproduzindo um modelo que vem gerando exclusão e alienação, (Farias Filho, 1994 p.17).

A presente pesquisa teve como razão principal, o levantamento do perfil das OSCIPs de educação profissionalizante na cidade de Londrina. Este esforço apresentou como objetivo maior de estudo o papel desempenhado por estas entidades no contexto político, social e econômico vigente. A educação vem trazendo, nos últimos tempos, um discurso inflamado em relação à sua importância e essencialidade para o desenvolvimento nacional. Por outro lado, aprofundando esta temática nos deparamos com um dilema de consequências um tanto nubladas, se por um lado temos um quadro de valorização da educação partindo da própria iniciativa da sociedade civil, o que é revolucionário e animador, pergunta-se que

tipo de educação estamos construindo? Que interesses e prioridades estão sendo delineadas?

A Educação profissionalizante como mote principal desta pesquisa, permite uma análise particularizada da educação para o trabalho no Brasil, já que pelo seu caráter funcionalista, de uma preparação técnica que visa rapidez de resposta, compromete, muitas vezes, a reflexão e discussão sobre a possibilidade de se criarem alternativas inovadoras à estrutura social vigente. A temática do ensino profissionalizante, merece uma análise aprofundada da própria pedagogia utilizada, tendo em vista, um propósito maior e mais profundo, tendo como finalidade a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3 PESQUISA DE CAMPO COM OSCIPS DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA CIDADE DE LONDRINA

A presente pesquisa identificou inicialmente junto à Secretaria de Ação Social da Prefeitura da Cidade de Londrina, o conjunto das entidades da sociedade civil que se encontravam enquadradas como de ensino profissionalizante. Faz-se necessário salientar o fato de que muitas outras organizações da sociedade civil da cidade de Londrina também desenvolverem atividades de carácter educativo profissionalizante, no entanto, não têm nesta o seu principal foco de atuação, sendo então, qualificadas em outras categorias pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Londrina.

Relacionam-se no quadro (4) as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público da cidade de Londrina que atuam no setor de educação profissionalizante, objeto da presente pesquisa:

Quadro 4 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Nome da Organização
CEPAS - Centro Profissionalizante Ágape Smith
ACALON - Associação da Criança e do Adolescente de Londrina
A.P.M.I. - Guarda Mirim de Londrina
EPESMEL - Escola Profissional e Social do Menor de Londrina
Escola Oficina Pestalozzi

Fonte: Secretaria de Ação Social do Município de Londrina - Jun/2001

As visitas realizadas, entre os meses de Outubro a Novembro de 2001, tiveram como finalidade principal o levantamento de informações, capazes

de traçar o perfil e o papel destas organizações, considerando as seguintes características :

- Caracterização jurídica / institucional;
- Estrutura organizacional;
- Orientação filosófica - Campo específico de atuação;
- Histórico;
- Objetivos de formação;
- Áreas de atuação , desempenho e relevância;
- Fontes de financiamento dos projetos;
- Relação e a definição de papéis entre as OSCIPs e o Estado;
- OSCIPs e o setor empresarial - relacionamento e definição de papéis;
- Relacionamento e participação das OSCIPs com a sociedade civil;
- Principais limitações e adversidades para o desenvolvimento destas organizações;
- Análise da lei das OSCIPs.

Procurou-se realizar a pesquisa de coleta de informações junto aos principais dirigentes das entidades, levando em conta o envolvimento real destes na condução da organização. Procurou-se excluir figuras simbólicas ou decorativas, que embora apresentassem hierarquicamente papel de destaque, de fato, se encontravam distantes das reais decisões na condução da entidade. Esta abordagem foi facilitada pelo caráter local da maioria das entidades pesquisadas, as quais possuem uma hierarquia bastante enxuta, em que facilmente sobressai a figura de um dirigente, coordenador ou presidente.

A condução das entrevistas teve como preocupação maior deixar o entrevistado à vontade, para que fosse possível coletar o máximo de informações, evitando um possível constrangimento ou engessamento deste. Para tanto, achou-se por bem realizar todo o levantamento através de anotações por escrito, que implicaram numa maior complexidade de execução, porém, com ganhos compensatórios em relação à espontaneidade e riqueza das respostas, que seriam

prejudicadas caso fossem gravadas ou se fizesse uso de alguma ferramenta com características de maior impessoalidade.

O roteiro inicial de pesquisa, tratando-se de um estudo de caso, contou com quatro temáticas básicas que nortearam a condução das entrevistas: características e perfil da organização; relacionamento e posição diante do Estado, empresariado e sociedade civil; principais problemas e barreiras enfrentadas; planos futuros e por último o papel das OSCIPs na atual sociedade. Este último ponto serve como conclusão às demais temáticas abordadas, fornecendo um panorama sobre a vocação das OSCIPs na sociedade moderna, podendo assim, cristalizar o entendimento desta nova força social, assim como perceber as suas limitações e fronteiras de atuação. Através da separação do roteiro da pesquisa nas partes mencionadas, pode-se proceder à coleta de informações com uma linha de pensamento estruturada de forma didática, sem no entanto comprometer a liberdade de explanação dos assuntos, já que os temas abordados são complementares e inter-relacionados, não podendo os mesmos estar sujeitos a um "engessamento" responsável pelo sarciamento e aprisionamento das idéias do entrevistado. Buscou-se, acima de tudo poder deixar o entrevistado à vontade para emitir suas opiniões, com o mínimo de interferência do pesquisador, para que se pudesse atingir o máximo de imparcialidade que o método científico impõe.

A coleta de dados partiu de um objetivo central, que moveria todos os demais esforços. Pretendia-se, antes de mais nada, levantar o perfil e o papel das OSCIPs de educação profissionalizante da cidade de Londrina. Ate-mo-nos à educação profissionalizante por ser a ponte para entrada no mercado de trabalho, e por ser este mesmo mercado de trabalho o grande delineador do desenvolvimento econômico e social, em que se apoia a nossa estrutura de vida em sociedade. Com este propósito bem claro, quisemos levantar o que estava sendo feito concretamente com relação à busca de alternativas de inclusão social através do mercado de trabalho, por parte da sociedade civil organizada da cidade de Londrina. Buscou-se ainda levantar e analisar o modelo dominante de atuação destas entidades quanto aos reais propósitos e resultados.

A seguir apresentam-se as entrevistas das 5 entidades pesquisadas, divididas por temáticas que nortearam a condução dos assuntos abordados. Tem-se consciência dos limites de uma pesquisa qualitativa e do método de estudo de caso utilizado, que apesar da busca constante por imparcialidade, tem na percepção do observador uma característica que sempre deverá ser levada em conta.

3.1 CEPAS - CENTRO PROFICIONALIZANTE ÁGAPE SMITH

3.1.1 Características Institucionais

A CEPAS é uma organização não governamental de interesse público, tendo como mantenedora a Igreja Batista Monte Sião. O idealizador e atual diretor da entidade é o Sr. Pastor Elizeu Santana da Silva. Seus valores e liderança comunitária, fruto do cargo que ocupa como líder espiritual da comunidade, já lhe garantem naturalmente um papel de destaque e de forte formador de opinião. A liderança formal que exerce na CEPAS, é sustentada, ainda, pelo forte envolvimento pessoal com a causa, apresentando um envolvimento íntimo baseado em princípios solidários e religiosos.

CEPAS é uma instituição filantrópica, sediada em Londrina na rua Miguel Perez, 06 – Conjunto Aquiles Stenghel. Tem como principal característica a promoção humana da periferia da cidade de Londrina através de cursos profissionalizantes, além de apoio em áreas distintas como psicologia, espiritualidade e auxílio sócio-econômico, tendo como foco o público jovem do referido bairro e de bairros vizinhos.

O CEPAS, foi fundado em 1990, inicialmente foi criado um projeto pioneiro ligado ao esporte, como forma de conquista da confiança dos potenciais alunos. Após esta primeira fase, a prefeitura de Londrina fez a doação de um terreno de 5000 m², onde acabaria por se instalar a sede, assim como as demais

instalações da entidade em 1993. Há de se destacar o papel preponderante da Igreja Batista Americana dando o primeiro suporte financeiro para a execução das instalações.

O projeto inicia-se com crianças de 6 a 9 anos em condições de pobreza, abaixo de R\$ 100,00 per capita, e com a pré-condição de estarem freqüentando a escola normal e de morarem num raio de 3Km da entidade. Estas crianças são acompanhadas em várias atividades educativas, até completarem idade suficiente para ingressarem nos cursos de profissionalização que se estendem até aos 18 anos. Entre os cursos disponíveis destacam-se o de serralheria, informática e culinária, horta, além de diferentes tipos de artesanato. Contam ainda com atividades complementares como teatro, esporte e apoio escolar e ética cristã. São aceitas crianças de famílias de diferentes religiões, não sendo este um condicionante de acesso. O projeto já atendeu mais de 700 pessoas, desde o início da sua atuação com o ensino profissionalizante e indiretamente estima-se que cerca de 3000 pessoas tenham sido beneficiadas com os diferentes projetos que se estendem às áreas de orientação familiar e auxílio com cestas básicas.

A Instituição conta com 40% de sua receita vinda da prefeitura de Londrina, sendo que outros 40% advêm de organismos internacionais, além dos 20% provenientes da própria Igreja, através de seus fieis. O histórico desta fonte de recursos vem mudando, sendo que a prefeitura ampliou a sua atuação recentemente.

3.1.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Civil.

A Prefeitura atual de Londrina vem dando um maior destaque e incentivo a este tipo de atividades, o que vem sendo positivo e alimenta a possibilidade de projetos de expansão. Existem ainda benefícios oferecidos por empresas estatais de serviços básicos (água e luz) que ofertam descontos de até 30%.

O relacionamento entre a entidade e o empresariado, ainda é tímido e quase inexistente, as contribuições recebidas de empresários são realizadas em nome pessoal, não havendo ainda a noção de responsabilidade social das empresas, mas muito mais um ato de generosidade isolado. Esta área está levando a um esforço adicional por parte da entidade, como forma de aproximar e envolver as empresas locais em atividades organizadas e contínuas, num sistema de parceria.

O envolvimento com a comunidade é considerado satisfatório, há laços mais intensos por parte de alguns membros da Igreja, assim como dos pais e familiares dos alunos diretamente envolvidos com os projetos e cursos. Estes envolvidos contribuem esporadicamente com donativos. Encontra-se em fase de implantação o sistema de apadrinhamento, uma forma mais formalizada que garantiria uma maior constância e envolvimento com a causa, além de facilitar o planejamento das atividades já que a incerteza financeira é uma das variáveis mais complicadas de administrar.

Existem 10 voluntários diretamente envolvidos com os trabalhos da entidade, entre estes um dentista, uma psicóloga e um advogado. O quadro de funcionários está composto por 8 pessoas, entre elas uma assistente social, um professor de educação física, um capelão e 4 professores. O voluntariado esbarra no problema do comprometimento, já que é exigido deste, uma periodicidade e uma constância que permita um trabalho programado e contínuo, o que nem sempre é fácil de viabilizar.

3.1.3 Barreiras e Planos de Expansão

Como principais barreiras aos serviços desenvolvidos pela entidade e que limitam o seu crescimento e potencial, assim como o de instituições similares ligadas à sociedade civil com finalidade públicas, destacam-se a falta de visão estratégica e comprometimento efetivo do poder público, não havendo uma política de priorização das atividades de alavancagem e promoção social e combate efetivo à pobreza e à exclusão. Os esforços governamentais pecam pela falta de

objetividade na priorização das atividades ligadas à área social, há uma constante dispersão de esforços.

O Sr. Elizeu, destaca, ainda o descaso e a miopia dominante na maioria do empresariado regional e brasileiro, que se omite de qualquer responsabilidade, dando continuidade ao velho discurso de que preocupação social é função do governo e não das empresas. Quando desenvolve alguma atuação, fica limitada à pessoa do empresário e não da empresa como organização, apresentando na maioria das vezes, um caracter paternalista de características superficiais, que poucas vezes pode ser identificado com a verdadeira promoção social.

Segundo o Sr. Elizeu, acredita-se que está surgindo uma ligeira mudança em termos de consciência social, promovida pela mídia e por formadores de opinião que vêm contribuindo para um maior questionamento da realidade em que vivemos. Ainda que de forma tímida, são dados os primeiros sinais de que transformações mais profundas podem estar a caminho, embora questionem-se, no entanto, os motivadores reais desta nova conduta, será que é um mero modismo, ou mesmo uma forma de valorização da imagem da empresa junto à opinião pública, ou está imbuída de valores e princípios mais elevados de dever cidadão e de sua responsabilidade social, como principal geradora de riqueza.

Ciente das barreiras existentes e dos inúmeros desafios a perseguir, o Sr. Elizeu acredita na potencialidade de uma maior aproximação entre a entidade e o empresariado, numa aliança estratégica que envolve também o poder público, criando-se um tripé maximizador de potenciais, é a sinergia atuando a favor da solidariedade e do bem comum. A CEPAS vem definindo como sua principal estratégia atual a aproximação com o empresariado da região, para tal, pretende-se fazer uso de um plano de marketing, que contemple uma melhor e maior divulgação de suas atividades e propósitos, de forma a aproximar a entidade de colaboradores em potencial nas diferentes esferas da sociedade. Este esforço objetiva-se, na quantificação de resultados a atingir, sendo que se pretende no espaço de um ano dobrar o número de alunos na instituição. É um patamar ambicioso, que necessita de uma reestruturação profunda em vários setores, como o de informática, projetos artísticos e esportivos.

3.1.4 Papel das OSCIPs na Atual Sociedade

O principal papel desempenhado pelas OSCIPs na sociedade em que vivemos é de suprir deficiências do Estado. Não se imagina, de forma nenhuma, que estas organizações possam ou venham a substituir o Estado em suas funções sociais. O que se busca e se acredita é num processo de sinergia entre os vários atores sociais, onde o Estado deixa de atuar de forma monopolizadora, de cima para baixo e passa a haver uma relação mais democrática, partindo dos reais anseios das bases. De acordo com o Sr. Elizeu, as OSCIPs têm um papel estratégico de relevância inquestionável no sentido de potencializar os projetos ou programas já desenvolvidos pelo Estado, vêm suprir espaços vazios ou sub-ocupados. Não pode-se deixar de focar o aspecto humanizador que as OSCIPs vêm trazer, na medida em que conhecem de forma particular os problemas específicos de uma região ou grupo social, deixando de ser uma relação vertical para se transformar em um espaço horizontalizado onde há aglutinação de forças, eliminando o caráter paternalista de anos atrás, passando-se a uma proposta libertadora de fato. Os ganhos transcendem o simplesmente econômico e utilitarista, há uma humanização das relações e um desenvolvimento no campo dos valores éticos.

3.2 ESCOLA OFICINA PESTALOZZI

3.2.1 Características Institucionais

A Escola Oficina Pestalozzi é uma organização não governamental de interesse público, tendo como mantenedora a Comunhão Espírita Cristã de Londrina, sendo seu presidente o Sr. Francisco Ontivero. A Escola Oficina Pestalozzi, por sua vez, é presidida pela Senhora Maria Eloiza Ferreiraidea.

A Escola Oficina Pestalozzi é uma instituição de caráter filantrópico com sede na rua Diórgenes Lima Bravo, 213 - Jardim Perobal. Esta

entidade apresenta como principal área de atuação a educação e profissionalização de jovens da comunidade onde está inserida, assim como de bairros vizinhos, como Novo Perobal, Franciscato I e II, além de Itapoã, abrangendo uma população total de cerca de 30 000 habitantes.

A Senhora Maria Eloiza Ferreiraidea foi escolhida como entrevistada, por seu cargo de diretoria na organização, além de sua postura de destaque na condução ativa da entidade. As características e estratégias desenvolvidas na escola, são em boa parte fruto do trabalho metodológico e da direção delineada por esta senhora, o que possibilitaram uma coleta de dados confiável e o mais condizente possível com o ambiente interno da organização, assim como seus ideais mais profundos, além do caráter ideológico que a envolve e lhe dá direção.

A atuação da Escola Oficina Pestalozzi é empreendida em áreas distintas, que vão desde reforço escolar e atividades físicas, até cursos profissionalizantes variados, tais como, padaria, costura, digitação, informática, manicure, artesanato, entre outras atividades. Embora tenha como foco o público jovem, está aberta a toda a comunidade, apresentando como pré-requisito para a admissão dos jovens, o comprovante de matrícula e a assiduidade destes na escola regular.

A Escola, iniciou seus trabalhos no ano de 1997, através de uma iniciativa de um jogador de futebol da cidade que ao ser transferido para a Alemanha, conseguiu viabilizar acordos com empresários locais, que possibilitaram a construção e a aquisição dos equipamentos necessários para o início das atividades. Os projetos desenvolvidos pela escola atendem atualmente 344 jovens e crianças desde os 7 anos de idade.

A Instituição conta hoje com cerca de 50% de sua receita proveniente da prefeitura, 35% a 40% provêm de empresas da cidade, confundindo-se a doação das empresas, como pessoa jurídica, com a de seus proprietários. A comunidade ligada à mantenedora é de caráter religioso (espírita) e contribui de forma ativa, complementando o orçamento da organização,

representando uma soma mensal de aproximadamente 10% a 15% do total arrecadado. Estas contribuições provêm em boa parte de promoções diversas desenvolvidas pelos voluntários.

3.2.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Cível.

A Instituição mantém um bom relacionamento com o governo municipal, sendo enquadrada como de utilidade pública municipal e estadual, o que lhe garante alguns benefícios, nomeadamente fiscais, como a isenção do IPTU e descontos em relação aos gastos com energia. Outro fator de destaque no fato da entidade estar regulamentada municipalmente e também estadualmente é a credibilidade perante a sociedade, o que lhe garante um maior envolvimento e respeitabilidade junto à comunidade local.

O relacionamento com o empresariado é considerado bastante positivo, principalmente com empresários ligados à entidade mantenedora, que acabam por manter um vínculo bastante próximo com a escola oficina. Por outro lado, este empresariado, não busca reconhecimento ou respaldo em termos estratégicos ou de marketing social para suas empresas, como se poderia imaginar. A postura do empresariado, de uma forma geral, está ligada a uma relação pessoal de seus principais dirigentes com a causa da entidade, estando este compromisso intimamente vinculado a valores e crenças de fundo ético e religioso.

A comunidade, por sua vez, apresenta-se bastante atuante e envolvida com os projetos, não apresentando atualmente, limitações ou barreiras pelo fato da escola estar ligada a uma entidade de cunho espírita, fator este que foi destacado pela entrevistada como uma conquista fruto do trabalho sério e persistente da organização. Ressalta-se que em outras comunidades, característica de cunho religioso ou político, muitas vezes acabam por se transformar em fortes barreiras de difícil transposição.

A Escola Oficina conta atualmente com 13 voluntários diretamente envolvidos nas atividades regulares. Além destes, conta com 8 funcionários fixos, que vão de professores / monitores, serviços gerais, secretária, além de dois universitários que atuam como estagiários monitorando os cursos de informática. Foi destacado pela entrevistada a necessidade de manter certas atividades estratégicas desenvolvidas através de funcionários fixos, já que a disponibilidade e o compromisso têm que ser totais, o que nem sempre é possível encontrar nos voluntários e que romperia com o processo de desenvolvimento harmonioso da entidade.

3.2.3 Barreiras e Planos de Expansão

A principal barreira à expansão e ao planejamento futuro da organização diz respeito ao aspecto financeiro, que sempre se apresenta como o principal limitador de desenvolvimento, fator este que é quase que uma constante na maioria das entidades pesquisadas. As políticas de auxílio financeiro estão constantemente sendo alteradas, não havendo uma estabilidade que possibilite um planejamento de longo prazo.

Outro fator bastante importante é com relação aos voluntários, que na sua maioria não disponibilizam de muito tempo e não são em número suficiente para manter um grande número de atividades em constante andamento, limitando o potencial dos projetos previamente delineados. A entrevistada acredita que esteja em curso uma mudança de valores e de forma de ver os problemas sociais por parte da sociedade como um todo. O inconformismo de muitos diante do quadro de miséria e de abandono de certas comunidades de nossa sociedade, já demonstram os primeiros sinais de desconforto, motivando-os a agir. Cabe às entidades sociais já estabelecidas o papel de atração deste material humano disponível e de alto valor motivacional.

3.2.4 Papel das OSCIPS na Atual Sociedade

Segundo a entrevistada, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, vêm desenvolvendo projetos e ações em regiões ou áreas onde os governos não alcançam de forma eficiente e eficaz. O custo e os resultados alcançados por projetos destas organizações civis, são na maioria das vezes muito menores e de resultados mais concretos e imediatos, devido em boa parte, à sua flexibilidade e agilidade na tomada de decisão, fruto de sua estrutura enxuta e simplificada. Destaca-se ainda, o caráter desburocratizado, que possibilita níveis de agilidade dificilmente encontrados em órgãos governamentais. Embora sejam geralmente entidades com escassos recursos financeiros, há uma compensação conseguida através dos altos valores motivacionais que envolvem a maioria dos participantes destas organizações. Há que se destacar o forte envolvimento emocional da maioria dos participantes, que ultrapassam as barreiras puramente racionais, proporcionando um envolvimento acima da média, imbuído num sentimento de missão.

A Senhora Maria Eloiza mantém algumas reservas quanto à nova lei das OSCIP's, sendo segundo ela, uma lei que poderá vir a sofrer alterações em governos futuros, já que a continuidade de políticas públicas e de ações governamentais, tem-se demonstrado muito frágil em nosso país, além de poder ser manipulada de acordo com os interesses particulares de cada governante. A lei apresenta um caráter bastante burocrático, o que poderá limitar o alcance de seu papel e perspectivas, além de poder ser mais uma forma de exclusão, entre as entidades de grande porte e bem estruturadas, contrapondo-se há grande maioria de organizações de baixos recursos, tanto financeiros como de material humano, impossibilitando-as de alcançar o credenciamento da lei.

3.3 EPESMEL - ESCOLA PROFISSIONAL E SOCIAL DO MENOR DE LONDRINA

3.3.1 Características Institucionais

A EPESMEL é uma organização não governamental de interesse público, tendo como mantenedora o Instituto Leonardo Murialdo sediado em Caxias do Sul (RS). É uma entidade religiosa católica, sendo o seu diretor geral, da unidade de Londrina, o Padre. Lídio Roman, o qual foi escolhido para a entrevista por sua posição de liderança na condução das estratégias de desenvolvimento da organização.

A EPESMEL, tem caráter filantrópico e está localizada na rua Angelina Ricci Vezzoso, 85 - Parque das Industrias Leves. A entidade apresenta como principal foco a educação e profissionalização de jovens em condições de risco. Compreende em seu escopo de atuação, atividades sócio educativas dos 7 aos 14 anos e de caráter profissionalizante para jovens dos 15 aos 18 anos. Apresenta como pré-requisitos de entrada, os alunos estarem freqüentando a escola regular e suas famílias possuírem renda per capita abaixo de 1 salário mínimo.

A Instituição atua em diferentes áreas profissionalizantes, marcenaria, eletricidade, auxiliar administrativo, secretariado, computação básica, arte final, artes gráficas, serigrafia, curso de vendas e costura industrial. Também fazem parte atividades sócio educativas tais como, reforço escolar, artesanato, esporte, aulas de formação religiosa, ética, higiene etc. Existe uma preocupação por parte da entidade em manter cursos que estejam sintonizados com a realidade e exigências do mercado, havendo constante readequação de conteúdos buscando uma formação atualizada e integral, indo além do estritamente técnico, abraçando conteúdos de cidadania, ética e religião.

A EPESMEL iniciou suas atividades em Londrina em 1974 comandada por leigos, só dois anos depois passaria a ter uma organização religiosa vinculada à sua administração. A Instituição, desde a sua fundação, já atendeu a

mais de 12 000 crianças e adolescentes, sendo que atualmente mantém 700 alunos matriculados em seus diferentes cursos profissionalizantes. A entidade conta com mais 200 alunos em idades abaixo da mínima permitida para ingressar na profissionalização, que é de 16 anos de idade, sendo então enquadrados em projetos sócio educativos, que além de valorização e apoio à educação escolar tradicional, possibilitam um amadurecimento e bases instrumentais para o posterior ingresso nos cursos profissionalizantes. A entidade possui ainda mais dois projetos, um de liberdade assistida para jovens infratores, além de ser a administradora e mantenedora da zona azul (estacionamento público da cidade de Londrina), onde 220 jovens mantêm-se empregados gerando renda para suas famílias e com todos os direitos trabalhistas garantidos.

Os recursos financeiros que mantêm os projetos desenvolvidos pela entidade, provêm de várias fontes, sendo que o governo municipal participa com cerca de 25% do total arrecadado. A sociedade civil colabora através de doações diretas e participação em promoções desenvolvidas pela entidade, somando cerca de 20% . O projeto Zona Azul, assim como a gráfica que funciona na própria sede da EPESMEL, e que presta serviços para a comunidade, são responsáveis pela geração de renda própria o que totaliza cerca de 30% da arrecadação. Os restantes 25%, provêm da Instituição mantenedora, o Instituto Leonardo Murialdo de Caxias do Sul, que realoca recursos para as várias unidades espalhadas pelo país. O histórico das receitas nem sempre se manteve nos mesmos patamares, sendo que de início a sociedade civil tinha um peso bem acima do que representa na atualidade. A Zona Azul e a gráfica também já possuíram uma representatividade maior, chegando a totalizar mais de 50% da arrecadação da entidade. Há que se levar em conta que a organização durante muito tempo era uma das únicas de Londrina a desenvolver atividades de profissionalização de jovens de baixa renda e que atualmente divide com outras organizações esta tarefa, além das mudanças de políticas sociais que ocorreram desde o período de sua fundação até hoje, ocasionando uma mudança na composição de arrecadação financeira da entidade.

3.3.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Civil.

A EPESMEL mantém um relacionamento bastante bom com o poder municipal, fruto dos reconhecidos serviços desenvolvidos na cidade ao longo de várias décadas. Na atual gestão pública da cidade de Londrina, tem havido segundo o Pe. Lídio, uma participação mais efetiva das organizações da sociedade civil de caráter público nas discussões e decisões de âmbito social, havendo uma maior democratização nas relações com o poder público, deixando de ser unicamente de cima para baixo mas horizontalizando-se no sentido de formação de verdadeiras redes de integração, proporcionando o incentivo para o desenvolvimento das entidades civis de interesse público.

O empresariado da cidade de Londrina e região não mantém uma postura de vínculo constante e mesmo estratégico com a entidade. Quando o mesmo se dá, é mantido em bases estritamente pessoais e paternalistas por parte do empresário como pessoa física. Segundo o Pe. Lídio, ainda não há uma cultura de verdadeira responsabilidade social em nosso empresariado, a idéia de que empresa tem como finalidade única o lucro e que a responsabilidade social deverá ficar por conta do Estado, ainda são idéias muito arraigadas na cultura predominante nestes setores. Acredita-se, no entanto, numa mudança de mentalidade a médio e longo prazo, haja visto os indícios espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil. Começa-se a ouvir falar cada vez com mais freqüência em empresa cidadã e envolvimento comunitário por parte das corporações privadas, o que poderá ser um bom sinal de mudança de mentalidade.

A comunidade civil mantém uma atuação constante e de longa data com a EPESMEL, em que cerca de 25 a 30 casais, mantém uma ligação muito íntima com todas as ações da entidade, auxiliando em várias frentes inclusive financeiramente. Este relacionamento tem suas origens na própria formação da entidade, garantindo-lhe uma personalidade intimamente enraizada com diferentes setores da sociedade civil organizada. Reforçando este contexto, há o empenho de outros voluntários, que embora atuem de forma mais esporádica, não deixam de ser representativos no cenário de desenvolvimento da entidade.

Como a organização é bastante antiga na cidade, já conseguiu conquistar o respeito e a confiabilidade por parte da população em geral. Este estágio de maturação e reconhecimento só foi possível pela transparência e qualidade dos serviços prestados à comunidade, sempre norteados por princípio éticos e de inquestionável lisura na condução das diferentes atividades. Também é com esta filosofia de trabalho que se pode observar a integração da entidade com a população em geral, tanto com os beneficiados diretamente, como com os voluntários e simpatizantes.

A EPESMEL conta hoje com 52 funcionários fixos, entre supervisores, professores, quadro administrativo, cozinha, funcionários da gráfica, assistente social e psicóloga. O voluntariado por sua vez é composto por 13 pessoas que desenvolvem atividades periódicas e fixas, principalmente de complementaridade e de apoio às atividades internas, tendo muitas vezes a tarefa de acompanhar o desenvolvimento individual de alguns dos alunos de forma a fornecer um suporte afetivo e de apoio, importantíssimo para que haja motivação e continuidade no processo de desenvolvimento.

3.3.3 Barreiras e Planos de Expansão

As barreiras destacadas como principal impedimento para o crescimento e desenvolvimento da organização, estão intimamente ligadas ao aspecto financeiro, que sempre apresenta fortes restrições, sendo cada conquista fruto de incansável e constante busca de recursos nas várias esferas onde isso é possível de ser atendido. Outro problema enfrentado que acaba limitando a expansão, diz respeito aos voluntários, que são em número pequeno. Para que novos projetos fossem assumidos ou ampliados, haveria a necessidade de um volume maior de envolvidos, mas que assumissem atividades de forma contínua e realmente comprometida, para que não haja quebra no processo organizacional e de desenvolvimento. Este comprometimento é difícil de ser conseguido, apesar da boa vontade de muitos, a dedicação contínua e o compromisso de longo prazo, sem rupturas no processo, são difíceis de conseguir através do voluntariado, e por outro

lado inviáveis se tiverem que ser contratados como funcionários comuns. Para que se consigam resultados mais satisfatórios com relação à integração de voluntários, terá de haver uma verdadeira mudança cultural que deve ser estimulada nas escolas de ensino básico e incentivadas ao longo de toda a vida escolar, desenvolvendo valores básicos de cidadania, cooperação e solidariedade.

Outro problema enfrentado pela EPESMEL está relacionado com o nível dos profissionais envolvidos nos projetos, que ainda não se conta com treinamentos específicos para esta área de atuação, sendo apenas adaptações de modelos organizacionais de outras iniciativas públicas ou privadas. Faz-se necessária à formação específica de profissionais habilitados para desenvolver tarefas ligadas ao Terceiro Setor, com metodologias próprias, respeitando as peculiaridades e singularidades destas organizações. Terminou o tempo do amadorismo, principalmente devido à relevância que este tipo de entidades passaram a desempenhar na sociedade moderna e que por conseqüência exige-se um maior profissionalismo na condução de suas atividades.

3.3.4 Papel das OSCIPS na Atual Sociedade

De acordo com a opinião do Padre Lídio Roman, diretor geral da EPESMEL, as Organizações da Sociedade Civil vêm desempenhar um destaque cada vez maior na arquitetura da sociedade contemporânea. Não se imagina que este tipo de organizações venha desempenhar um papel autônomo ou de forma isolada das demais esferas sociais, principalmente do poder público. Acredita-se que o fortalecimento e crescimento do número de organizações da sociedade civil de interesse público, vêm somar ao que já vinha sendo realizado pelo poder público. Estabelece-se em nosso tempo uma nova configuração e reestruturação de forças, o público e o privado deixam de ter barreiras tão definidas e passam a agir em forma de parceria, visando objetivos comuns.

Apesar de nos encontrarmos ainda num período conflituoso, onde as diferentes forças sociais se organizam buscando um novo equilíbrio e

posicionamento, acredita-se que todo este esforço culminará numa maior democratização social, principalmente através de um destaque cada vez maior das comunidades civis, interagindo com o poder público não mais de forma passiva mas tornando-se sujeitos pró-ativos deste processo de mudanças. Por outro lado, começa-se a sentir uma mudança no empresariado nacional, que embora timidamente, já vem dando os primeiros passos no sentido de ampliar o seu grau de conscientização e responsabilidade social. Em Londrina isto ainda é extremamente limitado, mas os movimentos que já se encontram transcorrendo nos grandes centros formadores de opinião, nos levam a acreditar fortemente neste novo posicionamento e conscientização da iniciativa privada quanto ao seu real compromisso e responsabilidade social.

Todas estas mudanças só farão sentido e resultarão em transformações reais e significativas, se vierem a se processar em forma de rede. Não se imagina nenhum dos setores acima citados, trabalhando de forma isolada, só haverá mudança real se ocorrer um comprometimento de todos, onde as alianças das diferentes forças sociais se unam num projeto conjunto, cada um fazendo uso de suas especialidades contribuindo para um conjunto harmônico. Por outro lado, não se pode negar a dificuldade em unir interesses muitas vezes dispares, como o fim social aliado à economia de mercado que tem na maximização do lucro sua razão de sustentação. Mas acredita-se na mudança de mentalidade e de prioridades, mesmo que de forma lenta e com resultados muito aquém das necessidades, mas é no dialogo constante e na busca de pontos em comum que está apoiada a grande esperança deste novo modelo de reestruturação social.

Uma mudança mais radical, poderá se imaginar para as próximas gerações, através de uma educação para a cidadania e para a solidariedade, onde tão importante como as matérias tradicionais curriculares, passe-se a incluir o sentido e a prática da cidadania, do voluntariado, da cooperação. Esta sim, poderá ser a célula para a construção de uma nova sociedade includente, democrática e solidária, onde os valores fraternais se sobreponham aos puramente econômicos, onde o ser humano possa ocupar o centro de todo o sistema, que segundo o Pe. Lídio, só poderá ocorrer a partir de uma ampla e profunda mudança interior.

3.4 ACALON - ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LONDRINA

3.4.1 Características Institucionais

A ACALON é uma organização não governamental de utilidade pública, filantrópica, tendo como coordenadora geral a Senhora Maria das Mercês Matos Peixoto da Silva. Por sua posição dentro da entidade, além de estar diretamente envolvida com todo o processo, tanto estratégico como operacional, fizeram com que esta fosse a escolhida para responder às questões que são objeto deste estudo.

A ACALON tem sede na rua Abílio Justiniano de Queiroz, s/n - Conjunto João Paz e tem como principal objetivo atender a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, com idades entre 7 e 17 anos. Tem atuação em áreas distintas, que vão do apoio sócio-educativo até à profissionalização. Destacam-se na entidade os cursos de padaria, cabeleireiro, informática, costura, cozinha, artesanato, assim como outras atividades complementares como educação física, artes em geral e atendimento psicossocial. Alguns destes cursos são estendidos aos pais dos alunos permitindo também a profissionalização destes pais.

Esta organização tem como diferencial em relação à maioria das demais abordadas, o fato de não ficar restrita ao atendimento da população da região em que está inserida. Atua junto a crianças e adolescentes que se apresentam em situação de risco, sendo grande parte das vezes encaminhadas pelo conselho tutelar. A ACALON conta hoje com 160 alunos, entre crianças e adolescentes, além de 36 adultos que participam de cursos profissionalizantes. Desde o começo de suas atividades a ACALON já contabiliza mais de 1000 alunos que passaram pela entidade, o que demonstra a sua ativa participação social.

A Escola Oficina - ACALON, iniciou suas atividades no ano de 1993, conduzida por um projeto do Governo Estadual, onde o mesmo provia 100% das despesas da entidade. Após o período inicial de implantação da escola, o Governo

veio diminuindo progressivamente o seu grau de atuação, passando o controle da entidade, assim como a responsabilidade de manutenção, para a sociedade civil. Sendo que a partir do ano 2000, a organização passou a ter total independência do Governo Estadual.

A receita atual da instituição provém de várias fontes, entre elas destacam-se: a prefeitura da cidade de Londrina que responde por 20% das necessidades da entidade, renda proveniente de algumas de suas oficinas, como padaria e lavanderia, presta serviços que lhe geram renda capaz de suprir com cerca de 50% de suas despesas mensais, destaca-se, ainda, uma empresa privada que participa mensalmente com cerca de 10% do total arrecadado, o restante do déficit orçamentário é coberto pela sociedade civil, principalmente através de promoções e doativos.

A ACALON diferencia-se em sua metodologia de trabalho da maioria das entidades congêneres ao apresentar como objetivo primeiro à educação pelo trabalho e não para o trabalho, que embora acabe ocorrendo por consequência, mas não faz parte de seu principal foco. As diferenças apresentam-se em níveis mais profundos, ou seja, há uma preocupação primeira com o desenvolvimento da auto-estima, o resgate dos valores pessoais e da força interior de cada um. Objetiva-se com esta metodologia a capacitação de todos os envolvidos, para agirem de forma crítica e responsável, evitando o "engessamento" em modelos padronizados pelo sistema dominante. Busca-se a formação de um ser humano integral, capacitado a interagir com o meio e a exercer os seus direitos e deveres como cidadão.

3.4.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Civil.

Devido ao histórico da instituição, houve grandes transformações desde a sua fundação, deixando uma situação de total vínculo com o poder público Estadual, passando ao atual cenário onde passa a atuar como uma OSCIP tradicional, sem qualquer relação governamental. Esta entidade representa de uma forma bem concreta e sintetizada o processo por que vem passando a nova

configuração social brasileira, em que o Estado diminui o seu papel de atuação repassando esta obrigação para a sociedade civil. Por outro lado, é inegável os traumas que isto vem causando, mas também deixa estampado o poder de mobilização da sociedade civil organizada, que apesar das inúmeras dificuldades, conseguiu dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela ACALON, como ressalta a coordenadora da entidade. O relacionamento da organização com o governo fica restrito à esfera municipal, da qual recebe auxílio financeiro e isenção de alguns impostos, não havendo atualmente nenhum vínculo com o Governo Estadual.

O Empresariado vem demonstrando um envolvimento ainda tímido para com esta instituição, havendo no entanto, alguma participação financeira. Conta-se ainda com a parceria de algumas empresas, no sentido de priorizarem a aquisição dos produtos e serviços produzidos pela instituição de forma a gerar-se renda autônoma. Existem ainda parcerias em projetos pedagógicos e tecnológicos por parte de algumas empresas, como a criação de um sistema inovador de aprendizado através da informática em convênio com a Copel.

O relacionamento com a comunidade é bastante próximo, superadas algumas barreiras iniciais de rejeição devido ao projeto ser aberto a toda a cidade e não restrito à comunidade local. Uma das maiores forças com relação ao voluntariado diz respeito à atuação de profissionais liberais e estagiários da Universidade Estadual de Londrina, que desenvolvem várias atividades de apoio. O envolvimento da comunidade está intimamente relacionado com a participação nas promoções periódicas, no sentido de angariar fundos para a manutenção da Instituição.

A ACALON conta atualmente com um quadro de 24 funcionários fixos, incluindo 3 padeiros e 2 funcionários da lavanderia, sendo estas duas atividades geradoras de renda para a entidade. Fazem parte ainda 6 voluntários que mantêm atividades permanentes, tanto na área de educação como na de saúde e mesmo em atividades de apoio e auxílio administrativo. Estes voluntários têm a característica peculiar de desenvolverem atividades sistematizadas que necessitam de um compromisso e envolvimento maior, algo que foi destacado por outras

entidades pesquisadas, como um dos principais problemas do voluntariado tradicional, ou seja, a falta de continuidade nas tarefas assumidas.

3.4.3 Barreiras e Planos de Expansão

As principais barreiras enfrentadas pela entidade estão ligadas à constante mudança nas políticas sociais por parte do Governo, não havendo uma continuidade, ou um planejamento de longo prazo. Cada gestão impõe novos modelos bloqueando a continuidade das políticas já implementadas, tendo que se proceder a uma completa reestruturação, desperdiçando-se esforços e implicando em desmotivação geral.

Um dos principais objetivos da entidade é o de conseguir obter autonomia financeira. Uma vez que a insegurança quanto à aquisição de recursos impede a viabilização de projetos mais ambiciosos e coloca em constante fragilidade os já existentes. Seguindo este objetivo pretende-se um estreitamento das relações com o empresariado local, além de aumentar o número de voluntários, principalmente de profissionais liberais. Tem-se ainda como um dos principais objetivos o lançamento de novos cursos, nomeadamente formação de garçons e cabeleireiro, decisão esta apoiada nos apelos da própria população-alvo e do mercado.

3.4.4 Papel Das OSCIPS Na Atual Sociedade

De acordo com a Senhora Maria das Mercês Peixoto da Silva, coordenadora geral dos projetos desenvolvidos pela ACALON, as organizações ligadas ao chamado Terceiro Setor vêm-se propor a desempenhar um papel de promoção e integração social. Há um compromisso com a justiça social e com a equidade em todos os níveis, para tal, dispõem como principal instrumento a mobilização das diferentes esferas que compõem a sociedade, integrando-os num

sistema de parceria, no qual, o resultado da soma das partes é maior do que cada parte trabalhando isoladamente.

O papel do governo vem diminuindo em todos os níveis, refletindo-se de uma forma particular nas áreas sociais. Uma nova configuração de Estado vem sendo configurada, e que ainda apresenta indefinições quanto às novas fronteiras de atuação. Porém, uma coisa já está bem definida: o fato da sociedade civil deixar de ser um mero agente passivo para se tornar fator prioritário e pró-ativo na reconfiguração da nova sociedade do século XXI, onde as três forças Governo, Empresas e Sociedade Civil Organizada, estarão aprendendo a conviver e a criar um novo sistema social baseado na integração de forças, respeitando e servindo-se das vantagens e especialidades particulares de cada um, com a finalidade de buscar-se uma sociedade mais justa e sustentável no longo prazo, no qual as diferentes forças possam-se harmonizar construindo um novo contrato social.

A nova lei das OSCIPs poderá ser o primeiro passo de profissionalização e definição do que comumente se chama terceiro setor. Acredita-se que através desta nova lei haverá um impulso não só quantitativo, mas principalmente qualitativo no mundo das OSCIP's. A flexibilização e a diminuição de barreiras tributárias, assim como o incentivo ao trabalho em forma de parceria, poderão se tornar poderosos instrumentos de desenvolvimento social, contribuindo para novos parâmetros de democracia e de participação ativa da sociedade. Outro fator que poderá ser beneficiado pela nova regulamentação, diz respeito à credibilidade que as mesmas poderão auferir diante da sociedade facilitando o engajamento voluntário, assim como o sistema de parcerias com os demais setores.

A entrevistada, não deixou de demonstrar algumas preocupações com a nova lei e com a própria estruturação social que se delineia. Existe um receio de que todo este esforço por parte do governo em regulamentar o chamado Terceiro Setor, poderá ser o passo derradeiro da saída do Estado da esfera social, e o patrocínio do Estado minimalista que se abstrai de todas as suas obrigações de provedor do bem estar social irrestrito e abrangente. O Estado tem uma função indispensável na coordenação das políticas sociais e na promoção de um quadro de igualdade de oportunidades, que implica num tratamento diferenciado para quem

vem sido excluído pelo sistema dominante. O Estado e as OSCIPs são complementos, jamais podendo ser vistos como excludentes, é um aglutinar de forças necessário para enfrentar problemas urgentes que se agigantam de forma assustadora e imoral. Neste compromisso o Empresariado também é figura primordial, com sua experiência administrativa e de busca de eficiência, além da sua disponibilidade cada vez maior de capitais, que se não forem usados de forma sábia com visão de longo prazo poderão fazer com que o sistema que lhes dá sustentação entre em colapso.

3.5 A.P.M.I. - GUARDA MIRIM DE LONDRINA

3.5.1 Características Institucionais

A A.P.M.I. é uma organização não governamental de utilidade pública, filantrópica, tendo como assistente social responsável a Senhora Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção. A entrevista foi realizada junto à Senhora Teone pela seu envolvimento em áreas estratégicas da entidade, sendo esta na atualidade, a pessoa que melhor poderia discorrer sobre os assuntos a serem levantados. Reconhece-se que a entidade está passando por um período de transição que dificultou a coleta de algumas das informações desejadas, mas que ainda assim, pôde-se levantar os principais pontos de abordagem referentes à presente pesquisa.

A A.P.M.I. tem sede na rua Orestes Medeiros Pullin, 94 - Conjunto Do Café. A entidade apresenta como principal campo de atuação o atendimento a adolescentes de baixa renda a partir de 12 anos de idade. Apresenta um programa de ação pedagógica em 3 fases distintas: A 1ª fase conta com pré-adolescentes nas faixas de 12 e 13 anos, realizando-se um trabalho de caráter sócio-educativo, com atividades esportivas, leitura, artesanato, musicalização, oficinas de datilografia além de apoio em diferentes áreas ligadas ao seu desenvolvimento psicossocial. A 2ª fase, uma continuação do processo anteriormente desenvolvido, compreende

adolescentes nas faixas de 14 e 15 anos, desenvolvendo atividades como datilografia / digitação, informática, curso de auxiliar de escritório, fotografia, além de apoio psicossocial, destacam-se ainda, a abordagem de temáticas como cidadania, ética e adolescência. Parte destas atividades são desenvolvidas em parceria com a UEL(Universidade Estadual de Londrina), através de acessoramento e a participação de estagiários de diferentes cursos. A 3ª fase do programa da APMI visa a inserção e acompanhamento destes jovens no mercado de trabalho, além de disponibilizar cursos de educação continuada aos sábados, como reforço do aprendizado já adquirido e de acordo com as novas necessidades desta nova fase. Existe ainda, uma parceria com o SENAC que possibilita um incremento no nível e na diversificação de habilidades profissionais destes jovens, habilitando-os de uma forma mais específica para certas atividades exigidas no mercado de trabalho.

A APMI atende atualmente a 309 adolescentes de forma direta e conta com mais 157 jovens inseridos no mercado de trabalho, estando estes na terceira e última fase do programa. Existem ainda, mais 150 jovens que embora já tenham concluído as duas primeiras fases do programa, ainda não conseguiram entrar no mercado, objetivo este que está sendo buscado pela entidade.

A APMI foi fundada em 1965, pelo Lions Clube de Londrina e sua administração conduzida por voluntárias ligadas a um grupo de damas de caridade da sociedade londrinense. Este perfil mudou radicalmente nos últimos anos, sendo que hoje a entidade se encontra num processo de reestruturação profunda. O departamento do curso de Serviço Social da UEL - Universidade Estadual de Londrina, atualmente detém a diretoria da entidade, sendo a professora Silvia Colmam a atual diretora geral. Porém, ainda se encontra indefinida a condução da entidade a longo prazo, enfrentando com isso um momento de incertezas e instabilidade, refletindo-se nos planos futuros ainda indefinidos.

A APMI conta com 35% de seus recursos provenientes do Governo Municipal, que participa com uma quantia fixa por aluno. O setor empresarial participa com cerca de 10% do total da arrecadação e os restantes 45% provêm de recursos próprios, conseguidos através de promoções diversas, que envolvem a comunidade. Outra fonte importante de recursos é gerada internamente, através da

locação do ginásio e das quadras poli esportivas para grupos de interessados, sendo esta a principal fonte de receita mensal na atualidade. A entidade está pleiteando junto ao Governo Federal o abatimento no pagamento de INSS, o qual poderá ser reduzido em 60%. A APMI conta ainda com a isenção de IPTU e de desconto nas contas de água e luz na ordem de 40%. Saliencia-se que as porcentagens de participação dos vários setores responsáveis pela composição de recursos que mantém a entidade, não têm sofrido fortes alterações nos últimos anos.

3.5.2 Relacionamento com o Estado, Empresariado e Sociedade Civil.

Existe um relacionamento bastante íntimo com o Governo Municipal, havendo uma participação de membros da entidade em diferentes conselhos correlatos com a área de atuação e de afinidade. Há ainda um importante relacionamento e trabalho conjunto desenvolvido com toda a rede de assistência e promoção social do município de Londrina, sendo esta uma importante força criadora de sinergia e integração.

Com o Governo Estadual, há um envolvimento restrito a alguns órgãos isoladamente, não se apresentando um relacionamento mais íntimo ou de caráter estratégico com o próprio Governo. O Governo Federal, por sua vez, vem demonstrando um afastamento cada vez maior das questões sociais, acentuando-se esta postura após 1997. A comunidade solidária, na opinião da entrevistada Senhora Teone Maria, é o símbolo do desmonte do Estado com relação às questões de ordem social, repassando para a Sociedade Civil Organizada, o compromisso de desenvolver projetos capazes de solucionar a problemática social, retirando-se o Estado desta responsabilidade.

Quanto ao Setor Empresarial, tem se sentido um certo envolvimento, embora o montante de recursos ainda não tenha uma grande representatividade, mas algumas empresas mantêm-se atuantes de forma efetiva e comprometida, um exemplo tem sido a Sercomtel, através do patrocínio de um projeto esportivo desenvolvido na entidade. A Unimed também tem mantido uma

atuação contínua, assim como o Ceasa através da doação de alimentos periodicamente, além da Empresa Grande Londrina - Transportes Urbanos, que vem fazendo repasses periódicos por intermédio do Provopar. Há ainda que se destacar o forte relacionamento com um bom número de empresas que participam da terceira fase do programa pedagógico, na qual são encaminhados os jovens para fazerem estágio nestas empresas, sendo este o primeiro passo para a inserção destes jovens no mercado de trabalho.

Durante boa parte da história da entidade o voluntariado era figura chave nas diferentes atividades e de uma forma particular na administração da própria APMI. Destacando-se a participação de 22 senhoras ligadas à sociedade londrinense que desempenharam papel de destaque na condução da entidade por vários anos. Hoje em dia porém, mudou radicalmente a estrutura administrativa da organização, passando a ter um caráter mais profissional, adotando metodologias mais modernas condizentes com a nova realidade em que vivemos. Muitas destas mudanças ainda se encontram em fase de implementação, dificultando a sua análise mais profunda.

Com relação ao vínculo entre a entidade e a comunidade, pode-se afirmar que tem havido evolução, há uma razoável participação nos eventos promovidos pela APMI no sentido de angariar fundos para suas atividades. Destaca-se o envolvimento constante dos pais e familiares dos alunos que fazem uso de suas habilidades específicas para serviços gerais de manutenção da entidade, assim como em outras atividades de apoio. No entanto, há ainda uma cultura pouco desenvolvida com relação ao voluntariado de uma forma geral e por outro lado não se pode deixar de omitir a culpa das próprias organizações sociais em estruturar suas atividades de forma a possibilitar o ingresso e o devido apoio à participação de voluntários.

A APMI conta atualmente com 11 funcionários fixos, entre educadores, psicólogas, assistentes sociais entre outros. Existia um forte vínculo da entidade com o 5º batalhão da Polícia Militar de Londrina, parceria esta que durante muitos anos moldou o próprio processo pedagógico da entidade. Hoje em dia esta

relação está desaparecendo, devido ao uso das novas diretrizes metodológicas que se diferenciam da proposta trabalhada pela Polícia Militar.

5.5.3 Barreiras e Planos de Expansão

A APMI passa por um período de enormes transformações, muitas delas ainda indefinidas, não havendo por isso um plano claro e detalhado com relação às atividades futuras. Muitas de suas diretrizes encontram-se em período de reelaboração o que leva a uma certa indefinição quanto a novos projetos e planos de expansão.

3.5.4 Papel das OSCIPS na Atual Sociedade

De acordo com a Senhora Teone Maria, assistente social da APMI, tem havido nos últimos anos um dismantelamento do Estado, diminuindo bruscamente a ação direta deste para com os problemas sociais. Verifica-se um repasse de responsabilidades para a própria Sociedade Civil, desobrigando-se este de tais funções.

A lei das OSCIP's tem dois aspetos distintos que deverão ser levados em conta. O primeiro deles diz respeito aos benefícios trazidos pela lei, em que pode-se contar com uma maior transparência além de incentivar uma maior profissionalização do setor e fortalecimento de suas atividades. Outro aspecto extremamente positivo é o fato de serem estabelecidos critérios mais concretos para o enquadramento nesta mesma lei, possibilitando a quem os atende, uma maior credibilidade junto a toda a sociedade impedindo a proliferação de entidades de caráter duvidoso, que se servem do título de filantropia para fins de grupos particulares ou interesses pessoais de alguns indivíduos.

Não podemos deixar de apontar os aspectos negativos desta lei, em que o excesso de burocracia para o credenciamento à mesma, restringe imensamente o potencial de novos empreendimentos sociais, passando muitos deles a existirem apenas na informalidade não fazendo uso dos benefícios provenientes do credenciamento à mesma. Poderá ocasionar-se uma forte barreira fortemente o crescimento e desenvolvimento do setor, até correndo-se o risco de um certo elitismo, que poderá se tornar mais um mecanismo de manobra da classe dominante.

Outro fato mais profundo e agravante, diz respeito aos bastidores desta lei, que mais uma vez vem reafirmar a postura do governo em se ausentar ou minimizar sua atuação na esfera social, "terceirizando" este compromisso. O Estado omitindo-se de sua postura de provedor social, cria uma situação extremamente delicada, promovendo uma distorção de forças alarmante, se de uma forma nos deparamos com uma iniciativa privada cada vez mais poderosa e preocupada com a lucratividade e o aumento do capital a todo o custo, por outro lado, encontramos um Estado que deixa de ser o contra peso na busca de equidade e justiça, ao deixar sua postura de provedor social e minimizando os seus campos de ação, acabando por deixar as classes menos favorecidas totalmente à deriva e entregues à própria sorte.

A Senhora Teone afirma que as OSCIP's deveriam ter seu papel de complementaridade do poder já desenvolvido pelo Estado, não podendo imaginá-las como substitutos deste, isto seria leviano e irresponsável. A sociedade civil mais ativa é sem dúvida uma evolução, mas o seu isolamento seria um retrocesso de dimensões e conseqüências calamitosas. O Estado não pode se omitir de suas responsabilidades sociais, mas aprimorá-las e fortificar a sua atuação através de elos com as organizações civis. A capacidade das OSCIP's é limitada e específica demais para ser confundida com a ação Estatal, deverá sempre ser vista como complemento, jamais como a matriz principal deste modelo de organização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abrangeu todas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público na área profissionalizante, cadastradas na Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Londrina, em Julho de 2001, onde foi conseguida a relação das 5 entidades. Após a primeira fase, de cadastramento das organizações passou-se à elaboração do roteiro da entrevista que, por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, não possuiu um questionário estruturado, mas um roteiro de orientação.

Através do presente levantamento, pôde-se constatar algumas características relevantes quanto ao perfil das entidades de ensino profissionalizantes não governamentais da cidade de Londrina. Embora nenhuma delas esteja enquadrada como OSCIP, possuem características que se aproximam deste enquadramento, o que nos levou à apropriação desta nomenclatura, não pelo marco legal, que ainda não é adotado por nenhuma delas, mas como forma de distingui-las das demais nomenclaturas que englobam este tipo de entidades e muitas vezes deturpam o seu verdadeiro objetivo. Acredita-se que a apropriação deste conceito possibilita uma maior clareza de objetivos e fidelidade às características destas entidades.

Ao fazer-se um balanço geral das entrevistas apuradas, pôde-se concluir certa homogeneidade em relação às respostas apuradas, levando em conta as diferentes entidades pesquisadas. Os problemas enfrentados pelas 5 entidades pesquisadas mantêm muitos pontos em comum, fruto do ambiente semelhante em que todos trabalham. As diferenças mais significativas ficaram por conta do porte e tempo de atuação de algumas das entidades, principalmente da EPESMEL, em ação desde os anos 70, o que lhe dá um certo Know How, além de uma estrutura privilegiada que permite um maior alcance nas ações de cunho social. Esta análise vem confirmar e reafirmar, muitas das informações coletadas na pesquisa bibliográfica que antecedeu ao processo das entrevistas propriamente dito.

Destaca-se o fato da maioria das entidades pesquisadas ter como mantenedora ou como próprio perfil, o fato de estar ligada a alguma entidade religiosa, nomeadamente Católica, Espírita ou Evangélica. Das 5 organizações pesquisadas 3 possuem esta característica: EPESMEL (católica), CEPAS (evangélica) e Escola Oficina Pestalozzi (espírita), assim mesmo aquelas que não apresentaram esta particularidade de forma formal, possuíam fortes princípios espirituais como motivadores, tanto por parte de seus diretores ou coordenadores, como dos próprios voluntários. Este fato porém, em momento algum nos pareceu ser excludente, em relação a atender interessados de outros credos ou religiões, ou mesmo conduzisse a posturas mais radicais de proselitismo.

Na análise da orientação filosófica das organizações pesquisadas, salientam-se características bastante próximas, em termos de educação profissionalizante. Apresentam-se, de uma forma geral, cursos bem semelhantes, salientando-se os de informática que vêm merecendo um papel de destaque, o que demonstra a preocupação destas entidades em atender à demanda do mercado de trabalho e de capacitar jovens de acordo com as tendências e exigências da atualidade.

Além dos diferentes cursos ofertados, nota-se a preocupação com uma educação mais abrangente, incluindo reforço escolar e atividades esportivas, sendo estas, um dos principais atrativos de conquista dos alunos em situação de risco. Além destas atividades comuns a todas as entidades pesquisadas, existe mais uma preocupação generalizada, que está ligada à formação ética e cidadã do jovem. Três destas organizações, por seu caráter religioso, destacaram o enfoque moral religioso como metodologia de apoio ao desenvolvimento pedagógico tradicional, salientando-se a EPESMEL, CEPAS e a Escola Oficina Pestalozzi. A ACALON, assim como a APMI, desenvolvem um trabalho voltado para a incorporação dos valores da ética e da cidadania, que mesmo partindo de metodologias diferentes, buscam o mesmo fim, ou seja, contribuir para uma formação integral, abrangente e comprometida com o desenvolvimento tanto técnico, como ético e de responsabilidade social destes jovens.

A maioria das organizações pesquisadas tem pontos em comum quanto ao histórico de fundação, sendo fruto da mobilização da sociedade civil em decorrência da falta de expectativas dos jovens de comunidades carentes da cidade de Londrina, que se encontravam em situação de risco em decorrência da impossibilidade de se integrarem ao mercado de trabalho por falta de qualificação apropriada. A maioria das organizações pesquisadas teve a sua fundação recente, ou seja durante a década de 90. Apenas a EPESMEL e a APMI, já mantinham atividades regulares antes deste período, o que vem ao encontro do referencial teórico usado neste estudo, que ressalta o crescimento deste tipo de organizações a partir do final da década de 70, sendo alavancado de forma particular a partir dos anos 90. Pode-se justificar o papel de destaque da EPESMEL, na educação profissionalizante na cidade de Londrina, tanto em número de cursos, como de alunos, bem como, por sua atuação prematura desde os anos 70.

Estas organizações têm semelhanças também, quanto ao público alvo, já que todas mantêm critérios de renda máxima familiar, como pré-requisito para a admissão de jovens nos cursos profissionalizantes. As faixas etárias que integram a maioria dos alunos estão entre 7 e 18 anos, sendo que a primeira faixa dos 7 aos 15 anos, é composta por atividades sócio-educativas, não apresentando caráter profissionalizante, atendendo ao estatuto da criança e do adolescente, que proíbe o trabalho de menores de 16 anos. Porém, é nesta primeira fase que a maioria das instituições fornece as bases de sustentação para a posterior educação técnica profissionalizante.

Embora a maioria dos integrantes do projeto esteja nas faixas acima descritas, não impede que algumas das organizações estendam as suas atividades a adultos, como é o caso da ACALON, que atende também uma parcela de adultos em horários alternativo. Um pré requisito comum a todas as entidades está relacionado com a renda familiar, que com algumas variações de valor ou de metodologia de apuração, atendem famílias com ganhos inferiores a 1 salário mínimo per capita. Outro fator comum é a obrigatoriedade de que todos os jovens estejam freqüentando a escola tradicional.

Outra questão que pôde ser levantada, diz respeito aos objetivos das organizações em ir além da inclusão destes jovens no mercado de trabalho. A consciência crítica, em relação ao próprio modelo econômico é bastante debatida. Sendo uma constante a busca por resgatar valores e competências que vão além das simplesmente técnicas. Há a preocupação em formar cidadãos ativos e conscientes de seu papel diante da sociedade e comprometidos com o processo de transformação da mesma. Porém, este esforço vem esbarrando em barreiras extremamente difíceis de transpor, que vão desde a baixa auto-estima destes jovens, além do ambiente em que são obrigados a conviver diariamente, que acaba provocando um descompasso de difícil superação.

Por mais que se tenha percebido uma preocupação que vai além da simples profissionalização, e este fato ter sido relatado por todos os entrevistados, constatou-se de forma empírica e pela própria percepção do pesquisador, que de fato, a maioria dos alunos saem destas escolas muito mais habilitados a serem admitidos no mercado de trabalho e seguem padrões já preestabelecidos, do que símbolos de transformação social. Há uma certa dinâmica natural de enquadramento ao sistema, como forma mais rápida de obter resultados e até justificar a razão de existência das próprias entidades junto à comunidade. Verificou-se que apesar das boas intenções e esforços no sentido de ir além de uma educação puramente técnica e mecanicista, estas organizações se deparam com a realidade do público com que trabalham. Ou seja, a miséria impera e faz com que a prioridade seja a própria subsistência, buscando-se portanto, a forma mais rápida e direta de a conseguir. A busca de abordagens mais profundas de transformação social, não deixam de ser buscadas, verificando-se os esforços de todos os entrevistados na busca de construir esse algo mais, como destacou a Senhora Maria das Mercês – ACALON, "não queremos formar simples peças para o sistema, queremos poder despertar o questionamento, capaz de ajudar a repensar o próprio ambiente em que vivem".

As entrevistas destacaram de forma contundente a necessidade de uma maior profissionalização das OSCIPs, para que se possa admiti-las como uma terceira força social em igualdade de condições com as demais. A Sr^a Teone, responsável pela APMI, foi contundente ao destacar a falta de planejamento estratégico de longo prazo, comprometendo um desenvolvimento contínuo e efetivo

das entidades. Como já se falou, o voluntariado é uma das maiores forças propulsoras destas organizações, porém, não se deve negligenciar a importância de se possuir um quadro de funcionários remunerados, diretamente envolvido com a entidade e com habilitações técnicas e profissionais condizentes com as necessidades existentes. A Sr^a Maria Eloiza, da Escola Oficina Pestalozzi, foi veemente nas observações quanto à falta de compromisso dos voluntários, que assumem compromissos, muitas vezes estratégicos, e que na primeira dificuldade simplesmente abandonam os projetos ou as tarefas desestruturando todo o planejamento da organização. A CEPAS, também ressaltou a falta de profissionalismo no meio, o que dificulta a credibilidade de muitas organizações e impede um maior envolvimento e repasse de verbas por parte da comunidade. A APMI, teve um discurso diferente das demais, salientando o problema por outro perfil, em que destaca o fato da maioria das organizações sociais não estarem preparadas para receberem voluntários, o que gera desmotivação e falta de envolvimento dos mesmos.

Há a necessidade de mudança na visão simplesmente caritativa que ainda impera em muitas organizações, não se pode acreditar na simples boa vontade e em ações isoladas. O crescimento e desenvolvimento das OSCIPs, está vinculados à capacidade administrativa e estratégica destas organizações, que só poderá ser alcançada através da sua profissionalização. Não é por se tratar de uma organização social sem fins lucrativos que não deverá ter uma constante preocupação com a obtenção de resultados e padrões de eficiência comprovados. Terminou a época do amadorismo e da simples boa vontade. Só o aprofundamento técnico e a profissionalização deste setor, serão capazes de proporcionar transformações verdadeiras na estrutura social vigente.

Ressalta-se, ainda, a fraca divulgação destas entidades, que acaba implicando em pouco reconhecimento e envolvimento da comunidade. Planos de Marketing, seriam uma ferramenta de enorme valia para o fortalecimento e para um maior vínculo entre estas entidades e a Sociedade Civil, este fato já foi despertado pelo presidente da CEPAS, Senhor Elizeu, que está em fase de implementação de um Departamento de Marketing na entidade que dirige, com a finalidade de aprimorar a comunicação e divulgação entre a entidade e o público potencial,

nomeadamente o empresariado local, foco prioritário da entidade nesta fase de desenvolvimento, segundo o Sr. Elizeu responsável principal pela direção da organização.

Outro fator de destaque primordial diz respeito às fontes de financiamento, que se sobressai como um dos principais problemas enfrentados por todas as organizações pesquisadas, comprometendo tanto a manutenção dos projetos, como a sua ampliação, além de desestimular a entrada de novas entidades. A maioria destas organizações tem no poder público uma de suas principais fontes de recursos, o que vem reafirmar a importância deste na promoção das mesmas. A total ausência do governo em relação às Organizações da Sociedade Civil, provavelmente seria responsável pela inviabilização de boa parte destas entidades. Houve uma unanimidade de todos os pesquisados em afirmar o perigo de uma minimização do papel dos governos, onde se vislumbraria facilmente um quadro de seleção natural "darwiniana", onde os mais aptos aniquilariam os demais, se procedendo a um verdadeiro genocídio social de dimensões catastróficas inimagináveis.

Quando se fala em poder público, tem que se destacar a importância do poder municipal, já que é o mais atuante e estratégico para todas as Organizações pesquisadas. A EPESMEL, recebe cerca de 25% de seu orçamento proveniente da prefeitura da cidade de Londrina, a ACALON, por sua vez, passou de uma fase de total manutenção por parte do Governo Estadual, para uma nova fase em que apenas o poder municipal participa com cerca de 20% de suas despesas mensais. A CEPAS, tem no poder público uma força considerável, já que este corresponde a cerca de 40% do orçamento da Organização, só perdendo em porcentagem representativa para a Escola Oficina Pestalozzi, em que as contribuições por parte da prefeitura de Londrina chegam a 50% do total do orçamento. Por último a APMI, conta com 35% de seus recursos advindos de repasses da prefeitura municipal. Estes números destacam de forma contundente a importância do poder público, principalmente municipal, no amparo ao projetos desenvolvidos por estas entidades.

A composição de repasses públicos para estas organizações tem sofrido fortes transformações nos últimos anos. Haja visto o poder Estadual que vem diminuindo a sua atuação quase que por completo durante a última década, repassando para a sociedade civil progressivamente o ônus que havia assumido. O caso mais relevante e emblemático desta situação é o da ACALON, em que deixou de ser totalmente mantida pelo poder Estadual, repassando este compromisso de forma absoluta para a Sociedade Civil londrinense.

O Governo Federal, também tem sido motivo de crítica por parte das organizações pesquisadas, já que segundo estas, vem adotando uma política estruturalmente excludente, agravada pela falta de prioridades assumidas no plano social. A Sr^a Teone da APMI foi uma das mais veementes contestadoras do modelo de ação social adotado pelo governo, nomeadamente da nova lei das OSCIPs, que segundo esta, e endossada pelos demais entrevistados, a nova lei é mais uma forma de elitização, já que é de extrema complexidade e não reflete a realidade da maioria das OSCIPs nacionais. Acredita ainda, que esta lei é mais uma forma do governo se omitir das suas obrigações sociais históricas, servindo-se da sociedade civil como subterfúgio para a sua própria omissão com conseqüências desastrosas e calamitosas para toda a sociedade.

Verifica-se, no entanto, uma ampliação na atuação social, por parte do atual governo municipal, cujos repasses vêm sido ampliados consideravelmente, representando hoje fatias na composição de recursos das entidades que vão de 20% no caso da ACALON até de cerca de 50% na Escola Oficina Pestalozzi. Além do mais, há que se destacar a política de aproximação do governo municipal para com as Organizações da Sociedade Civil, incentivando a participação popular nas diferentes discussões de âmbito social de interesse da cidade, como destacaram o Pe. Lidio Roman da EPESMEL e a Sr^a Maria das Mercês da ACALON, ambos membros participantes destes conselhos permanentes, visando o debate democrático das questões sociais do município.

Quando se analisa a atuação do empresariado londrinense, verifica-se que tem sido um dos setores menos atuantes e envolvidos com as atividades das Organizações Sociais pesquisadas, ainda que seja o setor diretamente beneficiado

com a profissionalização destes jovens. Denota-se, no entanto neste setor, um dos maiores potenciais de parceria e de fonte de recursos, ainda que para isso haja a necessidade de uma mudança de mentalidade, que poderá vir pelo próprio processo de amadurecimento corporativo, ou através da imposição do próprio mercado, que necessita de uma consciência cidadã despertada, para fazer uso mais contundente de seu poder como consumidor e de sua responsabilidade social diante deste fato.

Um fator que se destacou na presente pesquisa, foi o fato de que boa parte destas organizações contarem com fontes de recursos próprios. Este fator demonstrou uma relevância maior quando se levantaram questões quanto a planos futuros das entidades, em que boa parte destas, responderam ter como um de seus objetivos a ampliação do percentual da composição de sua receita através de recursos gerados pela própria organização. A EPESMEL a ACALON e a APMI, são exemplos concretos desta postura, já que conseguem gerar recursos na ordem de 35% a 50% de todas as suas necessidades mensais. Aprofundando as razões de tal postura, pode-se entender que existe uma preocupação quanto ao futuro das entidades devido à inconstância dos financiadores que lhes dão sustentação e às freqüentes mudanças nas políticas governamentais, gerando insegurança e abalando seus planos de desenvolvimento. A geração de renda pelas próprias organizações, além de uma maior estabilidade no planejamento, também possibilita uma maior independência no direcionamento das políticas de ação. Porém, sabe-se da dificuldade de sustentabilidade através de uma única fonte de recursos, nenhuma das entidades pesquisadas consegue auto-gerar a totalidade de recursos necessários para a sua manutenção, sendo a diversidade de fontes a política mais comum.

A análise do presente estudo, vem ressaltar a necessidade de alianças que integrem as diferentes forças da sociedade, de forma a aproveitar o que cada uma tem de melhor, sejam recursos financeiros, humanos, tecnológicos ou administrativos, todos conduzindo à congruência de interesses visando a construção de um novo tecido social mais justo e solidário, que permita a sustentabilidade e harmonia social no longo prazo. “Não há espaço para isolacionismos, por mais que existam interesses distintos e muitas vezes até conflitantes, só através da

aproximação e do diálogo conseguir-se-á reformular a estrutura social vigente”, esta é a afirmação do Pe. Lidio Roman da EPESMEL.

Observa-se ainda, uma busca constante pela criação de redes integradas entre as diferentes OSCIPs nacionais e internacionais, além de outros organismos públicos e privados, esta é a opinião especial da Sr^a Teone da APMI e do Pe. Lídio Roman da EPESMEL, que foram contundentes nesta observação, destacando ser esta a forma mais eficiente de alavancar e solidificar este Setor maximizando o seu poder de ação e importância social. A informação é um dos principais ativos de trabalho das OSCIP's e é na troca de experiências que se pode alavancar e multiplicar de forma espantosa a proliferação destas organizações, assim como o seu desenvolvimento de forma efetiva.

O relacionamento das OSCIPs com o Estado é de fundamental importância, agregando forças e jamais substituindo funções. A totalidade dos entrevistados mencionou de forma contundente as novas políticas públicas, destacadamente no âmbito Estadual e Federal, em que os organismos públicos vêm-se omitindo e minimizando a sua atuação social, repassando tal compromisso para as Organizações da Sociedade Civil, o que poderá vir a tornar-se uma tendência perigosa, já que as OSCIPs, segundo os entrevistados, deverão ser vistas como complemento do poder público, jamais como substitutos. O Estado, não poderá se colocar ausente de suas responsabilidades históricas, já que todas as organizações pesquisadas possuem alguma forma de vínculo com o poder público, seja através de incentivos fiscais ou de repasses financeiros periódicos, o que mais uma vez destaca o caráter de parceria e não de substituição. O poder municipal, por sua vez, tem ampliado o volume de repasses financeiros para estas organizações, além da própria inclusão de membros, de pelo menos 3 destas OSCIPs, ou seja, a APMI, EPESMEL e ACALON, no conselhos de discussão de políticas sociais da prefeitura de Londrina.

O empresariado da cidade de Londrina, não vem demonstrando um forte envolvimento social, e mesmo quando acontece, está mais ligado à pessoa física do empresário e a seus valores pessoais, do que à própria empresa que dirige. O comportamento, na maioria dos casos, é caracterizado pelo paternalismo e por ações tipicamente assistencialistas. O envolvimento ainda é muito tímido em todas

as áreas, além da destinação de recursos financeiros, não há sequer um esforço maior em fazer uso do instrumental administrativo disponível nas empresas tradicionais e repassá-lo às organizações sociais que carecem de forma tão contundente deste instrumental.

Existe, no entanto, um movimento de envolvimento social cada vez mais forte, proveniente de empresas dos grandes centros econômicos do país, numa onda que percorre o mundo, não demorando para alcançar cidades menores, geralmente mais conservadoras e avessas a mudanças. De acordo com o Pe. Lidio Roman da EPESMEL, a postura da empresa socialmente responsável, poderá estar caminhando para uma forma de "commodities", ou seja, deixará de ser uma vantagem competitiva para quem tem, mas será uma desvantagem para quem ainda não está empenhado na resolução desta problemática. Caminho este, semelhante ao trilhado com relação à preservação do meio ambiente, que fez com que as empresas sem compromisso ambiental passassem a ser vistas como "*persona non grata*" para a sociedade, chegando a boicotar seus produtos.

A presente pesquisa vem ressaltar mais uma vez, a importância e a relevância da sociedade civil organizada como agente pró-ativo de mudanças sociais concretas. Destaca-se como componente básico destas organizações o forte envolvimento com as comunidades em que estão inseridas, o qual nem sempre acontece de forma automática, o trabalho de conquista e aproximação é o primeiro passo visando um desenvolvimento integrado e sinérgico. Há que se destacar a fraca cultura do voluntariado, que embora esteja crescendo em todo o país, ainda se faz sentir de forma tímida e principalmente com baixo índice de envolvimento e dedicação. Existe ainda um forte discurso "escapista" de que responsabilidade social é uma matéria da alçada do Governo, o que manifesta o fraco sentimento comunitário e cooperativo que nos cerca. A necessidade de uma mudança cultural que altere as bases do individualismo e que rompa com uma sociedade alicerçada em "castas sociais", onde dois mundos co-habitam isoladamente, é preeminente e deverá fazer parte do esforço de todos os que acreditam num mundo mais justo e solidário.

Uma das palavras mais destacadas nos últimos anos, principalmente através da mídia, tem sido o incentivo ao voluntariado, o esforço de mobilização de cada indivíduo no sentido de se envolver com causas sociais. É a busca cada vez maior por criar um sentimento comunitário, no qual a responsabilidade de todos por todos é a essência deste esforço. Está-se buscando alterar um conjunto de valores, extremamente arraigados à nossa cultura, em que se prioriza e valoriza a auto-suficiência e o individualismo, criando-se uma postura de alienação e de distanciamento dos problemas sociais que nos cercam, ou em alguns casos predomina a postura de paternalismo, com uma finalidade muito mais de aquietar a consciência que teima em fazer questionamentos mais profundos, do que na realidade induzir a transformações profundas.

A nova lei das OSCIPs poderá ser o primeiro passo de profissionalização e de regulamentação clara e precisa do que hoje se chama de Terceiro Setor e que tem sido fonte de constantes discussões, resultado da falta de precisão na sua definição. A lei das OSCIPs veio com a ambição de defini-lo com precisão, dando-lhe transparência e maior credibilidade, além de possibilitar um maior vínculo com o Estado e com as empresas, através de parcerias e trabalhos conjuntos. Ficou claro, que a maioria dos dirigentes das organizações pesquisadas, acreditam que esta nova lei poderá possibilitar um impulso no setor, principalmente em termos de profissionalização e credibilidade, além da flexibilização e diminuição de barreiras tributárias. Porém, ainda existe um grande desconhecimento em relação a muitos detalhes da lei, além do receio quanto às imposições burocráticas impostas por esta, que poderão limitar enormemente o ingresso de muitas organizações advindas de meios pobres e de recursos escassos, que dificilmente conseguirão atender a todos os itens exigidos pela lei, ocasionando-se mais uma forma de exclusão e de elitismo privilegiando as grandes OSCIPs.

A lei das OSCIPs veio com a ambição revolucionária de regulamentar e definir de forma precisa o que poderia ser entendido por Sociedade Civil Organizada de Interesse Público, mas porém, verificou-se uma falta de sensibilidade e até desconhecimento do ambiente que cerca estas organizações. As Organizações da Sociedade Civil, na maioria das vezes, provém de meios de forte carência de recursos, tanto materiais como humanos, além do mais a informalidade

destas organizações é onde se apoia boa parte de sua estrutura e do seu alcance, será então, demagogia imaginar uma regulamentação que exija um alto grau de complexidade como se observa na lei das OSCIPs. Burocratizar estas organizações, como tenta a lei, seria engessá-las e privá-las de suas características mais genuínas e que lhe vem garantindo um papel de destaque na solução das problemáticas sociais.

Todos os entrevistados demonstraram um desconhecimento quanto ao teor mais aprofundado da lei e salientaram o excesso de burocracia que a cerca, dificultando a adesão da maioria das organizações sociais. A necessidade de uma definição clara destas organizações é sem dúvida fundamental para evitar a descaracterização e enfraquecimento destas entidades, porém tem que se entender e respeitar o ambiente e particularidades que as cercam, deixando de se impor regulamentos de cima para baixo sem o mínimo de conhecimento sobre a realidade da maioria destas organizações. Corre-se o risco de se elitizar, também, este novo setor da sociedade, na medida em que apenas Organizações Civis fortemente estruturadas terão condições de se adaptar à lei, estaremos presenciando mais uma forma de concentração de poder que descaracterizará o real perfil das Organizações da Sociedade Civil, que se apoiam em pequenas unidades diretamente relacionadas às comunidades em que desenvolvem seus trabalhos e têm na informalidade e na flexibilidade de ações suas principais forças de sustentação.

Uma das temáticas mais conflituosas e debatidas, diz respeito ao real papel das OSCIPs na nova configuração da sociedade, ou seja, a delimitação de áreas de atuação entre Governo e Organizações da Sociedade Civil ainda é extremamente confusa e indefinida. Ninguém quer imaginar um desmantelamento do Estado, repassando a suas responsabilidades sociais para as OSCIPs. A totalidade dos entrevistados demonstrou claramente esta preocupação e acredita que é algo que já está se presenciando. Esta postura é apontada como extremamente negativa e escapista, já que o governo tem atribuições e deveres que jamais poderão ser assumidos pela Sociedade Civil, esta veio como complemento, jamais como substituto do papel social do Estado.

Verifica-se a necessidade de fortalecimento da Sociedade Civil, que antes de mais nada terá que ser entendida e analisada para não se correr o risco de descaracterizá-la e com isso enfraquece-la. O fortalecimento da Sociedade Civil Organizada poderá ser responsável pelo alavancamento de novos padrões de democracia e participação popular, sem no entanto, implicar numa diminuição do papel do Estado. A grande transformação está na complementaridade de esforços entre as diferentes esferas que compõem a sociedade e que são convidadas a assumir a sua parcela de responsabilidade social. Com o desenvolvimento das Organizações Sociais Civas, podemos vislumbrar a possibilidade de criar uma sociedade mais democrática, justa e solidária, onde todos possam contribuir ativamente para o bem comum, levando a uma harmonização das diferentes forças sociais e ao desenvolvimento do próprio ser humano.

Os anos 90 foram especialmente emblemáticos ao aproximar de forma acentuada as OSCIPs com a administração, levando a uma adaptação de modelos gerenciais como forma de sintonia com a realidade específica deste tipo de organizações. O corte dado a este trabalho busca enriquecer e oferecer abordagens mais reflexivas, que contribuem para sofisticar e ampliar a racionalidade do gestor de organizações desta natureza. Para além das ferramentas administrativas, a compreensão institucional e os aspectos ideológicos de fundo podem oferecer campo fértil para a criatividade e iniciativa do tomador de decisão nas OSCIPs. Assim procurou-se através do presente estudo, aprofundar a temática das OSCIPs, visando-se conhecer a sua evolução e desenvolvimento histórico, além de analisar-se o seu papel na moderna sociedade. Existem mais perguntas do que respostas, é um Setor em construção e por isso rodeado de indefinições e mesmo contradições, no entanto, acredita-se ter podido contribuir para a discussão, levantando novas possibilidades e propósitos, além de introduzir futuros pesquisadores na temática das OSCIPs, aprofundando-a e dando-lhe reforço analítico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor**: as origens do conceito.. Anais do 26º ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração), Setembro / 2002

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Jorge Zahar Editor Ltda, 1999.

BARBOSA, Maria Nazeré Lins; OLIVEIRA, Carolina Felipe de. – **Manual de ONGS**: guia prático de orientação jurídica. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

ARAUJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

ASHLEY, Patrícia Almeida (et al). **Ética e responsabilidades social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BETTO, Frei - **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliens, 1981.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **Entre Capitalismo e Socialismo: a Empresa Humana**. São Paulo: Pioneira, 1983.

BAUER, Ruben. **Gestão da mudança**: caos e complexidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

- BUARQUE, Cristovam. **Admirável mundo atual**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- CAMARGO, Mariângela; SUZUKI, Fabiana; UEDA, Mery; SAKIMA, Ricardo; GHOBRIIL, Alexandre. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo; Futura, 2001.
- CARROLL, Archie. **Planejamento estratégico de marketing**. São Paulo; Makron, 1991.
- COOPER, D. R. e SCHINDLER, P. S. **Business Reserch Methods**. São Paulo: McGraw-Hill, 1995.
- COSTA, L.C.A. e MELLO, L.I.A. **História moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1986.
- COUTINHO, Luciano ; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra**. [S.l.: s.n.], [19-].
- DRACHE, Daniel. Globalização: o grande medo. São Paulo: **Revista de Administração**, v.34, n.1, jan./mar., 1999.
- DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.3, n.6, fev. 1988.
- DRUCKER , Peter. **A sociedade pós-capitalista**_. São Paulo: Pioneira, 1993.
- DRUCKER, Peter. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos**. São Paulo: Pioneira, 1996.
- ECO, Humberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva. 15ª ed., 1999.

FADUL, Élvira Mirian Cavalcanti. Reforma do Estado e Serviços Públicos: Transformação de um Modelo ou Adaptação a uma Nova Ordem Social?. São Paulo: **Revista de Administração**, v.34, n.1, Jan./Mar., 1999.

FARIA FILHO, 1994 APUD OLIVEIRA E HADDAD -As organizações da Sociedade Civil e as ONG's de Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 61-83, mar./2001.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma Cidadania Planetária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Rubem César - **Privado porém público** – Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1996.

FERRAREZI, Elisabete. **OSCIPI - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FISCHER, Rosa Maria & FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da Parceria Governo e Terceiro Setor. São Paulo. **Revista de Administração**, v.33, n.1, jan./mar., 1998.

Força do Voluntariado, A . **Folha de Londrina / Folha do Paraná**. 20 de Maio de 2001.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Globalização e crise do Estado Nacional**. São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, v.40, n.2, abr./jn., 2000.

FRANCO JUNIOR, H. & CHACON, P. **História econômica geral**. São Paulo: Atlas, 1991.

FRIEDMAN, M. & FRIEDMAN, R. **Liberdade para escolher**. São Paulo: Europa-América, 1983.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Economistas. Originais de 1962).

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Educação e razão histórica. São Paulo: Cortez, 1994.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**: Reflexões sobre o Impasse Político Atual e o Futuro da Social-Democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GLOBO. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Globo, 1970, 5ª edição

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GUTIERREZ, Gustavo Luís. Da Autogestão à Economia Social: A Concepção de uma Nova Empresa . São Paulo: **Revista de Administração**, v..34, n.1, jn./mr., 1999.

HAYEK, Fredrich. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Macron Books, 1999.

IOSCHPE Evelyn (et al) . **Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IRION, João Eduardo - **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997.

KLIKSBURG Bernardo (Org). **Pobreza uma questão inadiável**: Novas Respostas a Nível Mundial. Brasília: ENAP, 1994.

KWASNICKA, E. L. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 1995.

LANDIM, Leilah (Org). **Ações em sociedade**: Militância, Caridade, Assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU/ISER, 1998

LASKI, H. **O liberalismo europeu**. Texto da Disciplina de Administração e Política. Curso de Mestrado em Administração. UEM/UEL.

MAGALHÃES. José Antônio Fernandes de. **Ciência Política**. Brasília: Vesticon, 1998.

MANACORDA Mario Alberto. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTGOMERY Cynthia A. e PORTER Michael E. **Estratégia**: a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminho das civilizações** – História Integrada Geral e do Brasil. São Paulo: Atual: 1998.

MOREIRA, Joaquim Manhães. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1999.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, Cesar. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial**: A Administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OSBORN, David & GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo**: Como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicações, 1994.

PASSADOR, João Luiz & PASSADOR, Cláudia Souza. **Estado Gerencial, Terceiro Setor e o Exercício da Cidadania**. In *Anais do III Congresso Internacional del CLAD - Centro Latino - americano de Administração para o Desenvolvimento - sobre la Reforma do Estado y de la Administración Pública*, Madri, Espanha, outubro de 1.998. Documento eletrônico, site HYPERLINK <http://www.clad.org.ve/anales3/psc.html>.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunill (Org). - **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

PETRAS, James. *Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xama, 1998.

POPPER, K. R. **O Raciocínio crítico na política**. Brasília: Ed. UNB, 1994.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SALAMON, Laster M. **Revista de Administração**. São Paulo, v.33, n.1, p.5-11, jan./mar, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia e Administração**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. - **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa - **Folha de São Paulo**, 21 de maio de 2000, A4 seção - Brasil.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINK, Peter Kevin & CLEMENTE, Roberta & KEPPKE, Rosane. **Governo Local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança**. São Paulo: **Revista de Administração**, v.34, n.1, jan./mar., 1999.

TEIXEIRA, Helio Janny & CAMARGO, Ricardo Luiz & SALOMÃO, Sérgio Matoso – **Reconstrução da Administração Pública: Aspectos do caso Brasileiro**. São Paulo: **Revista de Administração**, v..34, n.1, jan./mar., 1999.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VIEIRA, Liszt. - **Os argonautas da cidadania: A Sociedade Civil na Globalização**. São Paulo: Record, 2001.

VRIES, Michiel S. **Desenvolvimento na Europa: A Idéia das Gerações de Política Públicas**. São Paulo: **Revista de Administração**, v.34, n.1, Jan./Mar., 1999.

XAVIER, Uribam. **Universidade e Sociedade**, v.6, n.11, jun. 1996.

YIN, Robert K. **Case study research: design and methods**. Sage Publications, Inc.,1989.



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)